

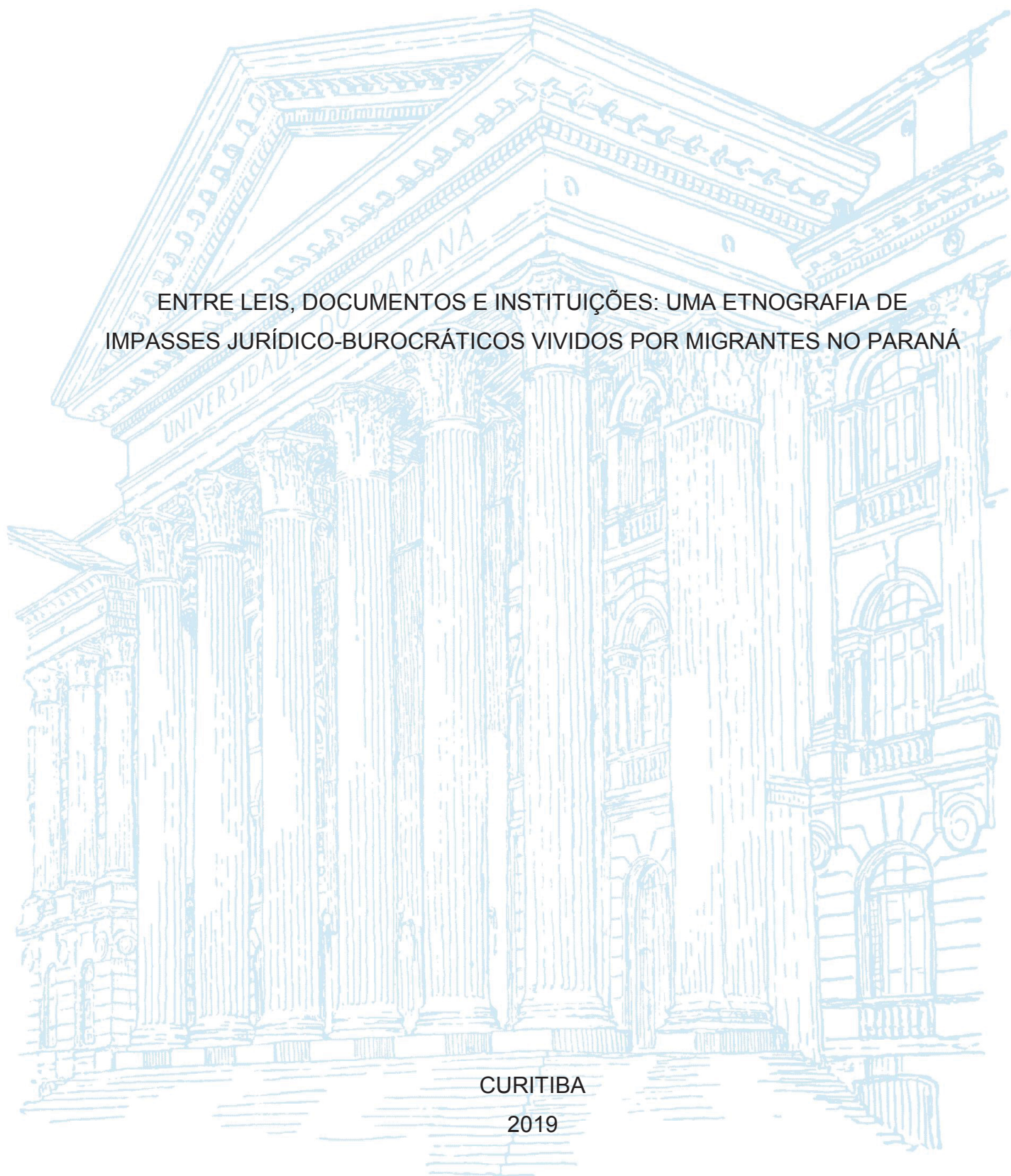
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

EMERSON HIDEKI HANDA

ENTRE LEIS, DOCUMENTOS E INSTITUIÇÕES: UMA ETNOGRAFIA DE
IMPASSES JURÍDICO-BUROCRÁTICOS VIVIDOS POR MIGRANTES NO PARANÁ

CURITIBA

2019



EMERSON HIDEKI HANDA

ENTRE LEIS, DOCUMENTOS E INSTITUIÇÕES: UMA ETNOGRAFIA DE
IMPASSES JURÍDICO-BUROCRÁTICOS VIVIDOS POR MIGRANTES NO PARANÁ

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Antropologia, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Antropologia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ciméa Barbato Bevilaqua

CURITIBA

2019

Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607

Handa, Emerson Hideki

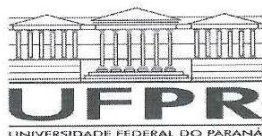
Entre leis, documentos e instituições : uma etnografia de impasses jurídico-burocráticos vividos por migrantes no Paraná . / Emerson Hideki Handa. – Curitiba, 2019.

Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora : Prof^a. Dr^a. Ciméa Barbato Bevilaqua

1. Migrantes – Documentos - Paraná. 2. Migrantes – Assistência judiciária.
3. Migrantes – Estatuto legal, leis, etc. I. Bevilaqua, Ciméa Barbato. II. Título.

CDD – 304.88162




MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO ANTROPOLOGIA -
40001016027P9

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em ANTROPOLOGIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **EMERSON HIDEKI HANDA**, intitulada: **ENTRE LEIS, DOCUMENTOS E INSTITUIÇÕES: UMA ETNOGRAFIA DE IMPASSES JURÍDICO-BUROCRÁTICOS VIVIDOS POR MIGRANTES NO PARANÁ**, sob orientação da Profa. Dra. CIMÉA BARBATO BEVILAQUA, após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de Mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 12 de Dezembro de 2019.


CIMÉA BARBATO BEVILAQUA
Presidente da Banca Examinadora


RICARDO PRESTES FAZELLO
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)


JOÃO FRANCISCO KLEBA LISBOA
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Dedico esta dissertação a minha companheira Luiza, ao meu filho Hayao que estiveram todo tempo ao meu lado e apoiando durante o tempo de produção da pesquisa, aos meus pais Kioko e Hiroshi que possibilitaram o desenvolvimento da minha vida não só acadêmica.

Também dedico a minha dissertação aos meus avós, que migraram do Japão ao Brasil e passaram por situações semelhantes aos migrantes e refugiados com o qual vivenciei diversas situações para além da pesquisa etnográfica.

AGRADECIMENTOS

A minha companheira Luiza e meu filho Hayao pela parceria principalmente nos momentos de crise; meus pais Inácio Hiroci Handa e Irena Kioko Suzuki Handa no desenvolvimento de toda a vida, minha irmã Megumi e afilhado Hiro pelo apoio.

A professora e orientadora Ciméa Bevilaqua pela paciência, confiança e inspiração ao longo dessa jornada.

Ao Paulo Marins Gomes da secretaria do PPGA por todo seu profissionalismo para além da função e ou cargo.

Ao CAPA – Centro de Assessoria de Publicação Acadêmica principalmente a Natália na organização das palavras e ideias.

Aos colegas e professores de mestrado e doutorado no qual aprendi não apenas sobre os assuntos que pesquisei, mas também sobre a pesquisa de todos com qual convivi.

Aos professores Cauê, Dayana e demais professores da pós-graduação em Antropologia Cultural da PUC-PR, com o qual tive os primeiros contatos com a antropologia.

Aos amigos da faculdade de Direito Luigi, Luciano, Lu Guiss, Brayan, Pati, Bernardo, Luciana e Denis.

Aos amigos da Casa Latino-americana (CASLA) Dimas e Gladys, Nádia, Ivete, Carol, Fabiola, Dani, Bethânia, Larissa, Cibebe e Gabi.

Aos amigos da Cáritas Márcia, Angelica, Elisete, Rafael e Juliana.

Aos migrantes e refugiados que gentilmente autorizaram e colaboraram para que junto a minha pessoa pudessem narrar parte de suas histórias de vida, algumas em situações delicadas não apenas jurídica ou burocraticamente, mas que se propuseram a colaborar na etnografia para a pesquisa acontecer.

A bolsa CAPES pelo apoio financeiro e incentivo a pesquisa científica no Brasil.

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é abordar etnograficamente alguns dos impasses vividos por migrantes recentes no Paraná envolvendo documentos e procedimentos burocráticos e jurídicos. Os desdobramentos desses impasses, além de impulsionarem a circulação dos migrantes por uma variedade de instituições estatais e não-estatais, também tecem relações entre as próprias instituições. O ponto de acesso a essas experiências foi o atendimento jurídico voluntário em uma das entidades envolvidas no acolhimento a migrantes em Curitiba, a Cáritas, vinculada à igreja católica. A etnografia aborda de modo específico a entrada em vigor de uma nova lei de migração (Lei nº 13.445/17), em novembro de 2017, e os efeitos dessa alteração legislativa na vida de migrantes, instituições públicas e privadas, engendrando conflitos burocráticos e diferentes atualizações (ou não) de seus procedimentos. Após o delineamento do contexto atual de migrações no Paraná, com base em dados estatísticos oficiais, é apresentada a transição do antigo Estatuto do Estrangeiro para a nova Lei de Migração, assim como os novos procedimentos burocráticos surgidos a partir dessa mudança. Esses parâmetros constituem o pano de fundo da análise de casos concretos que exprimem as dissonâncias decorrentes da nova legislação nas relações entre migrantes e diferentes instituições. Complementarmente, são abordadas as relações informais e formais das instituições envolvidas com o acolhimento a migrantes têm estabelecido entre si. Por fim, essas dinâmicas institucionais são contrastadas com situações em que migrantes não se conformam às formas jurídicas e institucionais de conceber e administrar a diferença.

Palavras-chave: Migrantes. Documentos. Procedimentos burocráticos e jurídicos. Nova lei de migração. Circulação entre instituições.

ABSTRACT

The objective of this research is to ethnographically address some of the impasses experienced by recent migrants in Paraná involving bureaucratic and legal documents and procedures. The consequences of these impasses, in addition to boosting the movement of migrants through a variety of state and non-state institutions, also weave relationships between the institutions themselves. The point of access to these experiences was voluntary legal assistance in one of the entities involved in welcoming migrants in Curitiba, Caritas, linked to the Catholic Church. Ethnography specifically addresses the entry into force of a new migration law (Law No. 13,445 / 17) in November 2017, and the effects of this legislative change on the lives of migrants, public and private institutions, engendering bureaucratic and different conflicts. updates (or not) of your procedures. After outlining the current context of migration in Paraná, based on official statistical data, the transition from the Estatuto do Estrangeiro (old Foreigner Statute) to the nova Lei de migração (new Migration Law) is presented, as well as the new bureaucratic procedures arising from this change. These parameters constitute the background of the analysis of concrete cases that express the dissonance resulting from the new legislation in the relations between migrants and different institutions. In addition, the informal and formal relations of the institutions involved with the reception of migrants are established. Finally, these institutional dynamics are contrasted with situations in which migrants do not conform to the legal and institutional ways of conceiving and managing difference.

Keywords: Migrants. Documents. Bureaucratic and legal procedures. New migration law. Movement between institutions.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Circuito percorrido pelos migrantes	88
FIGURA 2 – Diagrama de trajetos percorridos.....	89

LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

ACNUR	- Alto Comissariado das Nações Unidas
ALEP	- Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
AMIH/BR	- Associação Movimento Imigrante Haitiano no Brasil
ASHBRA	- Associação para a Solidariedade dos Haitianos no Brasil
CASLA	- Casa Latino-americana
CASLAJUR	- Casa Latino-americana, parte Jurídica
CEAMIG	- Centro de Acolhida ao Migrante
CEIRM	- Centro Estadual de Informação para Migrantes, Refugiados e Apátridas
CERMA	- Conselho Estadual dos Direitos de Refugiados, Migrantes e Apátridas do estado do Paraná
CETP/PR	- Comitê Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas no Estado do Paraná
CFM	- Conselho Federal de Medicina
CNBB	- Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNIg	- Conselho Nacional de Imigração
CNPJ	- Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CONARE	- Comitê Nacional para os Refugiados
CPF	- Cadastro de Pessoa Física
CRAS	- Centro de Referência de Assistência Social
CRM	- Conselho Regional de Medicina
CRNM	- Carteira de Registro Nacional Migratório
CRP	- Conselho Regional de Psicologia do Paraná
CTPS	- Carteira de Trabalho e Previdência Social
DCE	- Diretório Central dos Estudantes
DETRAN	- Departamento Estadual de Trânsito
DPU	- Defensoria Pública da União
FGTS	- Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
GRU	- Guia de Recolhimento da União
MERCOSUL	- Mercado Comum do Sul
MHAPA	- Movimento dos Haitianos de Pato Branco
MPE	- Ministério Público Estadual

NUPSIM	- Núcleo de Psicologia para Migrantes
OAB	- Ordem dos Advogados do Brasil
OIM	- Agência das Nações Unidas para as Migrações
ONG	- Organização não-governamental
PF	- Polícia Federal
PL	- Projeto de Lei
PMM	- Programa Mais Médicos
PUC-PR	- Pontifícia Universidade Católica do Paraná
RNE	- Registro Nacional de Estrangeiros
RNM	- Registro Nacional de Migrante
SBMP	- Sociedade Beneficente Muçulmana
SEDS	- Secretaria de Estado Família e Desenvolvimento Social
SEJU	- Secretaria de Justiça do Estado do Paraná
STI	- Sistema de Tráfego Internacional
SUS	- Sistema Único de Saúde
UBS	- Unidades Básicas de Saúde
UFPR	- Universidade Federal do Paraná
UTFPR	- Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 DO TRABALHO JURÍDICO VOLUNTÁRIO À PESQUISA ANTROPOLÓGICA ..	17
1.2 A PESQUISA NA CÁRITAS	21
2 NOVA LEGISLAÇÃO PARA NOVOS MIGRANTES?	28
2.1 MIGRAÇÃO RECENTE NO BRASIL	28
2.2 A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA NO TEMPO	33
2.2.1 O Estatuto do Estrangeiro	33
2.2.2 Estatuto do Refugiado	36
2.2.3 Nova Lei da Migração	38
2.3 PROCEDIMENTOS BUROCRÁTICOS	42
3 ENTRE NORMAS, DOCUMENTOS E INSTITUIÇÕES	56
3.1 LIMITES E INFLEXÕES DO “ROL OBJETIVO” PARA SOLICITAÇÃO DE REFÚGIO	56
3.1.1 De turista a refugiada	57
3.1.2 Para além do “rol objetivo”: o caso de Kumba	64
3.2 IMPASSES JURÍDICO-BUROCRÁTICOS	68
3.2.1 O que é um “documento válido”?	69
3.2.2 Quais são as normas vigentes?	72
4 A CIRCULAÇÃO DE MIGRANTES E A(S) REDE(S) DE INSTITUIÇÕES	80
4.1 A REDE INFORMAL E SUAS CONEXÕES	80
4.2 A REDE FORMAL DE ATENDIMENTO A MIGRANTES: O CERMA	91
4.2.1 Reuniões do CERMA em Curitiba	98
4.2.2 Reunião descentralizada do CERMA na cidade de Londrina	102
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
REFERÊNCIAS	119
ANEXO I – TERMO DE SOLICITAÇÃO DE REFÚGIO	122
ANEXO II – LISTA DE DOCUMENTOS PARA SOLICITAÇÃO DE REFÚGIO	130
ANEXO III – CEIM	131
ANEXO IV – CERMA EM CURITIBA	132
ANEXO V – CERMA LONDRINA	133
ANEXO VI – CERMA LONDRINA II	134
ANEXO VII – CERMA PATO BRANCO	135

1 INTRODUÇÃO

Era o dia 7 de agosto de 2018, mais uma terça-feira de trabalho voluntário com migrantes e refugiados na área de Proteção Legal da CÁRITAS/PR¹, situada na região central de Curitiba. Cheguei por volta de 15h30. Toquei o interfone do primeiro andar, conforme o adesivo que indica a localização da entidade. As duas portas que dão acesso ao prédio se abriram. Subi dois lances de escadas e cheguei ao piso da CÁRITAS. Não há indicação no lado externo de que ali é de fato a CÁRITAS, mas a porta, como de costume, estava aberta. Logo na entrada percebi a grande movimentação na sala de espera de menos de oito metros quadrados, com vários quadros e cartazes relacionados à migração, refúgio e à igreja católica. Além de dois sofás já desgastados, o ambiente é composto por cadeiras brancas de plástico empilhadas ao lado do bebedouro com copos descartáveis e divisões de parede laminadas ao fundo. O local estava cheio, sem mais espaços para aguardar sentado e pouco espaço para aguardar em pé. Cumprimentei as pessoas que esperavam atendimento: cerca de doze pessoas, umas sete sentadas nos sofás e nas cadeiras e mais cinco em pé. Eram homens e mulheres de pele branca e negra, vestidos de maneira simples, e perceptivelmente não estavam todos juntos. Havia apenas adultos, embora seja constante o atendimento de famílias inteiras, com crianças e bebês. Disse um: “boa tarde!” e cruzei a sala para entrar na parte de escritórios. São duas subdivisões com paredes laminadas de cor branca. A primeira sala é ocupada por Angela, Rodrigo e Joana, cada um com sua mesa e computador, além de uma mesa improvisada na qual eu faço os atendimentos; na outra subdivisão há duas mesas, uma delas ocupada por Elisete com seu computador e a outra que geralmente é utilizada pela Cleusa (psicóloga). Angela (a advogada responsável pela área de Proteção Legal) estava atarefada com várias coisas como de costume, Joana (assistente social) estava atendendo três mulheres negras,

¹ A Cáritas é uma organização não governamental ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), da Igreja Católica. Mais informações sobre a organização e atuação da Cáritas no estado do Paraná, e especialmente em Curitiba, serão apresentadas mais adiante.

Elisete (assistente social e vice-presidente do CERMA²) conversava com três homens brancos – venezuelanos, como eu viria a saber – na sala ao lado.

Cumprimentei a todos e questionei se precisavam de ajuda. Logo Angela³ me pediu para finalizar a petição de desarquivamento⁴ de uma solicitação de refúgio e para que, após o atendimento da Joana, tirasse as dúvidas jurídicas das três mulheres que, agora soube, eram haitianas. Enquanto eu redigia a petição na mesa do Rodrigo⁵, Joana terminou o atendimento da assistência social com as migrantes haitianas pediu que eu me sentasse no lugar dela⁶ para tirar as dúvidas jurídicas. Sentei-me, cumprimentei as três novamente e me apresentei como advogado voluntário da CÂRITAS. As três mulheres eram negras, em torno de 30-40 anos e pareciam com vergonha de conversar comigo. Disseram seus nomes⁷ e perguntei como poderia ajudá-las. Para minha surpresa, não havia questionamentos: “Não temos dúvidas jurídicas!”, exclamou uma delas. Perguntei há quanto tempo estavam no Brasil: Marie já morava no país há quatro anos e meio, Sofie há um ano e meio e Eugénie acabara de chegar do Chile em 10 de julho. Comentei que as duas primeiras falavam muito bem o português, pelo tempo de presença aqui já dava para perceber que estavam acompanhando Eugénie pelo fato de ela não compreender a língua portuguesa e os processos para regularização da sua situação no Brasil.

² CERMA é o Conselho Estadual dos Direitos de Refugiados, Migrantes e Apátridas do estado do Paraná e será abordado mais detidamente no capítulo 4.

³ Angela é a única advogada contratada pela CÂRITAS. Além dela, o trabalho do setor de Proteção Legal é desenvolvido também por voluntários. No período da pesquisa (de abril a novembro de 2018), dois advogados atuavam nessa condição, habitualmente dois dias por semana e também através do aplicativo Whatsapp, no qual há um grupo composto também por profissionais de Relações Internacionais e Ciências Sociais.

⁴ A petição era endereçada ao CONARE (Comitê Nacional para Refugiados, subordinado ao Ministério da Justiça), para o desarquivamento de uma solicitação de refúgio que foi arquivada devido ao não comparecimento do migrante, oriundo de Senegal, na entrevista via skype para o pedido de refúgio no Brasil. As normas e procedimentos para solicitação de refúgio serão abordados no capítulo 2.

⁵ No decorrer da pesquisa Rodrigo foi contratado para o cargo de Educador Social pela CÂRITAS e por esse motivo ele foi efetivado na mesa que anteriormente era utilizada por todos os voluntários cada qual em seus dias e horários estipulados.

⁶ O escritório compartilhado pelos setores de Proteção Legal, Assistência Social e Psicologia não possui um espaço físico de grandes proporções e por esse motivo era mais prático que a Joana trocasse de lugar comigo para facilitar o atendimento, já que elas estavam em três para se deslocar a outra mesa.

⁷ As diversas narrativas sobre o refúgio possuem características delicadas e muitas vezes sigilosas pois envolvem situações de perseguição e ameaças, devido a esse fato utilizei alguns nomes fictícios para descrever os fatos ocorridos na pesquisa.

Marie e Sofie estavam devidamente legalizadas no país, uma por solicitação de refúgio⁸ e a outra por visto humanitário⁹. Já Eugénie precisaria agendar uma entrevista na Polícia Federal para a solicitação de refúgio, uma vez que em seu caso, de entrada recente e proveniente de um país terceiro (Chile), a legalização já não poderia ser realizada com o visto humanitário, expliquei às três. Foi quando Marie, que estava sentada ao centro, me respondeu: “Ah, foi por isso que nos mandaram para cá?” Eu, surpreso, devolvi a pergunta: “Como assim?” Também surpresa, ela respondeu: “Só viemos aqui porque nos deram esse endereço na Polícia Federal, não sabíamos o que era”. Respondi que era provável que fosse para que as duas, ajudando a amiga recém-chegada ao Brasil, agendassem a entrevista e preenchessem a ficha de cadastro de solicitação de refúgio no Brasil. Nesse momento as três me olharam com alívio compreendendo o que tinha se passado. Até então elas achavam que iríamos regularizar ali a situação de Eugénie e que éramos também agentes do estado brasileiro ou da própria Polícia Federal, trabalhando com migrantes e refugiados. Expliquei que a CÁRITAS era uma ONG da igreja católica cujos serviços não estavam subordinados ao estado brasileiro. Contudo, prestávamos atendimento em âmbito jurídico, social e psicológico aos migrantes que nos solicitavam ajuda.

Quando souberam que o agendamento na Polícia Federal era para março de 2019, mais de seis meses depois, elas exclamaram que era muito tempo, que Eugénie teria que trabalhar até lá, mas não teria como conseguir uma ocupação sem a Carteira de Trabalho¹⁰ – cuja emissão dependia, justamente, da regularização de sua situação junto à Polícia Federal. Mas, em relação a isso, não havia nada que a

⁸ De acordo com o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), refugiado é a pessoa que deixa o seu país de origem ou de residência habitual devido a fundado temor de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, como também devido à grave e generalizada violação de direitos humanos, e não possa ou não queira acolher-se da proteção de tal país. Solicitante de reconhecimento da condição de refugiado é a pessoa que solicita às autoridades competentes ser reconhecida como refugiada, mas que ainda não teve seu pedido deliberado pelo Conare. As diferentes categorias legais referentes a migrantes no Brasil serão abordadas mais detalhadamente no capítulo 2.

⁹ Visto humanitário é concedido no Brasil em determinados casos em que a regularização do migrante não é compatível com as determinadas pela legislação quando há necessidades urgentes e por grandes demandas de migrantes provenientes de crises notórias. A Portaria Interministerial nº. 10, de 2018, dispõe sobre a concessão do visto temporário e da autorização de residência para fins de acolhida humanitária para cidadãos haitianos e apátridas residentes na República do Haiti.

¹⁰ CTPS - Carteira de Trabalho e Previdência Social. Entre os documentos obrigatórios para confecção da CTPS está o CPF (Cadastro de Pessoa Física), que será disponibilizado quando o migrante obtiver os outros documentos regularizados.

CÁRITAS pudesse fazer. No período da pesquisa, o agendamento da entrevista na Polícia Federal em Curitiba, parte do procedimento de pedido de refúgio, demorava em torno de três a seis meses¹¹.

¹¹ Esse prazo varia conforme as unidades da Polícia Federal que atuam na regularização de migrantes. Conforme as informações que obtive através da Angelica e dos próprios migrantes, no período da pesquisa o agendamento da entrevista costumava ocorrer entre 3 e 6 meses em Curitiba. Já em cidades como Paranaguá e Chapecó (SC), tudo era realizado no mesmo dia do atendimento. Os procedimentos para o pedido de refúgio serão detalhados no Capítulo 2.

Situações como a da haitiana Eugénie fazem parte do cotidiano da CÁRITAS que, em 2018, recebia aproximadamente vinte migrantes por dia. Procedentes de diferentes países, essas pessoas buscavam orientação jurídica não apenas para regularizar sua situação no Brasil, mas também para enfrentar inúmeros impasses advindos de suas relações com instituições diversas, estatais e não-estatais, mesmo depois da obtenção dos documentos necessários à sua permanência no país: conselhos profissionais, serviços de saúde, junta comercial, cartórios, bancos, supermercados, instituições de educação etc.

O objetivo desta pesquisa é abordar etnograficamente alguns dos impasses vividos por migrantes recentes no Paraná envolvendo documentos e procedimentos burocráticos, cujos desdobramentos, além de impulsionarem sua circulação entre uma variedade de instituições, também tecem relações entre as próprias instituições, uma vez que as atividades de cada uma delas frequentemente dependem de atribuições, procedimentos e decisões de outras. Essa dinâmica também produz novos órgãos e entidades – como o Conselho Estadual para Refugiados, Migrantes e Apátridas (CERMA) e o Centro Estadual de Informação para Migrantes, Refugiados e Apátridas (CEIRM) e os conecta a redes locais, regionais e internacionais via instituições como o Alto Comissariado das Nações Unidas (ACNUR) e a Agência das Nações Unidas para as Migrações (OIM).

Nessa complexa constelação institucional e normativa, organizações não-governamentais têm exercido um importante papel de orientação a migrantes que se defrontam com procedimentos jurídico-burocráticos complexos e, frequentemente, informações desencontradas. Daí a escolha da CÁRITAS como ponto de acesso a essas experiências, cujo pano de fundo é a entrada em vigor da nova Lei de Migração. A lei nº. 13.445, de 24/05/2017¹², entre outros aspectos, introduziu novos procedimentos e novas formas de categorização da permanência de estrangeiros no país, desigualmente conhecidas, interpretadas e implementadas por diferentes instituições. Como se viu no caso descrito acima, essas condições também contribuem para produzir, na experiência dos(as) migrantes, certa indistinção entre as informações, atribuições e serviços prestados por instâncias estatais e não-

¹² A nova Lei de Migração será abordada mais detalhadamente no capítulo 2.

estatais. Se isto ajuda a compreender o espanto de Eugénie e suas amigas ao perceberem que não se encontravam em um órgão estatal – embora tivessem sido encaminhadas pela Polícia Federal –, também faz surgir a indagação a respeito da dupla condição do advogado que as atendeu na Cáritas, como voluntário e antropólogo.

Este é o tema da próxima seção, em que apresento os antecedentes e condições de realização da pesquisa, situando-a também em relação a outros trabalhos que têm abordado dinâmicas recentes da migração no Brasil.

1.1 DO TRABALHO JURÍDICO VOLUNTÁRIO À PESQUISA ANTROPOLÓGICA

Conforme dito acima, o propósito da presente pesquisa é descrever relações estabelecidas entre migrantes e as diversas instituições estatais e da sociedade civil que, de alguma maneira, prestam assistência não apenas na legalização de sua permanência no país, mas também nos mais diversos processos burocráticos e jurídicos¹³ com os quais se defrontam durante e após a regularização de sua condição, num momento de instabilidade e descompassos na efetivação de uma nova legislação e da relativa imprevisibilidade de seus efeitos em casos particulares.

O forte incremento da vinda de migrantes e refugiados ao Brasil na última década tem dado origem a numerosos estudos que visam a mapear e descrever essas novas dinâmicas migratórias e as condições de vida dessas pessoas no país. No que diz respeito especificamente à antropologia brasileira, as pesquisas têm se voltado principalmente à regularização de documentos, embora alguns trabalhos abordem a atuação de instituições (estatais ou da sociedade civil, principalmente de cunho religioso) em questões envolvendo migrantes (Jardim 2013 e 2016; Machado 2018; Zelaya 2018).

A presente pesquisa abordará um aspecto específico desses processos: a entrada em vigor de uma nova lei de migração, em novembro de 2017, e os efeitos dessa alteração legislativa recente na vida dos migrantes e instituições públicas e

¹³ A assistência social e psicológica prestada pelas organizações não-governamentais a migrantes e refugiados não será abordada neste trabalho.

privadas, engendrando conflitos burocráticos e diferentes atualizações (ou não) de seus procedimentos.

O tema das migrações tem ganhado corpo também em outros países no período recente. Alguns desses trabalhos abordam questões afins às que esta pesquisa pretende desenvolver, em especial as relações entre migrantes e instituições jurídico-burocráticas (por exemplo, Fassin 2005, 2014, 2015).

Meu interesse pelo tema, porém, não surgiu da bibliografia acadêmica. A migração é um fato marcante para minhas famílias paterna e materna: meus avós e avôs são naturais do Japão e vieram ao Brasil no início de século XX, vivenciando muitas práticas burocráticas e jurídicas que também presenciei na pesquisa em campo. Entretanto, a transformação do contexto global em que essas migrações ocorreram também implica novos processos e traz outras diferentes narrativas.

Diversas escolhas em minha vida ocorreram em virtude das limitações de ordem econômica. A primeira graduação, Licenciatura Plena em Educação Física, foi uma dessas opções no começo dos anos 2000, não com o intuito de uma profissão que fosse concreta e única para o futuro, mas pensando em opções profissionais que possibilitassem outra futura graduação. As vivências como estagiário e professor proveram a oportunidade do contato com diversas camadas da sociedade, observando desigualdades e injustiças. Após uma breve pós-graduação em Fisiologia do Exercício tive a oportunidade de exercer a profissão em Portugal entre os anos de 2007 e 2008, experimentando outra realidade social diferente da brasileira. Nesse momento, os questionamentos acerca da sociedade e cultura estavam em alta ebulição em minha mente, por isso, no meu retorno ao Brasil, estava disposto a estudar profundamente a temática da injustiça social, o que me motivou ao estudo do Direito. Já no curso de Bacharelado em Direito, sob influência do coordenador das áreas propedêuticas, fui convencido a participar do movimento estudantil, vindo a ganhar as eleições do Diretório Acadêmico¹⁴ do curso por três anos seguidos e as eleições do Diretório Central dos Estudantes (DCE). As atividades conduzidas pelo movimento e políticas estudantis entre os anos de 2009 e 2012 aguçaram ainda mais os questionamentos sobre as condições de vida de populações e ou sociedades, cada vez estavam mais distantes das respostas

¹⁴ Diretório Acadêmico Clotário Portugal (DACP), da Faculdade de Direito de Curitiba (Unicuritiba).

oferecidas pelo curso de Direito. Por essa razão, me interessei pela pós-graduação lato sensu em Antropologia Cultural, ofertada pela PUC-PR. Ao final do curso de especialização, provocado pelo interesse na continuidade das atividades de pesquisa e motivado por professores, tive como objetivo a entrada no mestrado em Antropologia na Universidade Federal do Paraná, o que aconteceu no ano de 2017.

No ano de 2013 o Brasil passava por uma série de movimentos populares iniciados por um descontentamento com o valor das passagens do transporte público em alguns municípios. A consequência disso foi um interesse político mais acentuado por boa parte da população. Nesse mesmo ano tive os primeiros contatos com a Antropologia e com o trabalho voluntário de assessoria jurídica aos migrantes e refugiados.

Fui convidado por amigos a frequentar as reuniões na CASLA¹⁵, que aconteciam às sextas-feiras às 19 horas. As reuniões, que atualmente não ocorrem, tinham como maioria sempre as advogadas engajadas. Muitas vezes também militantes em outras questões socioculturais, advogados sempre foram minoria. Logo percebi que esse percentual se mantinha em toda a rede de apoio aos migrantes e refugiados em Curitiba, inclusive nas lideranças das instituições. Contudo, as questões referentes a gênero e representatividade, que são também importantes, não serão o foco da pesquisa.

Adentrando esse então novo universo de trabalho e estudos, era frequentemente chamado a reuniões fora da CASLA, como no Palácio das Araucárias, no embrião do que atualmente é o CERMA (Conselho Estadual dos Direitos de Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná). Participei também de reuniões em outras ONGs, no Núcleo de Psicologia para Migrantes-NUPSIM¹⁶, na Associação de Haitianos de Curitiba etc. Percebi que já existia uma rede de apoio aos migrantes bastante estabelecida, na qual a CASLA fazia toda a parte jurídica e outras instituições, como a Pastoral do Migrante, ofereciam atendimentos de assistência social.

¹⁵ Casa Latino-americana – CASLA é uma instituição não governamental, sem fins lucrativos, fundada em 1985, situada na cidade de Curitiba. Atua na discussão sobre as questões da América Latina por meio de ações educacionais e culturais, além de prestar assessoria jurídica aos migrantes, refugiados, população indígena e povos tradicionais.

¹⁶ Núcleo de Psicologia para Migrantes – NUPSIM, vinculado ao Conselho Regional de Psicologia do Paraná.

Desde o ano de 2013 pude observar os passos de migrantes na cidade de Curitiba através das diversas instituições que compõem essa rede. A instituição que centraliza todo o movimento de deslocamentos é a Polícia Federal, devido a todos os trâmites legais e burocráticos aos quais todo migrante que busca a “legalidade” é submetido. Ainda hoje¹⁷ pode-se constatar que a Polícia Federal centraliza esse movimento, distribuindo inclusive pedaços de papel com os endereços da CASLA, CÁRITAS e outras instituições que compõem a rede de apoio a migrantes na cidade, para que os auxiliem em questões referentes às normas legais e à burocracia. No entanto, não é incomum perceber que muitas vezes – como no caso das amigas haitianas relatado há pouco - a pessoa migrante chega nessas instituições sem sequer compreender o que ela faz ali, questionando os motivos pelos quais os agentes da Polícia Federal a enviaram para esses endereços.

Na Casa Latino-americana (CASLA), realizei a pesquisa e o Trabalho de Conclusão de Curso da pós-graduação em Antropologia Cultural da Pontifícia Universidade Católica do Paraná em 2015, etnografando as experiências dos migrantes a partir das relações jurídicas. Devido a novos direcionamentos institucionais dessa ONG, o seu foco atual de atuação já não é migrante e refugiado, por isso tive a necessidade de buscar um novo campo de pesquisa para a dissertação do mestrado. Uma colega do CASLAJUR¹⁸, que estava também atuando na CÁRITAS, me informou que a instituição estaria precisando de novos voluntários para atuação jurídica com migrantes e refugiados. Soube também que quem estava à frente da equipe jurídica era Angela, que eu já conhecera em eventos acadêmicos.

Embora a experiência anterior na CASLA faça parte, indiretamente, desta dissertação, o material etnográfico aqui discutido provém do trabalho com migrantes e refugiados junto à CÁRITAS.

¹⁷ Durante a realização da pesquisa, entre 2017 e 2019.

¹⁸ CASLAJUR é o grupo de advogados voluntários da CASLA.

1.2 A PESQUISA NA CÁRITAS

Mantive contato inicial com a Cáritas no começo do ano de 2018 e, no mês de abril, iniciei a pesquisa de campo que constitui a base concreta desta dissertação. Inicialmente combinei com a Angelica que iria duas vezes por semana no período da tarde à CÁRITAS para ajudar no atendimento jurídico dos migrantes e refugiados. Ocasionalmente iria a mais eventos e ou reuniões que poderiam vir a acontecer, como as reuniões do CERMA, palestras e atendimentos em formato de mutirão.

De acordo com o site da organização¹⁹, a Cáritas Brasileira, fundada em 12 de novembro de 1956, é uma das 164 organizações-membros da Rede Cáritas Internacional presentes no mundo. Nacionalmente, a Cáritas é um organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Está organizada em uma rede com 183 entidades-membros, 12 regionais e uma sede nacional. Presente em 450 municípios, atua em diferentes frentes, como o fomento a iniciativas comunitárias de economia solidária e desenvolvimento sustentável, o atendimento a situações de risco e emergência, a defesa de direitos sociais e a “construção de espaços de democracia participativa, de inclusão e transformação social”. Ainda de acordo com o site,

Todas essas ações visam sempre um objetivo: transformar! Cáritas Brasileira é mudança. Queremos que as pessoas excluídas, nos campos social, político e econômico possam também escrever sua história e, ao mesmo tempo, ser atores e atrizes principais dela.

A sede Regional Paraná da CÁRITAS Brasileira ocupa o primeiro andar de um pequeno prédio em uma rua estreita na região do Centro Histórico de Curitiba²⁰. A organização está estruturada em três setores: administrativo, proteção legal e assistência social.

Conta com seis funcionários contratados, além de cerca de quatro profissionais voluntários nas áreas de proteção legal e assistência social. A área de proteção legal atua nas questões jurídicas e administrativas com migrantes e

¹⁹ Quem somos e histórico. Disponível em: <<http://caritas.org.br/quem-somos-e-historico>> acessado em: 12-11-2018.

²⁰ Rua Paula Gomes, número 703, 1º andar, bairro São Francisco.

refugiados. Já a área de assistência social atua em questões relacionadas a moradia, alimentação, vestuário, aprendizado da língua portuguesa e busca por trabalho²¹. Trata-se de uma organização católica: as pessoas que trabalham lá, de forma permanente ou voluntária, não são necessariamente católicas. A religião não constitui critérios de recrutamento para os voluntários ou profissionais, contudo é possível observar indicações pessoais em setores específicos.

O atendimento ao público ocorria²² de segunda a sexta-feira, das 09h às 17h horas. O maior movimento se concentra nos setores de proteção legal e assistência social, que recebem cerca de cinquenta pessoas diariamente. Muitas delas chegam à CÁRITAS encaminhadas por outras instituições, como CEIM, CASLA, P.F. e CRAS. Como descrevi no início desta Introdução, havia uma pequena sala de espera separada por divisórias dos escritórios onde são realizados os atendimentos e demais atividades internas.

Os setores de Proteção Legal, Assistência Social e Psicologia compartilham a mesma sala. Devido ao trabalho em um espaço reduzido, a maioria dos atendimentos das diversas áreas ocorre simultaneamente. Quando o atendimento demanda maior privacidade, não somente na área da psicologia, as pessoas são encaminhadas a outra sala, com paredes de concreto e porta de madeira. Há que ressaltar que uma parte dos casos de refúgio já são em si casos no qual o tratamento é delicado, por envolverem situações de risco, dramas familiares e controvérsias jurídicas.

Amauri é quem coordena o trabalho da Regional PR, mas quem realiza a gestão das atividades e os processos operacionais é a Márcia Ponce. A prestação de contas à coordenação nacional fica por cargo do Amauri já a Márcia se responsabiliza em enviar os relatórios juntamente com os dados de atendimento as organizações internacionais parceiras como ACNUR e OIM. Por essa razão todos os atendimentos realizados são descritos em uma tabela compartilhada aos profissionais que realizam o atendimento direto aos migrantes, com todos os dados

²¹ O aprendizado da língua portuguesa e a busca por trabalho são atuações em que a área de assistência social geralmente indica ao migrante os serviços do CEIM e também os CRAS.

²² No ano de 2019 a organização da Cáritas alterou para segunda a quinta-feira os atendimentos ao público, restando sexta-feira para trabalho interno e reuniões.

pertinentes as instituições parceiras, como nome, idade, nacionalidade, gênero, condição de migração, motivo do atendimento, entre outros.

Foi na CÁRITAS em Curitiba, atuando simultaneamente como advogado voluntário e pesquisador, que tive acesso às pessoas e histórias que serão apresentadas ao longo da dissertação. Além do atendimento jurídico na sede da organização, pude acompanhar alguns migrantes nos contatos com outras instituições, tanto pessoalmente quanto no preenchimento de formulários, encaminhamento de processos, obtenção de informações e documentos. Paralelamente, participei de reuniões: do Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados Migrantes e Apátridas do Paraná (CERMA), centralizadas na cidade de Curitiba ou as descentralizadas nas cidades de Londrina no mês de julho e Pato Branco em outubro e de periodicidade mensal; reunião no Ministério Público Estadual, que ocorreu no prédio do próprio MPE; reunião aberta no Conselho Regional de Psicologia; reunião na CASLA junto a Defensoria Pública; também participei de outros eventos festivos e acadêmicos como as comemorações do dia da bandeira do Haiti, festa africana da Associação dos migrantes de Guiné Bissau, campeonato de futebol dos migrantes, etc. Além disso, a pesquisa envolveu a compilação e análise da legislação brasileira referente a migrantes e refugiados, bem como dos documentos e sistemas informatizados do CONARE pelos quais são submetidos e avaliados os pedidos de solicitação de refúgio.

A minha posição como pesquisador foi privilegiada devido não apenas à formação anterior na área do Direito, que possibilitou o atendimento jurídico diretamente com migrantes e refugiados e uma melhor compreensão dos impasses legais e burocráticos que enfrentavam, mas também porque esse atendimento, ao envolver ética profissional, propiciou relações de confiança e um entendimento que dificilmente poderia ocorrer da mesma forma em outras posições de pesquisador. Ao mesmo tempo, questiono-me sobre as assimetrias dessas relações, já que, ao contrário da maioria das pesquisas antropológicas, o local de pesquisa não era o ambiente habitual dos pesquisados, mas sim o do pesquisador. Não apenas isso. Os migrantes com os quais tive contato estavam numa situação de dependência jurídica, administrativa ou burocrática nos aspectos de orientação e encaminhamentos, o que incidia sobre sua participação na pesquisa e sobre o modo

como ela foi percebida²³. É importante também ressaltar que a pesquisa foi apresentada a todas as pessoas cujas histórias serão descritas nas próximas páginas, assim como a minha dupla condição de advogado e antropólogo. Essa circunstância coloca ainda a questão ética do acesso a informações confidenciais, na condição de advogado, que possivelmente não seriam compartilhadas com um pesquisador. Desse modo, optarei por além de utilizar em alguns casos nomes fictícios, não incluir no texto as informações que as próprias pessoas prefeririam resguardar.

Outra vantagem (mas também dificuldade) metodológica da pesquisa de campo, tal como foi realizada, está relacionada ao fato de meu trabalho na CÁRITAS envolver a mediação das relações entre migrantes e refugiados e outras instituições que, por sua vez, também interagem, direta ou indiretamente. Geralmente, nos atendimentos jurídicos ou administrativos que realizei (e realizo), há uma situação envolvendo outra instituição (estatal ou não) que leva a pessoa migrante a procurar algum tipo de assistência, seja na própria sede física da ONG, ou por meios virtuais como e-mail e WhatsApp ou ainda por telefone. Desse modo, acompanhei processos legais, administrativos e burocráticos nos quais essas pessoas estavam envolvidas, contribuí na elaboração de recursos, no preenchimento de fichas, na pesquisa sobre legislações e outras normativas, e na análise de diferentes documentos. Além disso, fui levado muitas vezes a pesquisar fontes jurídicas e históricas dos países de origem dos migrantes e refugiados.

Dessa experiência emergiram as questões que orientam esta pesquisa. Em particular, as relações envolvendo as pessoas (migrantes, refugiados e outros atores que configuram uma rede de relações pessoais e institucionais) e instituições (estatais ou da sociedade civil), além de múltiplas formas normativas (leis, resoluções, normativas, portarias interministeriais etc.), levaram a indagar quanto à adequação dessas categorias, conceitos e procedimentos na perspectiva dos migrantes e refugiados.

²³ Na maioria dos casos, quando o migrante ou refugiado tomava conhecimento da pesquisa, e que ela poderia contribuir para a divulgação das dificuldades encontradas por eles em diversas situações jurídicas e burocráticas, a recepção foi positiva. Os migrantes e refugiados com quem tive contato consideravam que poderiam contribuir para que outras pessoas não tivessem a necessidade de vivenciar as mesmas problemáticas.

Tal questionamento vem à tona em algumas narrativas da presente pesquisa, demonstrando diferenças conceituais, entendimentos, experiências e expectativas que não necessariamente condizem com as normas jurídicas e suas interpretações (também diversas) pelas instituições locais. No decorrer da pesquisa foi possível observar, por exemplo, migrantes haitianos, senegaleses e sírios, entre outros, afirmando que em seus países natais os procedimentos burocráticos ou a legislação funcionavam de outra maneira. Este aspecto foi notado também pelo antropólogo Douglas Mansur da Silva:

Assim considerando, os movimentos, bem como os processos sociais, são lidos a partir de uma perspectiva nativa, como parte do fazer a vida. Como seres sociais, “somos todos migrantes”, na medida em que atravessamos as mais diferentes fronteiras, geográficas, materiais, sociais, simbólicas, classificatórias, epistemológicas. O migrante coloca em xeque os sistemas classificatórios, a ponto de se questionar se a pergunta “quem é um migrante?” de fato se aplica, bem como seus pares classificatórios: “quem é forasteiro? Quem é um nativo?” (Silva 2018:4).

Há que se notar que uma interpretação que diverge das categorias já sedimentadas entre magistrados e agentes que compõem os atendimentos aos migrantes e refugiados pode significar, além da (in)compreensão, o deferimento ou indeferimento de documentos primordiais para a presença e vivência “regular” no Brasil.

Também se observa a mutação de certas categorias, como já abordado em outras pesquisas recentes (Jardim 2016, Fassin 2008), alterando e moldando os próprios conceitos de migrante e refugiado. No Brasil ainda existe uma terceira categoria nesse contexto burocrático de legalização documental que é o chamado Visto Humanitário, criado para facilitar a presença dos haitianos que notoriamente sofreram com o grande terremoto do ano de 2010, justificando uma diáspora de grandes proporções para vários locais do mundo, inclusive para o Brasil. Na época, de acordo com haitianos que vieram nesse período, o país oferecia uma grande esperança quanto ao desenvolvimento econômico, visto que seria futuramente o local de grandes eventos desportivos, a Copa do Mundo de futebol no ano de 2014 e as Olimpíadas do Rio de Janeiro no ano de 2016. Em muitos casos que pude acompanhar, essa expectativa foi frustrada.

Ao longo da dissertação, busco fazer com que a perspectiva dos migrantes e refugiados sobre categorias classificatórias e prazos burocráticos, mas também sobre o tempo e a história, antes e depois da migração para o Brasil, prevaleçam na tentativa de entendimento dos seus relatos. Embora usando o mesmo vocabulário (eu, migrantes e funcionários de diferentes instituições), não se pode presumir que se trate dos mesmos conceitos. Compreender essas diferenças é um dos desafios deste trabalho.

A dissertação está dividida em introdução, três capítulos e considerações finais. O primeiro após a introdução abordará um atual contexto das migrações com dados estatísticos oficiais, especialmente referentes ao estado do Paraná e Curitiba, assim como a transição do antigo Estatuto do Estrangeiro para a nova Lei de Migração e os novos procedimentos burocráticos surgidos a partir dessa mudança.

No segundo capítulo após a introdução serão abordados alguns casos concretos que exprimem as dissonâncias decorrentes da nova legislação nas relações entre migrantes e diferentes instituições. Esses casos mostram, respectivamente: diferenças entre procedimentos institucionais na implementação das normas e categorias da nova lei de migração; descompassos entre os tempos institucionais e seus efeitos existenciais para os migrantes; e, finalmente, a indeterminação do “rol objetivo” previsto pela lei de migração para o reconhecimento como refugiado²⁴.

No terceiro capítulo após a introdução serão abordadas as relações que diferentes instituições envolvidas com o acolhimento a migrantes têm estabelecido entre si. Num primeiro momento, descrevo como a circulação de migrantes em busca de solução para impasses jurídico-burocráticos e questões do dia-a-dia incide sobre os modos de funcionamento de diferentes organizações governamentais e não-governamentais, constituindo uma rede institucional informal dinamizada pelos trajetos de migrantes e refugiados na cidade de Curitiba. Em seguida, abordo a

²⁴ O “rol objetivo” é o conjunto de condições definidas pela Lei nº 9.474/97 para o reconhecimento de um indivíduo como refugiado no Brasil.

constituição e funcionamento de uma rede formal de instituições estatais e organizações da sociedade civil estabelecida a partir da criação, em 2015, do Conselho Estadual dos Direitos de Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná (CERMA).

Nas considerações finais, além de retomar os principais aspectos da análise desenvolvida ao longo da dissertação, irei contrastá-los com situações em que migrantes não se conformam às formas jurídicas e institucionais de conceber e administrar a diferença.

2 NOVA LEGISLAÇÃO PARA NOVOS MIGRANTES?

Este capítulo tem como objetivo apresentar as condições em que têm ocorrido as experiências e desencontros burocráticos vividos por migrantes de diferentes origens em Curitiba. Para isso, divide-se em três seções. Na primeira apresento dados produzidos por órgãos oficiais que oferecem um quadro da escala e escopo da migração recente no Brasil e, em particular, no Paraná. Na segunda seção descrevo a nova Lei de Migração, promulgada em 2017, contrastando seus princípios e formas de classificação com a legislação anterior: o Estatuto do Estrangeiro (Lei nº 6.815/80), atualmente revogado; e o Estatuto do Refugiado (Lei nº 9.474/97), que permanece em vigor. Na terceira seção, apresento os procedimentos burocráticos para a regularização de migrantes e refugiados no país, que ajudam a compreender os impasses vividos pelas pessoas com quem estive em contato durante a pesquisa.

Para além de dados normativos e legislações, cabe ressaltar que o linguajar jurídico e procedimentos burocráticos se apresentam como instrumentos de acesso (ou não) aos direitos, assim como objetos que constituem diversas formas de interpretação para diferentes atores e instituições, desencadeando por esse motivo desdobramentos que não necessariamente foram intuídos pelo poder legislativo.

2.1 MIGRAÇÃO RECENTE NO BRASIL

Segundo relatório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR)²⁵, ao final de 2016 cerca de 65,6 milhões de pessoas, 1 em cada 113 pessoas em todo mundo, foram forçadas a deixar seus locais de origem por diferentes tipos de conflitos (ACNUR 2016)²⁶. Dessas, cerca de 22,5 milhões

²⁵ No Brasil, o trabalho do ACNUR, a Agência das Nações Unidas para Refugiados, é pautado pelos mesmos princípios e funções que em qualquer outro país: proteger os refugiados e promover soluções duradouras para seus problemas. O órgão tem seu escritório central em Brasília e unidades descentralizadas em São Paulo (SP), Manaus (AM) e Boa Vista (RR). O ACNUR atua em cooperação com os governos federal, estaduais e municipais, além de outras instâncias do poder público. Fonte: ACNUR no Brasil. Disponível em: <<http://www.acnur.org/portugues/acnur-no-brasil/>> Visualizado em: 28-10-2018.

²⁶ Disponível em: <<http://www.unhcr.org/statistics/unhcrstats/5943e8a34/global-trends-forced-displacement-2016.html>> Visualizado em: 25-10-2018.

são refugiados²⁷ e 2,8 milhões são solicitantes²⁸ de reconhecimento da condição de refugiado. Atualmente, 55% dos refugiados no mundo vieram de três países: Síria (5,5 milhões), Afeganistão (2,5 milhões) e Sudão do Sul (1,4 milhões). Os países que mais possuem refugiados são a Turquia (2,9 milhões), o Paquistão (1,4 milhão) e o Líbano (um milhão).

De acordo com os dados atualizados do ACNUR em 2018, estamos testemunhando os maiores níveis de deslocamento já registrados. Cerca de 68,5 milhões de pessoas em todo o mundo foram forçadas a sair de casa. Entre elas estão quase 25,4 milhões de refugiados, mais de metade dos quais são menores de 18 anos. Há também 10 milhões de pessoas apátridas às quais foram negadas a nacionalidade e o acesso a direitos básicos como educação, saúde, emprego e liberdade de circulação (ACNUR 2018).

Alguns desses movimentos humanos pelo mundo são notórios, como as migrações do continente africano através do Mar Mediterrâneo para o continente europeu. Outros, como o pós terremoto do Haiti no ano de 2010, assim como os deslocamentos provocados pela atual guerra civil na Síria e pela crise econômica na Venezuela, são visíveis principalmente do ponto de vista dos brasileiros.

Pesquisas recentes têm utilizado o termo “novos imigrantes” para caracterizar e diferenciar historicamente as dinâmicas migratórias atuais no Brasil dos grandes movimentos migratórios do início do século XX e pós-guerras mundiais, bem como sua visibilização a partir de iniciativas de diferentes atores.

²⁷ De acordo com o conceito do ACNUR, refugiados são pessoas que estão fora de seu país de origem devido a fundados temores de perseguição relacionados a questões de raça, religião, nacionalidade, pertencimento a um determinado grupo social ou opinião política, como também devido à grave e generalizada violação de direitos humanos e conflitos armados.

²⁸ O conceito de solicitantes de refúgio se refere a pessoas que solicitam às autoridades competentes serem reconhecidas como refugiados, mas que ainda não tiveram seus pedidos avaliados definitivamente pelos sistemas nacionais de proteção e refúgio.

A intensificação da atenção aos “novos” imigrantes é fruto da movimentação de uma intrincada rede de atores (mediadores do atendimento ao imigrante) que atuam nesse campo de ajuda humanitária desde os anos 1980, pleiteando a mudança da lei do estrangeiro no Brasil, conjuntamente com agentes de Estado cuja formação jurídica no campo dos direitos humanos e da proteção internacional projeta as demandas por regularização excepcional de haitianos e senegaleses, como pleiteantes de refúgio, uma das urgências que se intensificariam com a proximidade dos megaeventos nacionais, a Copa do Mundo e as Olimpíadas. Ademais, a construção de empreendimentos relativos aos programas de governo do plano de aceleração da economia, com megaprojetos de estrutura de energia no norte do país já catalisava uma mão de obra haitiana no interior do Brasil, e, mesmo que massiva, ainda não era plenamente visibilizada como uma “questão nacional” (Jardim 2015:80).

No Brasil, segundo dados da Secretaria Nacional de Justiça divulgados na terceira edição do relatório “Refúgio em números”, do Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE)²⁹, em 2018 havia 10.145 refugiados reconhecidos e 86.007 solicitações em trâmite. Nos últimos sete anos, o Brasil recebeu 126.102 solicitações de reconhecimento de refúgio. Somente no ano de 2017 foram 33.866 solicitações, sendo que 17.865 venezuelanos, 2.373 cubanos e 2.362 haitianos, os três países com maior quantidade de solicitações. O perfil dos refugiados no Brasil é predominantemente masculino: 71% são homens e apenas 29% mulheres (CONARE, 2018). Em relação à faixa etária, os dados indicam predominância de adultos, 14% entre 0 e 12 anos, 6% entre 13 e 17 anos, 33% entre 18 e 29 anos, 44% entre 30 e 59 anos e 6% acima de 60 anos (CONARE 2018).

Ainda de acordo com o relatório do CONARE, o estado do Paraná teve, no ano de 2017, 766 solicitações de reconhecimento da condição de refugiado, o que significa 2% do total no Brasil.

Conforme o último Relatório de Atividades³⁰ do Centro Estadual de Informação para Migrantes, Refugiados e Apátridas do Estado do Paraná (CEIM), no período de outubro de 2016 (data de criação do CEIM) a outubro de 2017 foram cadastrados 613 migrantes e refugiados de 34 nacionalidades diferentes, porém com 77,4% de haitianos. O perfil dos migrantes atendidos pelo CEIM corresponde

²⁹ Comitê Nacional para os Refugiados – CONARE é o órgão colegiado e interministerial sob a coordenação do Ministério da Justiça, responsável pela análise de reconhecimento da condição de refugiado, em primeira instância, e pelas declarações de cessação e de perda da condição de refugiado.

³⁰ Disponível em: <http://www.dedihc.pr.gov.br/arquivos/File/2017/relatorio_CEIMweb.pdf>
Visualizado em: 25-10-2018.

ao que se verifica no plano nacional, compreendendo 66,7% homens e 33,2% mulheres. A distribuição por faixa etária, no período indicado, foi a seguinte: 2,8% entre 0 e 17 anos, 33,8% entre 18 e 29 anos, 62,6% entre 30 e 59 anos, 0,8% acima de 60 anos.

De acordo com os critérios de raça/cor do CEIM, os migrantes se distribuíam da seguinte forma: 565 negros ou pardos, 49 brancos e 1 amarelo. Quanto à razão pelo qual o migrante procurou o CEIM, dos 1.619 atendimentos registrados, 1.287 eram por busca de emprego.

Finalmente, quanto à documentação: 77,4% possuíam visto humanitário, 14,4% eram solicitantes de refúgio, 5,6% migrantes documentados e 1,4% refugiados, ou seja, todos esses se encontravam em situação regular. Apenas 0,8% eram migrantes indocumentados, considerados em situação irregular (CEIM, 2017).

Diante desses dados estatísticos das instituições internacionais (ACNUR), nacionais (CONARE) e regionais (CEIM), há que considerar o conceito legal de refugiado e as condições normativas que a acompanham. As instituições estatais consideram como uma pessoa refugiada aquela que sofre algum tipo de perseguição em um “rol objetivo” fechado definido pela Lei nº 9.474/1997, que dispõe sobre a admissão e direitos dos refugiados no Brasil. Essas disposições legais serão discutidas mais detalhadamente na próxima seção. Nesse momento, o que importa notar é que a maioria dos casos de migrantes haitianos e venezuelanos aos quais tive acesso durante a pesquisa, além de migrantes de alguns países africanos como Guiné Bissau e Angola, não se encaixa nas previsões desse “rol objetivo”.

Desse modo, vários migrantes com quem tive contato, como a haitiana Eugénie, utilizam instrumentalmente da categoria de refúgio para obter a regularização de forma temporária e imediata no Brasil. Dentre os países citados, o Haiti sofre com as consequências de um desastre natural que foi o terremoto do ano de 2010, resultando em restrições econômicas para a população e impulsionando a diáspora haitiana. Venezuelanos também estão sendo levados a migrar por necessidades de ordem econômica. No entanto, como se verá adiante, a legislação não inclui razões econômicas como motivação para o refúgio no país. Já no caso de países africanos como Angola e Guiné Bissau, por serem países lusófonos, possuem vínculos institucionais com diversas faculdades no Brasil. Ao término dos

cursos, os estudantes também procuram o refúgio como forma de regularização imediata no país, embora esta também não seja uma das razões previstas no “rol objetivo”. Contudo, essa instrumentalização do refúgio, potencialmente capaz de incidir sobre a própria lei e de conferir novas características e poderes aos documentos, não é automática: terá que passar pelo deferimento do Ministério da Justiça, mais especificamente do CONARE, para que de fato o estado brasileiro considere a pessoa, além de migrante, também como refugiada.

Como eram notórias as situações de Síria, Haiti e, mais recentemente, Venezuela, e tendo em vista a facilitação da regularização desses migrantes para que o refúgio fosse concedido e examinado em menor demanda pelo CONARE, foram criadas outras portarias interministeriais ofertando o chamado “visto humanitário” aos migrantes dessas localidades. Essas normativas, assim como esse novo tipo de visto, possuem também “critérios objetivos” nos quais a migrante haitiana Eugénie novamente não se enquadrava, já que validavam a entrada de haitianos até o mês de abril do ano de 2018. Como ela chegava de outro país (Chile), a ausência de comprovação oficial de sua saída gerava mais transtornos burocráticos para sua regularização no Brasil.

Em linha com as dificuldades enfrentadas por Eugénie, uma análise recente das políticas públicas para o acolhimento e integração de refugiados e migrantes em Curitiba, efetuada por pesquisadoras da área de Ciências Jurídicas, aponta:

A burocracia brasileira dificulta a adaptação dos refugiados no Brasil, ao exigir de forma absurda, quantidade de documentos como comprovante de residência ou histórico escolar, fotocópias e autenticações, sendo que um refugiado muitas vezes não possui, dependendo de como ocorreu a sua fuga. Assim, algumas das exigências impostas, são praticamente impossíveis de serem realizadas. Diante destas circunstâncias e da demora do poder público em criar e estabelecer políticas públicas, muitas ONGs e entidades, resolveram assumir esta obrigação do Estado, trabalhando diretamente com os refugiados, auxiliando no acesso à informação, questões econômicas, culturais e sociais, no ensino do idioma, na reintegração e no empoderamento dos refugiados (SOUZA et al 2018:565).

A presente pesquisa pretende abordar principalmente as condições de migração no Brasil entre os anos de 2017 e 2019 – em particular em Curitiba e região metropolitana –, considerando as normas legais e procedimentos burocráticos oficiais em vigor. Para uma melhor compreensão dos obstáculos jurídico-burocráticos enfrentados por migrantes em situações concretas, que serão

discutidos mais detalhadamente no próximo capítulo a partir dos atendimentos no setor de Proteção Legal da CÁRITAS, apresento a seguir a transição entre as duas principais normativas referentes à migração no país: o Estatuto do Estrangeiro (Lei nº 6.815/80) e a nova Lei de Migração (Lei nº 13.445/17). Abordo também o Estatuto do Refugiado (Lei nº 9.474/1997) e os procedimentos burocráticos dele decorrentes.

2.2 A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA NO TEMPO

2.2.1 O Estatuto do Estrangeiro

Promulgada em 19 de agosto de 1980 pelo então presidente João Figueiredo, a Lei nº 6.815 definiu de forma sistemática a situação jurídica dos estrangeiros no Brasil. O chamado Estatuto do Estrangeiro foi revogado somente no ano de 2017 pela Lei nº 13.445.

Gestado durante o governo militar, o Estatuto do Estrangeiro tinha características próprias desse viés originário, circunscrevendo a consideração da migração e da cidadania como questões atinentes à segurança nacional. Há que se recordar ainda que essas preocupações se inseriam em um contexto mundial da Guerra Fria, no qual questões militares e geopolíticas de ampla escala e o medo ao comunismo eram pertinentes. Tais características podem ser observadas já no primeiro artigo do Estatuto, que condicionava as garantias de direitos aos estrangeiros aos tempos de paz e aos interesses nacionais:

Artigo 1º - Em tempo de paz, qualquer estrangeiro poderá, satisfeitas as condições desta Lei, entrar e permanecer no Brasil e dele sair, resguardados os interesses nacionais (Lei nº 6.815/80).

Os dois artigos seguintes explicitavam as características protecionistas e a doutrina militar de segurança nacional subjacentes à lei:

Artigo 2º - Na aplicação desta Lei atender-se-á precipuamente à segurança nacional, à organização institucional, aos interesses políticos, socioeconômicos e culturais do Brasil, bem assim à defesa do trabalhador nacional.

Artigo 3º - A concessão do visto, a sua prorrogação ou transformação ficarão sempre condicionadas aos interesses nacionais.

O Estatuto do Estrangeiro de 1980 possuía 141 artigos, distribuídos em 13 títulos³¹. Note-se que os títulos VII a IX, que tratam respectivamente da deportação, da extradição e da expulsão de estrangeiros, compreendem um total de 37 artigos (artigos 57 a 94), demonstrando a preocupação em definir as formas pelas quais, normativamente, o estrangeiro não se encaixava na sociedade brasileira da época. Caso somados aos do título XII (Das infrações, penalidades e seu procedimento), são mais quatro artigos normatizando estrangeiros indesejáveis. Além disso, os títulos X (Dos direitos e deveres do estrangeiro) e XI (Da naturalização), correspondem a um padrão ao qual o estrangeiro deveria se moldar, estabelecendo uma quantidade de deveres e obrigações inversamente proporcional aos direitos. Sobre direitos e deveres, o Estatuto do Estrangeiro afirmava:

Art. 95- O estrangeiro residente no Brasil goza de todos os direitos reconhecidos aos brasileiros, nos termos da Constituição³² e das leis.

Os artigos posteriores, porém, estavam em confronto direto com essa formulação, restringindo ao estrangeiro diversos direitos de que desfrutavam brasileiros natos. O artigo 106 enumerava, em dez incisos, atividades vedadas a estrangeiros, em especial nas áreas de transportes, energia e comunicações. Além disso, o estrangeiro era proibido de “participar da administração ou representação de sindicato ou associação profissional” (inciso VII), assim como de “prestar assistência religiosa às Forças Armadas e estabelecimentos de internação coletiva” (inciso X). Já o artigo 107 impedia o exercício de qualquer atividade política, nos termos a seguir:

Artigo 107 - O estrangeiro admitido no território nacional não pode exercer atividade de natureza política, nem se imiscuir, direta ou indiretamente, nos negócios públicos do Brasil, sendo-lhe especialmente vedado:

³¹ Os títulos tratam dos seguintes temas: I – Da Aplicação; II – Da Admissão, Entrada e Impedimento; III – Da Condição de Asilado; IV – Do Registro e suas Alterações; V – Da Saída e do Retorno; VI – Do Documento de Viagem para Estrangeiro; VII – Da Deportação; VIII – Da Expulsão; IX – Da Extradição; X – Dos Direitos e Deveres do Estrangeiro; XI – Da Naturalização; XII – Das Infrações, Penalidades e seu Procedimento; e XIII – Disposições Gerais e Transitórias.

³² Considerando que a Lei 6.815/1980 foi anterior à Constituição Federal de 1988, a promulgação desta provocou outras divergências, descritas nas páginas seguintes.

- I - Organizar, criar ou manter sociedade ou quaisquer entidades de caráter político, ainda que tenham por fim apenas a propaganda ou a difusão, exclusivamente entre compatriotas, de ideias, programas ou normas de ação de partidos políticos do país de origem;
- II - Exercer ação individual, junto a compatriotas ou não, no sentido de obter, mediante coação ou constrangimento de qualquer natureza, adesão a ideias, programas ou normas de ação de partidos ou facções políticas de qualquer país;
- III - organizar desfiles, passeatas, comícios e reuniões de qualquer natureza, ou deles participar, com os fins a que se referem os itens I e II deste artigo [...].

Desse modo, os direitos dos estrangeiros durante a vigência dessa legislação ficaram limitados, sendo que os direitos políticos foram restritos em sua totalidade. São nítidas as diferenças entre um brasileiro nato e um estrangeiro estabelecidas pela legislação migratória nesse período. Conforme assinala o antropólogo Igor Renó Machado:

(...) uma discussão sobre as legislações de migração é também uma discussão sobre redefinição do Estado em função dessa diferença. Temos que a diferença opera, assim, em duas pontas que se configuram mutuamente: o Estado define a diferença e a diferença define o estado (Machado 2018).

No entanto, embora a legislação defina e redefina novas categorias e conceitos, Machado também observa, sobre a análise antropológica da legislação:

(...) uma antropologia do texto das leis nos permite entender como a figura do imigrante opera para redefinir o Estado mais do que para justificar uma política efetiva. E, conforme a redefinição do Estado pretendia, a percepção do imigrante muda ligeiramente como instrumento de justificativa para a própria redefinição: criminoso, trabalhador, superexplorado ou fonte de recursos, essas são as perspectivas desse conjunto de propostas legislativas (Machado 2018).

Com o fim do governo militar na metade da década de 1980, além dos direitos políticos restabelecidos para a população brasileira, como a possibilidade do voto direto, foi também elaborada uma nova constituição que está em vigor até os dias atuais. A Constituição Federal de 1988 avançou principalmente acerca dos direitos sociais, sendo reconhecida internacionalmente por essas e outras inovações. Contudo, algumas normativas infraconstitucionais, como o Estatuto do Estrangeiro, continuaram vigentes, o que resultou em conflitos de ordem constitucional ocasionados pelo tempo em que elas foram criadas.

Jardim (2013), em um debate anterior à confecção da nova lei de migração, reforçava a contradição entre a antiga legislação dos estrangeiros e a amplitude dos direitos ofertados pela Constituição de 1988:

Quero dizer, que as soluções não se esgotam em uma boa lei, embora no cenário brasileiro a lei do estrangeiro atual seja uma enorme restrição aos direitos e ainda colida diretamente com preceitos da Constituição de 1988 (Jardim 2013).

A autora criticava a restrição de direitos do Estatuto do Estrangeiro, caracterizando uma inconstitucionalidade que persistiu por quase trinta anos, da promulgação da Constituição Federal de 1988 até a revogação do Estatuto do Estrangeiro no final do ano de 2017. Jardim também chamava atenção para iniciativas que, nesse período, buscavam contornar os obstáculos legais:

A resistência e debate difícil sobre a mudança na lei do Estrangeiro (Lei 6.815 de 1980) é um dos complicadores dessa arena. De um lado, vislumbram-se debates sobre as normas protetivas ao imigrante e que claramente assumem preocupações relativas os direitos humanos dos imigrantes e que são levadas ora pelo Ministério da Justiça, ora pelo Ministério do Trabalho (CNIg). Embora não tenham atingido com eficiência o debate da própria lei 6.815 de 1980, o Estatuto do Estrangeiro, e suas incoerências com a Carta Magna de 1988, tais arenas têm mobilizados direitos mediadores da sociedade civil organizada – que historicamente já se detinha no apoio aos migrantes e detinham experiências diretas com os obstáculos legais da mesma lei - a fazer dois movimentos: a) dedicar-se a casos concretos que vão surgindo e tendo que ser atendidos em suas urgências e b) conformar espaços de diálogo com o poder público para que a divisão do trabalho de atendimento aos imigrantes e refugiados transcorra para além da excepcionalidade.

2.2.2 Estatuto do Refugiado

Ao contrário do Estatuto do Estrangeiro, a lei que regulamenta os refugiados no Brasil foi criada em 1997, já de acordo com a Constituição Federal de 1988. A Lei nº 9.474/97 define mecanismos para a implementação da Convenção das Nações Unidas sobre o Estatuto dos Refugiados, de 1951³³, e determina outras

³³ A Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados foi formalmente adotada em 28 de julho de 1951 para resolver a situação dos refugiados na Europa após a Segunda Guerra Mundial. Esse tratado global define quem vem a ser um refugiado e esclarece os direitos e deveres entre os refugiados e os países que os acolhem. O Brasil se tornou signatário da Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados a partir do Decreto nº 50.215 de 1961.

providências. Já no primeiro artigo, a lei conceitua quem são os refugiados, em concordância com as Organizações das Nações Unidas, o ACNUR – a agência da ONU para refugiados – e os tratados internacionais pós Segunda Guerra Mundial. Reproduzo o artigo na íntegra, uma vez que as condições nele definidas para o reconhecimento de refugiados no Brasil, o assim chamado “rol objetivo”, constituem uma fonte permanente de controvérsias quando confrontadas com casos concretos.

Art. 1º Será reconhecido como refugiado todo indivíduo que:

- I - Devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país;
- II - Não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior;
- III - devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país.

Para a implementação das novas disposições relativas a refugiados, a Lei nº 9.474/97 criou o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), órgão de deliberação coletiva no âmbito do Ministério da Justiça, e definiu como suas competências:

Art. 12. [...]:

- I - Analisar o pedido e declarar o reconhecimento, em primeira instância, da condição de refugiado;
- II - Decidir a cessação, em primeira instância, ex officio ou mediante requerimento das autoridades competentes, da condição de refugiado;
- III - determinar a perda, em primeira instância, da condição de refugiado;
- IV - Orientar e coordenar as ações necessárias à eficácia da proteção, assistência e apoio jurídico aos refugiados;
- V - Aprovar instruções normativas esclarecedoras à execução desta Lei.

Na terceira seção deste capítulo, irei apresentar como essas atribuições têm se concretizado em formulários e procedimentos burocráticos para a solicitação e avaliação de pedidos de refúgio, com base também nas disposições da Constituição Federal e da nova Lei de Migração.

2.2.3 Nova Lei da Migração

Como foi dito acima, até a promulgação da nova lei de migração – Lei nº 13.445/2017 –, permaneceu vigente o Estatuto do Estrangeiro de 1980, remanescente dos governos militares e inspirado pela doutrina de segurança nacional. O então presidente Michel Temer foi o responsável por sancionar a nova lei, que entrou em vigor no mês de novembro de 2017, num cenário político do estado brasileiro ainda conturbado pelas consequências do impeachment da presidenta Dilma Rousseff ocorrido no ano anterior. Em outro plano, o poder legislativo também teve um protagonismo fundamental para os temas abordados na presente pesquisa, pois tramitaram entre seus corredores, no mesmo período, projetos para alteração de normativas quanto à migração e o refúgio. O Projeto de Lei (PL) que foi sancionando foi o PL do Senado nº 288³⁴, de 2013 de autoria do senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP) que posteriormente teve o Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 7, de 2016, ao PL 2516 de 2015 na Câmara dos Deputados.

Em publicação recente, comemorativa dos 60 anos da Associação Brasileira de Antropologia (Souza Lima et al, 2018), na introdução à seção sobre “Antropologia, Migrações e Deslocamentos”, Bela Feldman-Bianco assinala o viés do “retrógrado Estatuto do Estrangeiro de 1980, baseado na segurança nacional”, revogado por uma nova legislação ancorada nos direitos humanos (Feldman-Bianco 2018, p.545). Críticas similares são desenvolvidas por Igor Machado e Márcia Sprandel nos capítulos seguintes.

Para Machado (2018), ainda durante a vigência da lei de 1980, a criação de uma figura legal chamada Conselho Nacional de Imigração³⁵ (CNIg), possibilitou ao

³⁴ Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/127792>>. Acessado em: 22-09-2019.

³⁵ § 1º Para os fins desta Lei, considera-se:

I - (VETADO);

II - imigrante: pessoa nacional de outro país ou apátrida que trabalha ou reside e se estabelece temporária ou definitivamente no Brasil;

III - emigrante: brasileiro que se estabelece temporária ou definitivamente no exterior;

IV - residente fronteiriço: pessoa nacional de país limítrofe ou apátrida que conserva a sua residência habitual em município fronteiriço de país vizinho;

V - visitante: pessoa nacional de outro país ou apátrida que vem ao Brasil para estadas de curta duração, sem pretensão de se estabelecer temporária ou definitivamente no território nacional;

menos a existência de uma instituição supraministerial que chamou para si o processo constante de redefinição da diferença à medida que se alteraram imensamente os fluxos de imigrantes no país. O CNlg se tornou responsável por gerenciar as políticas relativas aos estrangeiros, funcionando com uma composição mista, com membros de várias instituições governamentais e alguns assentos para entidades representativas de trabalhadores, da academia e da sociedade civil.

Quanto à mudança e transição da legislação, de acordo com Hilquias Crispim:

Em 24 de maio de 2017, foi sancionada a Lei de Migração (Lei n.º 13.445/2017), que revogou o Estatuto do Estrangeiro (Lei nº 6.815/1980), lei criada no período da ditadura militar brasileira, que situava os migrantes como agentes de ameaça à segurança nacional e não como sujeitos de direitos, contrariando os tratados de direitos humanos ratificados e incorporados ao ordenamento jurídico pelo Brasil. Assim, normativamente, a Lei de Migração trouxe a mudança de paradigma fundamental ao ratificar a necessidade de promoção e o acesso a direitos, uma vez que a impressão que se tinha era que a lei anterior impunha mais deveres do que atribuía igualdade de direitos aos migrantes, estrangeiros e refugiados (no caso de lacuna da lei de refúgio) (Crispim 2018:302).

Há nitidamente uma mudança de foco na visão das duas legislações quanto à figura do “estrangeiro”, passando a ser chamado de “migrante” pelo contexto em que cada uma foi elaborada. O emparelhamento e concordância com a Constituição da República de 1988 também é um fato notório, visto que a lei anterior também era anterior à Constituição.

A nova Lei de Migração (Lei nº 13.445, de 2017) possui 125 artigos divididos em 10 capítulos. Apesar de sancionada em 24 de maio do ano de 2017, a lei passou a ter efeitos a partir de novembro do mesmo ano, revogando o Estatuto do Estrangeiro (Lei nº 6.815, de 1980). Uma das principais diferenças entre as duas legislações se faz na conceituação, abandonando o termo “estrangeiro”, da antiga lei, para “migrante”, “emigrante” e “imigrante” na nova lei³⁶. Assim, como afirma Machado (2018), a partir da legislação o estado passa a redefinir os termos e

VI - apátrida: pessoa que não seja considerada como nacional por nenhum Estado, segundo a sua legislação, nos termos da Convenção sobre o Estatuto dos Apátridas, de 1954, promulgada pelo Decreto nº 4.246, de 22 de maio de 2002, ou assim reconhecida pelo Estado brasileiro.

³⁶ Migrante: pessoa que se desloca de país ou região geográfica ao território de outro país ou região geográfica, incluindo o imigrante, o emigrante, o residente fronteiriço e o apátrida.

categorias e, além disso, assume uma preocupação com os brasileiros que residem no exterior.

Há também inovação em relação à lei anterior quanto a princípios e garantias. Em seu artigo 3º, são definidos como princípios e diretrizes da política migratória brasileira, entre outros: repúdio e prevenção à xenofobia, ao racismo e a quaisquer formas de discriminação; não criminalização da migração; não discriminação em razão dos critérios ou dos procedimentos pelos quais a pessoa foi admitida em território nacional; promoção de entrada regular e de regularização documental; e acolhida humanitária.

A nova lei de migração teve impactos significativos na vida das pessoas com quem entrei em contato durante a pesquisa, principalmente em virtude dos modos heterogêneos pelos quais suas disposições foram incorporadas (ou não) por diferentes entidades ou instituições.

Embora tenha representado um avanço significativo em relação ao Estatuto do Estrangeiro, a lei de 2017 também tem sido alvo de críticas. Para juristas e profissionais de relações internacionais, a chamada nova lei de migração, que pretendia ser progressista, sofreu várias alterações, principalmente em relação aos vetos presidenciais, como detalha Marcia Anita Sprandel (2018). Destaca-se aí o veto ao inciso 1º do artigo 1º³⁷, sob a justificativa da amplitude do significado de migrante; o inciso 2º³⁸ do mesmo artigo sobre o direito de livre circulação das populações tradicionais e dos povos indígenas; a restrição dos direitos políticos no artigo 4º em seu inciso 2º³⁹, que tornaria possível ao imigrante preencher cargo,

³⁷ São plenamente garantidos os direitos originários dos povos indígenas e das populações tradicionais, em especial o direito à livre circulação em terras tradicionalmente ocupadas.

³⁸ § 2º Ao imigrante é permitido exercer cargo, emprego e função pública, conforme definido em edital, excetuados aqueles reservados para brasileiro nato, nos termos da Constituição Federal.

§ 3º Não se exigirá do migrante prova documental impossível ou descabida que dificulte ou impeça o exercício de seus direitos, inclusive o acesso a cargo, emprego ou função pública.

§ 4º Aplicam-se ao visitante os direitos previstos no Caput e nos incisos I, II, IV, V, VI, VIII, IX, X, XI, XII, XIII, XIV e XV deste artigo.

³⁹ Art. 118. Será concedida autorização de residência aos imigrantes que, tendo ingressado no território nacional até 6 de julho de 2016, assim o requeiram no prazo de 1 (um) ano após a entrada em vigor desta Lei, independentemente de sua situação migratória prévia.

§ 1º Os imigrantes que requererem autorização de residência nos termos do Caput estarão isentos do pagamento de quaisquer multas, taxas e emolumentos consulares.

§ 2º O Poder Executivo editará plano de regularização migratória, com metas e indicadores para o efetivo cumprimento dos benefícios concedidos na forma do Caput deste artigo.

§ 3º O imigrante com processo de regularização migratória em tramitação poderá optar por ser beneficiado por esta Lei.

emprego e função pública, com exceção a aqueles destinados a brasileiros natos; e também a anistia aos migrantes que ingressaram até 06 de julho de 2016, no artigo 118⁴⁰.

Conforme assinala Silvia Zelaya:

No dia 18 de abril de 2017 o Plenário do Senado aprovou a nova Lei de Migração. Posteriormente, no dia 25 de maio foi sancionada a Lei 13.445/2017 (Lei de Migração) que garante direitos de estrangeiros no Brasil e assistência a brasileiros que moram no exterior. De acordo com o informado pelo Senado, o presidente Michel Temer vetou 18 trechos do texto. Um dos principais foi o veto à anistia a imigrantes que entraram no Brasil até 6 de julho de 2016 e que fizeram o pedido até um ano após o início de vigência da lei, independentemente da situação migratória anterior. De acordo com a justificativa para o veto, o dispositivo concederia “anistia indiscriminada a todos os imigrantes”, retirando a autoridade do Brasil de selecionar como será o acolhimento dos estrangeiros (Zelaya 2018).

Assim, vários migrantes deixaram de obter a regularização de sua situação jurídica devido ao veto presidencial. O lado positivo, para os diversos autores, é a mudança de foco: de uma visão do estrangeiro através da segurança nacional para o migrante como cidadão e visando a regularização no âmbito profissional⁴¹. Na visão de Jardim, sob uma ótica metodológica de pesquisa,

§ 4º A autorização de residência prevista neste artigo não implica anistia penal e não impede o processamento de medidas de expulsão e cooperação jurídica relativas a atos cometidos pelo solicitante a qualquer tempo.

§ 5º Não poderão receber a autorização de residência prevista neste artigo as pessoas cuja estada no território nacional tenha como fundamento visto oficial ou diplomático.

§ 6º A autorização de residência será cancelada se, a qualquer tempo, verificar-se a falsidade das informações prestadas pelo imigrante.

§ 7º O processo de perda ou de cancelamento de autorização de residência observará as garantias de ampla defesa e contraditório, podendo ser iniciado de ofício por autoridade competente do Poder Executivo federal ou mediante representação fundamentada, assegurado o prazo para recurso de 60(sessenta) dias contado da notificação da decisão.

§ 8º O procedimento referente ao requerimento de autorização de residência referido no Caput será realizado em etapa única, na qual serão apresentados o requerimento e a documentação complementar e realizadas a coleta de identificação biométrica e a efetivação do registro.

⁴⁰ Nova mudança de foco, entretanto, parece se prenunciar. Em data recente foi publicada no Diário Oficial da União a Portaria nº 666, de 25 de julho de 2019, do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública. O conteúdo da portaria prevê a alteração da nova Lei de Migração, incluindo quatro novos artigos ampliando o controle migratório, observando a imigração sob a ótica de criminalização das pessoas em mobilidade e contrariando a própria Constituição Federal em seu artigo 5º. A Associação Brasileira de Antropologia (ABA) emitiu uma nota repudiando veementemente a portaria. Disponível em: < <http://www.portal.abant.org.br/2019/07/27/nota-do-comite-de-migracoes-e-deslocamentos-da-associacao-brasileira-de-antropologia-sobre-a-portaria-no-666-2019-do-ministro-de-estado-da-justica-e-seguranca-publica-sergio-moro/> > Visualizado em: 29-08-2019.

⁴¹ Disponível em: <<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/522434860/decreto-9199-17#art-58--inc-II>>. Visualizado em: 26-10-2019.

(...) não nos compete avaliar se as leis são boas ou ruins, se não inovadoras, progressistas ou não, e sim compreendê-las em situações específicas e nos modos como interpelam sujeitos e direcionam as práticas de agentes sociais (Jardim 2013).

É o que procuro fazer no próximo capítulo, ao descrever impasses jurídicos e burocráticos enfrentados por alguns(mas) dos(as) migrantes com quem tive contato durante a pesquisa. Para uma melhor compreensão desses impasses, apresento na próxima seção os principais procedimentos burocráticos para a regularização de migrantes e refugiados no país, de acordo com a legislação vigente.

2.3 PROCEDIMENTOS BUROCRÁTICOS

A pessoa migrante, quando chega ao Brasil com o intuito de fixar residência e permanecer no país, precisa passar por alguns procedimentos administrativos para receber autorização oficial de permanência e legalização de sua situação. Alguns desses procedimentos serão descritos na presente seção, com o objetivo de oferecer um pano de fundo para a compreensão das experiências de migrantes que serão descritas no capítulo 3, envolvendo emaranhados burocráticos, controvérsias normativas e interpretações divergentes da nova lei de migração.

Ao chegar ao país, o primeiro passo seria procurar a autoridade da Polícia Federal mais próxima com o intuito de regularizar o status migratório. Conforme o Decreto 9.199 de 2017⁴², compete à Polícia Federal organizar, manter e gerir os processos de identificação civil do imigrante; produzir a Carteira de Registro Nacional Migratório⁴³ (CRNM); e administrar a base de dados relativa ao Registro Nacional Migratório.

Conforme as narrativas apresentadas nos próximos capítulos, vários dos migrantes com quem tive contato durante a pesquisa chegaram ao Brasil com visto de turista, válido por noventa dias prorrogáveis por mais noventa. Posteriormente

⁴² Disponível em: <<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/522434860/decreto-9199-17#art-58--inc-II>>. Visualizado em: 26-10-2019.

⁴³ A Carteira de Registro Nacional Migratório (CRNM) é a antiga Carteira de Identidade Estrangeira (CIE). Disponível em: <<http://www.pf.gov.br/servicos-pf/imigracao/duvidas-frequentes/o-que-e-crmn>>. Visualizado em: 26-10-2019.

procuraram a Cáritas, a CASLA ou diretamente a Polícia Federal⁴⁴ para definir a sua situação. A opção com menos procura era a confecção direta do CRNM, devido à exigência de documentos específicos, como comprovante de residência, e pelo limite do prazo válido⁴⁵ do visto de turista, de que nem todos possuem conhecimento. Na maioria dos atendimentos era necessário que fizessem a solicitação de refúgio para em seguida, após seu deferimento, providenciar o Registro Nacional de Estrangeiros (RNE), até a nova legislação de 2017, ou, atualmente, o CRNM.

De acordo com a Polícia Federal,⁴⁶ os documentos necessários para o pedido e a confecção da Carteira de Registro Nacional Migratório (CRNM) são⁴⁷:

- a) Formulário⁴⁸ específico preenchido;
- b) Duas fotos 3×4, recentes, coloridas e com fundo branco;
- c) Declaração de endereço eletrônico e demais meios de contato;
- d) Cópia de comprovante de residência⁴⁹;
- e) Documento de viagem válido ou outro documento que comprove a identidade e a nacionalidade, nos termos dos tratados de que o País seja parte;
- f) Certidão de nascimento ou casamento ou certidão consular ou formulário do visto⁵⁰, quando o documento de viagem ou documento oficial de identidade não trouxer dados sobre filiação;

⁴⁴ O processo para o registro, emissão e confecção da primeira via da Carteira de Registro Nacional Migratório (CRNM) deverá ser realizado com presença do migrante na Polícia Federal de preferência na unidade de seu domicílio e com agendamento prévio.

⁴⁵ Mesmo que exista a possibilidade de noventa dias prorrogáveis por mais noventa, o antigo RNE pressupunha a realização do pedido em trinta dias após a entrada do estrangeiro no país; já o RNM, em após noventa dias após a chegada.

⁴⁶ Disponível em: <<http://www.pf.gov.br/servicos-pf/imigracao/cedula-de-identidade-de-estrangeiro/documentos-necessarios-para-registro/visto-consular/visto-consular>> Visualizado em: 16-09-2019.

⁴⁷ A informação quanto aos documentos necessários é dada diretamente na Polícia Federal (pelo site ou na própria instituição) ou, quando as pessoas migrantes procuram a Cáritas ou a CASLA, lhes é oferecido o preenchimento, assim como a impressão do formulário, e um “check list” dos documentos necessários, impresso em outra folha.

⁴⁸ Atualmente o formulário é eletrônico, no chamado de SISMIGRA - Sistema de Registro Nacional Migratório. Contém quatro abas: Dados Pessoais, Dados do Registro, Endereço e Declaração. O migrante deverá apresentar o formulário preenchido e impresso. Disponível em: <<https://servicos.dpf.gov.br/sismigra-internet/faces/publico/tipoSolicitacao/solicitarRegistroEmissaoCie.seam?cid=15893>>. Visualizado em: 28-10-2019.

⁴⁹ Como o comprovante de residência depende da obtenção de um local de moradia, é raro que os migrantes cheguem e procurem imediatamente a Polícia Federal no intuito da confecção do CRNM.

- g) Formulário original do visto/consulta ao visto no STI⁵¹, conforme o caso;
- h) Documento de identificação do chamante⁵² (para visto temporário por reunião familiar);
- i) Declaração, sob as penas da lei, subscrita pelo chamante e chamado, que não deverá estar presente em nenhuma das causas de perda de autorização de residência previstas no art. 135 do Decreto nº 9.199, de 2017 (para visto temporário por reunião familiar);
- j) Comprovante de pagamento da taxa Guia de Recolhimento da União (GRU): “Código 140120 – EMISSÃO DE CARTEIRA DE REGISTRO NACIONAL MIGRATÓRIO (R\$ 204,77 reais)”, quando aplicável⁵³.

Já para a solicitação de refúgio é necessário que o migrante procure uma das unidades da Polícia Federal em qualquer momento após a chegada ao Brasil. Durante o ano de 2018, era requisitado o preenchimento do **termo de solicitação de refúgio**⁵⁴. Esse termo consiste em um formulário de sete páginas, com as variações em português, inglês, espanhol e francês. As primeiras folhas do tópico I – Identificação, deverão ser preenchidas com os dados pessoais, os dados do possível intérprete, e em seguida os dados dos familiares; no tópico II – as circunstâncias da solicitação, o migrante deverá assinalar sua origem e os motivos

⁵⁰ Quando o visto já é requerido em outro país com Consulado do Brasil.

⁵¹ Sistema de Tráfego Internacional (STI). O STI teve a sua implantação iniciada em meados de 2006, e prevê o lançamento, on line e em tempo real, de todos os movimentos migratórios realizados nas fronteiras brasileiras. Todavia, a disponibilização da nova ferramenta se dá de forma paulatina, de acordo com um cronograma de implantação que prevê o atendimento dos aeroportos, portos e fronteiras terrestres, durante os anos subsequentes. Disponível em: <http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/dados/Lists/Pedido/Attachments/475689/RESPOSTA_PEDIDO_E-MAIL%20151%2008850001205201689%20CGPI.pdf>. Visualizado em: 28-10-2019.

⁵² A denominação de “chamante” é designada para o migrante que já reside no Brasil e com sua situação regularizada, quando faz o pedido de “reunião familiar” para a vinda de algum parente próximo. Por consequência o migrante “chamado” é a pessoa que se beneficia desse instrumento burocrático de regularização do status migratório.

⁵³ Se for caso de hipossuficiência econômica para o pagamento de taxas, para fins de avaliação dessa condição, é necessário apresentar declaração de hipossuficiência econômica, nos termos da Portaria nº 218/2018-MJ, que dispõe sobre o procedimento de avaliação da condição de hipossuficiência econômica para fins de isenção de taxas para obtenção de documentos de regularização migratória e de pagamento de multas. Há um formulário após o artigo 6º na própria Portaria para preenchimento do migrante. Disponível em: < <http://www.pf.gov.br/servicos-pf/imigracao/cedula-de-identidade-de-estrangeiro/portarias-interministeriais/PORTARIAN218DE27DEFEVEREIRODE2018DirioOficialdaUnioImprensaNacional.pdf>>. Visualizado em: 02-11-2019.

⁵⁴ Anexo I.

que levam ao pedido de refúgio. Na última página vem a declaração de que as informações fornecidas são completas e verídicas, seguida das assinaturas do solicitante, do intérprete e do agente da Polícia Federal. Toda informação declarada pelo solicitante de refúgio será confidencial e não será compartilhada com as autoridades do seu país de origem.

Conforme a Resolução Normativa nº 18 do Ministério da Justiça, de abril de 2014⁵⁵, não é possível solicitar o refúgio estando fora do território nacional, em consulado ou embaixada brasileira no exterior. O migrante que solicita refúgio não pode ser deportado para fronteira de território onde sua vida ou liberdade estejam ameaçadas. E o ingresso irregular no território não deverá constituir impedimento para que o migrante solicite refúgio às autoridades competentes.

Em geral, a Polícia Federal ou a autoridade migratória de fronteira orientam o migrante para que seja preenchido um formulário descrevendo os motivos pelos quais é solicitado o refúgio. Como em diversos casos a documentação está deteriorada ou se encontra ausente, é flexibilizada a necessidade de documentos⁵⁶. Esse é um momento em relação ao qual há vários relatos de desentendimentos, geralmente pela dificuldade de interpretação de outras línguas e por consequência de uma grande demanda. Após a incompreensão nesse tipo de atendimento da Polícia Federal é que Eugénie e suas amigas, cujo caso narrei na Introdução, foram orientadas a se deslocarem à Cáritas.

Os profissionais⁵⁷ da Cáritas que trabalhavam diretamente com o atendimento ao público migrante permaneciam durante algum tempo tirando fotocópias dos passaportes dos migrantes que almejavam a solicitação de refúgio. Isto ocorre porque há uma exigência da Polícia Federal das cópias integrais dos passaportes, mesmo das páginas que não contenham nenhuma informação.

⁵⁵ RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 18, DE 30 DE ABRIL DE 2014 (Alterada pelas Resoluções Normativas nº 22/2015, 23/2016 e 26/2018) Estabelece os procedimentos aplicáveis ao pedido e tramitação da solicitação de refúgio e dá outras providências. Disponível em: <<https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/anexos/resolucao-18-2014-atualizada.pdf>>.

Visualizado em: 15-11-2019.

⁵⁶ Anexo II.

⁵⁷ Independentemente do cargo ou função exercida na Cáritas (advogada, assistente social, psicóloga, estagiários ou voluntários), todos utilizavam a máquina de fotocópias para que os migrantes tivessem a documentação completa ao se deslocarem até a Polícia Federal para solicitação de refúgio. Esse trabalho demanda tempo e disponibilidade da máquina, já que havia no ano de 2018 apenas um aparelho multifuncional que operava as fotocópias, digitalizações e impressões.

Recentemente o Ministério da Justiça alterou a forma de solicitação de refúgio no Brasil, conforme aviso no site do órgão:

ATENÇÃO: a partir do dia 15 de setembro de 2019, as solicitações de reconhecimento da condição de refugiado serão recebidas EXCLUSIVAMENTE pelo Sisconare⁵⁸.

Essa alteração no sistema de solicitação de refúgio é recente e não há muitas informações sobre adequação, melhorias e facilitação. Como foi introduzida após o término da pesquisa de campo, seus efeitos não serão abordados neste trabalho.

Após o registro da solicitação na Polícia Federal o migrante recebe um **protocolo provisório**, válido por um ano e renovável até a decisão final do CONARE sobre o pedido de refúgio. Este protocolo constitui **documento de identidade** válido em território nacional, servindo de comprovante da situação migratória regular e de que o solicitante está protegido e não pode ser devolvido para o país onde a sua vida esteja em risco. Com este protocolo o migrante tem direito a obter carteira de trabalho (CTPS) e cadastro de pessoa física (CPF) e acessar todos os serviços públicos disponíveis no Brasil. Ainda após o registro, o solicitante será entrevistado pessoalmente via Skype por um funcionário do CONARE ou da Defensoria Pública da União, do sexo de sua preferência, que questionará em detalhes os motivos que levaram sair de seu país de origem. A entrevista deve ser realizada em um idioma compreensível ao migrante e, caso necessário, com direito a um intérprete. Na falta sem justificativa à entrevista, o migrante fica sujeito ao arquivamento da solicitação de refúgio.

Uma das principais diferenças entre as duas legislações, a Lei nº 6.815 de 1980 (Estatuto do Estrangeiro) e a Lei nº 13.455 de 2017 está em relação aos vistos.

⁵⁸ Ainda de acordo com o Ministério da Justiça e o CONARE: o Sisconare é a nova plataforma em que irão tramitar todos os processos relacionados a refúgio no Brasil. Com novas ferramentas de trabalho, o sistema irá, gradualmente, substituir o formulário em papel em todo o território nacional. Assim, será manuseado por todos os atores que participam de alguma etapa do processo de solicitação: solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado, Polícia Federal, Comitê Nacional para os Refugiados, e os próprios refugiados. Acessado em: < <https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/sisconare/>>. Visualizado em: 17-09-2019.

A normativa revogada previa sete tipos de visto⁵⁹. No decorrer na pesquisa os vistos de turista, temporário e permanente eram os que grande parte dos migrantes com quem tive contato apresentava, por terem chegado ao Brasil antes da promulgação da nova lei de migração. O visto permanente era concedido ao estrangeiro que pretendia se fixar definitivamente no Brasil. Já o visto temporário estava relacionado com situações de permanência nas quais o termo final seria previsível. A reunião familiar também era regulamentada nestes termos⁶⁰.

Já na nova legislação são cinco os tipos de vistos (de visita, temporário, diplomático, oficial e de cortesia), todos tratados como temporários⁶¹. O Decreto nº 9.199/2017⁶², que regulamenta a atual lei de migração, especifica essas modalidades. O visto de visita poderá ser concedido à pessoa que venha ao Brasil para estada de curta duração, sem intenção de estabelecer residência (turismo, negócios, trânsito, atividades artísticas ou desportivas, entre outras situações). A autorização de residência é concedida ao imigrante, residente fronteiriço ou visitante que pretenda residir temporária ou definitivamente no Brasil, desde que cumpra os requisitos legais da modalidade requerida.

A extinção do termo “visto permanente”, substituída pela definição de diferentes possibilidades de “autorização de residência” (cf. Lei nº 13.455/2017, art. 30), gerou uma série de incertezas e interpretações divergentes, como demonstram os casos descritos no próximo capítulo. Além disso, a legislação versa que o solicitante de refúgio, de asilo ou de proteção ao apátrida fará jus à “autorização provisória de residência” até a obtenção de resposta ao seu pedido (artigo 31, § 4º), o que também alimenta interpretações discrepantes.

A solicitação de autorização de residência passa por diferentes etapas. O solicitante deve se dirigir à Polícia Federal com o requerimento de autorização de

⁵⁹ Lei nº 6.815/1980, Art. 4º - Ao estrangeiro que pretenda entrar no território nacional poderá ser concedido visto: I - de trânsito; II - de turista; III - temporário; IV - permanente; V - de cortesia; VI - oficial; e VII - diplomático.

⁶⁰ Conforme previsto no parágrafo único do artigo 4.º da Lei n.º 6.815/80 e Resolução Normativa n.º 108/2014 do Conselho Nacional de Imigração. Disponível em: < <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=265729>>. Visualizado em: 05-11-2019.

⁶¹ Lei nº 13.455/2017, Art. 12. Ao solicitante que pretenda ingressar ou permanecer em território nacional poderá ser concedido visto: I - de visita; II - temporário; III - diplomático; IV - oficial; V - de cortesia.

⁶² Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2017/decreto-9199-20-novembro-2017-785772-publicacaooriginal-154263-pe.html>>. Visualizado em: 11-10-2019.

residência, que é obtido no site da instituição, e o registro e emissão da Carteira de Registro Nacional Migratório, acompanhados da documentação correspondente ao procedimento solicitado e, quando aplicáveis, as taxas recolhidas.⁶³

No caso de ingresso no Brasil para fins de turismo, negócios, atividades esportivas e artísticas, não são exigidos o registro na Polícia Federal nem a expedição da Carteira de Registro Nacional Migratório (antiga Cédula de Identidade de Estrangeiro- CIE). Quando a intenção é turismo ou trabalho, o estrangeiro poderá ficar temporariamente por 90 dias, prorrogáveis por mais 90 dias, totalizando 180 dias no total. Em relação aos vistos o Brasil adota uma política de concessão com base no princípio da reciprocidade. Isso significa que nacionais de países que exigem vistos de cidadãos brasileiros para entrada em seus territórios também precisarão de visto para viajar ao Brasil. Há exceções recentes⁶⁴ adotadas pelo estado brasileiro em que turistas dos Estados Unidos, Canadá, Japão e Austrália, mesmo não havendo reciprocidade nas relações com esses países quanto aos vistos, estarão dispensados do visto de visita.

De acordo com o Ministério das Relações Exteriores em seu Portal Consular⁶⁵, são as seguintes as condições para as solicitações de refúgio:

Para solicitar refúgio no Brasil, é preciso estar presente no território nacional. A qualquer momento após a sua chegada no Brasil, o estrangeiro que se considera vítima de perseguição em seu país de origem deve procurar uma Delegacia da Polícia Federal ou autoridade migratória na fronteira e solicitar expressamente o refúgio para adquirir a proteção do governo brasileiro. O estrangeiro que solicita refúgio no Brasil não pode ser deportado para fronteira de território onde sua vida ou liberdade estejam ameaçadas.

Nos casos de refúgio é necessário o deferimento da solicitação para o pedido da Carteira Nacional de Migrantes (CRNM). Os migrantes atendidos na

⁶³ Migrantes dos países de língua portuguesa integrantes da CPLP estão isentos da Taxa de Solicitação de Autorização de Residência. A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) foi criada em 17 de julho de 1996, em Lisboa, e é constituída por nove Estados-Membros (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Portugal, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste).

⁶⁴ Decreto nº 9.731, de 16 de março de 2019 - Dispensa visto de visita para os nacionais da Comunidade da Austrália, do Canadá, dos Estados Unidos da América e do Japão e altera o [Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017](#), que regulamenta a [Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017](#), que institui a Lei de Migração.

⁶⁵ Disponível em: < <http://www.portalconsular.itamaraty.gov.br/refugio-no-brasil>>. Visualizado em: 17-09-2019.

Cáritas, em sua maioria, estão na condição de “solicitantes de refúgio” no Brasil e, por essa razão, não possuem o CRNM ou o documento válido durante a vigência da legislação anterior, chamado Registro Nacional de Estrangeiros (RNE). Por consequência disso, portam o documento de solicitação de refúgio, que é um simples papel A4 impresso na própria Polícia Federal, sem foto e com um número extenso referente ao pedido de refúgio. Alguns migrantes plastificam esse documento para que tenha esteticamente uma proximidade com a carteira de identidade brasileira ou o próprio CRNM. O Decreto nº 9.277⁶⁶, de 5 de fevereiro de 2018, dispõe sobre a identificação do solicitante de refúgio e sobre o Documento Provisório de Registro Nacional Migratório. Quanto aos efeitos desse documento, dispõe:

Art. 3º O Documento Provisório de Registro Nacional Migratório produzirá os seguintes efeitos:

I - Constituirá, para todos os fins, o documento de identificação do solicitante de refúgio, até a decisão final do processo no Comitê Nacional para os Refugiados – CONARE (...); e

II - Permitirá ao seu portador o gozo de direitos no País, dentre os quais:

- a) a expedição da Carteira de Trabalho e Previdência Social provisória para o exercício de atividade remunerada no País;
- b) a abertura de conta bancária em instituição integrante do sistema financeiro nacional;
- c) a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF;
- d) o acesso às garantias e aos mecanismos protetivos e de facilitação da inclusão social decorrentes da Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados, promulgada pelo Decreto nº 50.215, de 28 de janeiro de 1961, e da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017; e
- e) o acesso aos serviços públicos, em especial, os relativos à educação, saúde, previdência e assistência social.

Parágrafo único. O Documento Provisório de Registro Nacional Migratório não substitui os documentos de viagem internacional.

Algumas das características e efeitos decorrentes dessas disposições legais serão abordados no próximo capítulo. O desconhecimento dessa legislação e, por consequência, de suas garantias, por instituições públicas e privadas, era uma das razões que levava diversos migrantes a procurar a Cáritas para a busca de soluções durante o período da pesquisa.

⁶⁶ Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9277.htm>. Acessado em: 19-09-2019.

O artigo 37 da Lei de Migração de 2017 versa sobre a **reunião familiar**⁶⁷, que é a possibilidade de trazer ao Brasil cônjuge, ascendentes, descendentes e demais membros do grupo familiar que dependerem economicamente ou a regularização do familiar já no país. Existe a mesma previsão para a pessoa refugiada. Uma vez em território brasileiro, é possível solicitar a **extensão dos efeitos da condição de refugiado a esses familiares** (Resolução Normativa nº 27 do CONARE, de 30/10/2018)⁶⁸. Membros familiares de refugiados têm direito à **autorização de residência** em território brasileiro (Portaria Interministerial nº 12/2018)⁶⁹. Porém, enquanto a pessoa se encontra na condição de solicitante de reconhecimento da condição de refugiado, não pode trazer a família para o Brasil: o processo de reunião familiar somente pode ser iniciado por refugiados reconhecidos pelo CONARE.

O impasse gerado pela demora na decisão do CONARE quanto ao deferimento ou indeferimento no reconhecimento de refúgio, mantendo o migrante na condição de solicitante, não acarreta apenas a impossibilidade de reunião familiar; gera insegurança em relação à própria permanência no país. Para uma pessoa solicitante de refúgio cujo pedido tenha sido negado, o CONARE possibilita a apresentação de recurso no prazo de quinze dias a partir da data de notificação.

Outra possibilidade de permanência no país é o “visto” ou “acolhida” humanitária. Esse instrumento foi utilizado e normatizado antes mesmo da Lei 13.445/2017, devido à chegada de migrantes haitianos⁷⁰ após o terremoto de 2010 e dos migrantes sírios⁷¹ em decorrência da guerra em seu país. Essas migrações

⁶⁷ Ancorada no princípio da unidade familiar da Constituição Federal de 1988 e do Direito Internacional, a reunião familiar visa a aproximação da família, para manutenção da unidade de seus membros.

⁶⁸ Disponível em: < https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/anexos/resolucao_normativa_n_27_conare.pdf>. Visualizado em: 08-10-2019.

⁶⁹ Portaria interministerial nº 12, de 13 de junho de 2018, dispõe sobre o visto temporário e sobre a autorização de residência para reunião familiar. Disponível em: <http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/25601924/do1-2018-06-14-portaria-interministerial-n-12-de-13-de-junho-de-2018-25601731>. Acessado em: 08-10-2019.

⁷⁰ Resolução Normativa nº 97, de 2012 - Dispõe sobre a concessão do visto permanente previsto no art. 16 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, a nacionais do Haiti. Disponível em: <https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/Publicacoes/2012/Lei_947_97_e_Coletanea_de_Instrumentos_de_Protecao_Internacional_de_Refugiados_e_Apatridas.pdf?view=1>. Visualizado em: 14-10-2019.

⁷¹ Resolução Normativa CONARE Nº 17 DE 20/09/2013. Dispõe sobre a concessão de visto apropriado, em conformidade com a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, e do Decreto 86.715, de 10 de dezembro de 1981, a indivíduos forçosamente deslocados por conta do conflito armado na

inesperadas e de contornos imediatos fizeram com que o estado brasileiro tivesse que agir de maneira urgente, instrumentalizando um “visto humanitário” para esses dois casos mundialmente notórios com a finalidade de facilitar a burocracia na legalização dessas migrações em específico.

O Ministério da Justiça e Segurança Pública lançou uma nota⁷² no aniversário de um ano da nova legislação de migração, no mês de novembro 2018, na qual enfatiza a criação da acolhida humanitária:

A nova Lei também criou o visto de acolhida humanitária, que foi concedido, pela primeira vez, em abril deste ano [2018] para cidadãos haitianos e apátridas que moram no Haiti. O visto humanitário pode ser concedido quando o País do cidadão ou apátrida estiver em situação de instabilidade institucional, conflito armado, desastre ambiental ou calamidade.

Há uma grande discussão nas áreas de Direito e Relações Internacionais quanto à inclusão de migrantes que se deslocam devido a grandes desastres naturais, como após o terremoto de 2010 no Haiti, no “rol objetivo” de refugiados. Chamados por alguns autores de “refugiados ambientais” ou “refugiados climáticos” (Ramos 2011; Claro 2013; Fernandes e Faria 2017), argumenta-se que deveriam receber as mesmas medidas protetivas das outras categorias de refúgio, já que seria quase impossível em diversos casos o retorno ao local de origem. Conforme argumenta Erika Pires Ramos (2011) em sua tese de doutorado em Direito⁷³:

Mesmo com toda divergência e controvérsia entre cientistas, acadêmicos e atores políticos acerca da conexão entre mudanças ambientais e mobilidade humana, não é possível ignorar a realidade que se apresenta aos nossos olhos. A presença fática de “refugiados ambientais” em todo o mundo é irrefutável e tem gerado situações inaceitáveis de flagrante violação de direitos humanos – especialmente o direito de todos os homens, indistintamente, a uma ordem social e internacional que permita a plena realização desses direitos –, reflexo direto da indefinição jurídica em que se encontram. As lacunas constatadas no quadro normativo e de políticas internacionais voltadas ao problema emergente dos “refugiados ambientais” exigem resposta. No entanto, tal resposta não se restringe à assistência humanitária (Ramos 2011: 130).

República Árabe Síria. Disponível em: < <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=258708>>. Visualizado em: 14-10-2019.

⁷² Disponível em: < <https://www.justica.gov.br/news/collective-nitf-content-1542832077.85>>. Visualizado em: 14-10-2019.

⁷³ Ramos, Érika Pires. Refugiados ambientais: em busca de reconhecimento pelo direito internacional / Érika Pires Ramos – São Paulo: E. P. Ramos, 2011. Disponível em: < https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/eventos/Refugiados_Ambientais.pdf?view=>. Visualizado em: 15-10-2019.

Sabe-se que o CONARE atua com uma demanda elevada⁷⁴ de pedidos. Assim, embora nem sempre o migrante se enquadre no chamado “rol objetivo” legal para o reconhecimento da condição de refugiado, a “solicitação de refúgio” por diversas vezes acaba se tornando um instrumento de regularização no Brasil.

Refúgio e migração, assim como refugiado e migrante, são categorias que, conforme sejam mobilizadas, permitem acessar ou não determinados direitos, e instrumentalizar questões burocráticas. Nos capítulos 2 e 3 serão descritas essas categorizações, por parte dos próprios migrantes e de diferentes agentes institucionais, identificadas ao longo da presente pesquisa. Embora esses conceitos sejam definidos através das normas estatais, se faz importante ressaltar que o próprio poder executivo mobiliza os termos de variadas maneiras, de acordo com a circunstância ou a conveniência de sua aplicação. Esse fato teve uma notória repercussão no discurso⁷⁵ do então presidente da república Michel Temer nas Nações Unidas em setembro de 2018, gerando debates em torno dos números e conceitos⁷⁶. Temer afirmou que o Brasil já havia recebido 95 mil refugiados de 79 países, incluindo 85 mil haitianos. No entanto, segundo dados do próprio Ministério da Justiça, o número de refugiados totalizava 8.800, número muito inferior ao mencionado. Além disso, haitianos vindos ao Brasil após o terremoto de 2010 não são considerados oficialmente refugiados, sua permanência no país, como já mencionado, foi regularizada mediante a criação do “visto humanitário”.

Após a promulgação da nova Lei de Migração, em 2017, foram editadas diversas normas para regulamentar a sua aplicação. Considerando as situações

⁷⁴ Cf. reportagem do jornal Folha de S. Paulo: “Estrangeiro espera 2 anos por análise de pedido de refúgio no Brasil”. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/06/estrangeiro-espera-dois-anos-por-analise-de-pedido-de-refugio.shtml>>. Visualizado em: 14-11-2019.

⁷⁵ Na ONU, Temer defende pacto global para refugiados e migrantes. Disponível em: < <https://nacoesunidas.org/na-onu-temer-defende-pacto-global-para-refugiados-migrantes/>>. Visualizado em: 16-10-2019.

⁷⁶ Em matéria do site O Globo, o então Ministro da Justiça Alexandre de Moraes defendeu o presidente, negando que Michel Temer tivesse tentado inflar os números de refugiados que o Brasil já recebeu. No entanto, a reportagem informava que, “segundo o site da própria pasta, o Brasil recebeu apenas 8.800 refugiados — os haitianos, fugidos do terremoto, tem visto humanitário”. Número de refugiados citado por Temer na ONU gera polêmica. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/numero-de-refugiados-citado-por-temer-na-onu-gera-polemica-20138236>>. Visualizado em: 16-10-2019.

abordadas nesta pesquisa, duas delas se destacam: as portarias interministeriais nº 9, de 14/03/2018, e nº 10, de 06/04/2018.

A Portaria nº 9, de 14 de março de 2018⁷⁷, estabelece a concessão de autorização de residência ao imigrante que esteja em território brasileiro e seja nacional de país fronteiriço, onde não esteja em vigor o Acordo de Residência para Nacionais dos Estados Partes do MERCOSUL e países associados, a fim atender a interesses da política migratória nacional. É considerada a “portaria dos venezuelanos”, já que a maioria dos migrantes beneficiados com essa normativa são os nacionais da Venezuela. Contudo, foi comum observar na pesquisa de campo vários migrantes venezuelanos que desconheciam esta portaria e chegavam à Cáritas portando um documento de solicitação de refúgio.

Já a Portaria nº 10, de 6 de abril de 2018⁷⁸, dispõe sobre a concessão do visto temporário e da autorização de residência para fins de acolhida humanitária para cidadãos haitianos e apátridas residentes na República do Haiti. Na ocasião, o Ministério das Relações Internacionais emitiu a seguinte nota⁷⁹:

O governo brasileiro decidiu atribuir a haitianos e apátridas residentes no Haiti tratamento prioritário para fins humanitários. Nesse sentido, foi publicada (...) a Portaria Interministerial nº 10, de 6 de abril de 2018 (...) esse visto será emitido exclusivamente pela Embaixada do Brasil em Porto Príncipe e permitirá a concessão de residência temporária de dois anos no Brasil, passível de transformação em residência por prazo indeterminado ao final desse período.

Todavia, casos como o de Eugénie (apresentado na Introdução) não eram adaptáveis ao da Portaria nº 10, e isto porque uma grande quantidade de haitianos atendidos pela Cáritas e pela CASLA no ano de 2018 estavam migrando do Chile para o Brasil. Com isso, era praticamente impossível apresentar à Polícia Federal

⁷⁷ PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 9, DE 14 DE MARÇO DE 2018. Disponível em: < <http://www.pf.gov.br/servicos-pf/imigracao/cedula-de-identidade-de-estrangeiro/portarias-interministeriais/PORTARIAINTERMINISTERIALN9DE14DEMARODE2018DirioOficialdaUnioImprensaNacional.pdf>>. Visualizado em: 14-10-2019.

⁷⁸ PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 10, DE 6 DE ABRIL DE 2018. Dispõe sobre a concessão do visto temporário e da autorização de residência para fins de acolhida humanitária para cidadãos haitianos e apátridas residentes na República do Haiti. Disponível em: < <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=515&pagina=57&data=09/04/2018>>. Visualizado em: 14-10-2019.

⁷⁹ Disponível em: < <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/18622-visto-humanitario-para-haitianos>>. Visualizado em: 14-10-2019.

três dos documentos exigidos para regularização através dessa portaria: 1 - certidão de antecedentes criminais dos Estados em que tenha residido no Brasil nos últimos cinco anos; 2 - declaração, sob as penas da lei, de ausência de antecedentes criminais em qualquer país, nos últimos cinco anos; 3 - e o comprovante de ingresso até a data da publicação da Portaria. Isso obrigava muitos haitianos a solicitarem refúgio para que conseguissem pleitear o CPF e, posteriormente, a Carteira de Trabalho.

Finalmente, em junho de 2018 foi promulgada a Lei nº 13.684⁸⁰, que dispõe sobre medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária. Essa lei trouxe alguns conceitos novos em seu artigo 3º: **situação de vulnerabilidade** - condição emergencial e urgente que evidencie a fragilidade da pessoa no âmbito da proteção social, decorrente de fluxo migratório desordenado provocado por crise humanitária; **proteção social** - conjunto de políticas públicas estruturadas para prevenir e remediar situações de vulnerabilidade social e de risco pessoal que impliquem violação dos direitos humanos; e **crise humanitária** - situação de grave ou iminente instabilidade institucional, de conflito armado, de calamidade de grande proporção, de desastre ambiental ou de grave e generalizada violação de direitos humanos ou de direito internacional humanitário que cause fluxo migratório desordenado em direção a região do território nacional. Em seu parágrafo único, dispõe que a situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária, no território nacional, será reconhecida por ato do Presidente da República.

No presente capítulo foi possível observar a quantidade e complexidade das resoluções e portarias interministeriais publicadas no ano de 2018, após a entrada em vigor da nova Lei de Migração, com o intuito de regulamentar sua aplicação e suprir lacunas deixadas na elaboração da lei ou em decorrência do agravamento de recentes crises humanitárias.

⁸⁰ Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2018/lei-13684-21-junho-2018-786881-publicacaooriginal-155890-pl.html>>. Visualizado em: 15-11-2019.

No próximo capítulo, apresento experiências de migrantes em Curitiba que trazem à tona os descompassos e impasses na implementação das normas e categorias da nova lei de migração.

3 ENTRE NORMAS, DOCUMENTOS E INSTITUIÇÕES

Enquanto o capítulo anterior dedicou-se à discussão de transformações recentes na legislação e procedimentos burocráticos referentes a migrantes e refugiados, no presente capítulo serão abordados casos concretos que exprimem dissonâncias nas relações entre instituições e migrantes, assim como nas relações entre diferentes instituições estatais e não-estatais, envolvendo formas diversas de compreensão e implementação das normas e categorias legais referentes a migrantes e refugiados.

O capítulo está organizado em duas seções. Na primeira, descrevo situações de pessoas que pleiteiam refúgio no Brasil, nas quais se podem perceber não apenas descompassos na compreensão e mobilização das categorias legais, mas também os limites e a indeterminação do chamado “rol objetivo” previsto em lei para o reconhecimento de alguém como refugiado. Na segunda seção, apresento experiências de pessoas que já obtiveram refúgio ou outras formas de regularização de sua situação no país, mas passam a enfrentar obstáculos decorrentes da interpretação ou implementação desigual das normas e categorias da nova lei de migração por parte de diferentes instituições.

3.1 LIMITES E INFLEXÕES DO “ROL OBJETIVO” PARA SOLICITAÇÃO DE REFÚGIO

Como descrito no capítulo anterior, o Estatuto do Refugiado define, em seu primeiro artigo, um “rol objetivo” de condições para o reconhecimento de alguém como refugiado no Brasil. De acordo com a lei, podem ser reconhecidas como refugiadas pessoas que estejam fora de seu país de nacionalidade “devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas”; pessoas que não possuam nacionalidade ou que estejam fora de seu país de residência habitual por essas mesmas razões; e pessoas que tenham sido obrigadas a deixar seu país de nacionalidade “devido a grave e generalizada violação de direitos humanos” (Lei nº 9.474/97, art. 1º, incisos I a III).

O encaminhamento da solicitação de refúgio ao CONARE, por meio do sistema eletrônico, garante a regularização imediata, ainda que temporária, da pessoa migrante no Brasil. Nessas circunstâncias, a categoria “refúgio” e o “rol objetivo” se abrem a diferentes mobilizações estratégicas por parte de migrantes de diferentes origens. Como indica o caso da haitiana Eugénie, descrito na Introdução, não se trata simplesmente de um uso indevido da lei ou da tentativa de burlá-la, mas de um esforço para fazer coincidir as categorias e disposições legais e a complexidade das situações existenciais que levam alguém a deixar seu país de origem e buscar novas condições de vida. Já em outras situações, o que se revela são os próprios limites do reconhecimento estatal do que pode constituir “fundado temor de perseguição”. Com o propósito de trazer à tona diferentes inflexões do “rol objetivo” para a concessão de refúgio, descrevo a seguir os casos da cubana Luzia e de Kumba, proveniente de Guiné Bissau e, de forma incidental, as dificuldades de um casal angolano solicitante de refúgio que recorreu à Cáritas com dúvidas acerca de sua documentação.

3.1.1 De turista a refugiada

Visando o desenvolvimento do sistema de saúde pública no Brasil, foi firmado em 2013 um acordo com o governo cubano para a criação do programa “Mais Médicos⁸¹”, que previa a vinda de médicos cubanos para trabalharem no Brasil nas vagas não preenchidas por médicos brasileiros no Sistema Único de Saúde (SUS). Em contrapartida, o governo brasileiro pagaria a metade dos salários diretamente aos médicos cubanos e a outra metade ao governo de Cuba.

Em busca por melhores condições de vida, a cubana Luzia, com aproximadamente 30 anos de idade, licenciada em computação, solteira e com um filho de 10 anos morando em Cuba, veio ao Brasil acompanhando a sua irmã, que

⁸¹ O Programa Mais Médicos (PMM) foi instituído pela Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013. De acordo com a definição oficial do período em que permaneceu vigente, o programa é parte de um amplo esforço do governo federal, com apoio de estados e municípios, para a melhoria do atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS). Além de levar mais médicos para regiões onde há escassez ou ausência desses profissionais, o programa prevê mais investimentos para construção, reforma e ampliação de Unidades Básicas de Saúde (UBS), além de novas vagas de graduação, e residência médica para qualificar a formação desses profissionais. Disponível em: <http://maismedicos.gov.br/conheca-programa> Visualizado em: 02-08-2017.

era médica. Luzia entrou no país com o visto de turista, válido por até três meses, pretendendo regularizar sua situação após passado esse período.

Conheci Luzia por intermédio da presidenta da Associação de Haitianos de Curitiba em um evento do projeto “Refúgio, Migrações e Hospitalidade”⁸², da Universidade Federal do Paraná, no primeiro semestre do ano de 2014. A presidenta da Associação nos apresentou, dizendo que a migrante – que ressaltou não ser haitiana, e sim cubana – necessitava de assistência jurídica. Na condição de “advogado”⁸³, conversei com Luzia sobre as possibilidades de legalizar sua situação no Brasil. Expliquei-lhe o que seria necessário quanto a documentos, preenchimento da requisição e argumentos juridicamente plausíveis para aceitação⁸⁴. Mas adiantei que, para uma cidadã cubana, seria um pouco mais difícil na época⁸⁵ a obtenção do status de refugiada.

Nesse momento, a irmã médica de Luzia já havia abandonado o programa “Mais Médicos” e migrado novamente, agora para os Estados Unidos, por uma proposta de emprego economicamente mais favorável que no Brasil. Luzia considerava que o abandono do programa, por parte de sua irmã, poderia atingir suas famílias em Cuba. Nessas condições, o retorno ao país de origem portando o passaporte com o visto de turista vencido poderia, de acordo com Luzia, ser considerado traição ao estado cubano. Desse modo, embora houvesse ainda uma possibilidade de voltar ao seu país de nascença, ela a substituiu pela esperança de um futuro com melhores condições de vida no Brasil.

⁸² Nascido de um projeto criado em 2013 para dar aulas de Português a refugiados, o Programa Política Migratória e Universidade Brasileira (PMUB), da UFPR, abrange seis projetos de extensão – dentre os quais o projeto “Refúgio, Migrações e Hospitalidade” - que, além do ensino da língua, incluem capacitação em informática, apoio jurídico e oficinas de História do Brasil, entre outras iniciativas. Disponível em: <<http://www.ufpr.br/porta/ufpr/blog/noticias/projeto-da-ufpr-ajuda-migrantes-refugiados-e-apatridas-a-superarem-desafios-encontrados-no-brasil/>> Visualizado em: 02-08-2017.

⁸³ A colocação de aspas na palavra advogado se deve ao fato de que possuo Bacharelado em Direito, porém não realizei a prova da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Contudo, o exercício de correspondente jurídico voluntário é devido aos direitos e deveres de bacharel, e não privativo de advogado conforme a Lei 8.906 de 1994. Faz-se importante ressaltar que foi comum durante a pesquisa que migrantes se dirigissem a minha pessoa como “advogado” e também “doutor Emerson”, mesmo explicando as diferenças.

⁸⁴ Lei nº 9.474 de 22 de julho de 1997. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências.

⁸⁵ Em decorrência das relações próximas entre o governo cubano e o brasileiro na época, Cuba era considerada um país pacificado e sem problemas de perseguições políticas, religiosas, raciais etc. Por isso não eram concedidos muitos refúgios a migrantes cubanos no Brasil.

O relato emocionado de Luzia foi além. Narrou que não vivia em uma grande cidade, mas no interior e, por isso, muitos recursos relativamente corriqueiros em qualquer região do Brasil são escassos em Cuba. Em relação à alimentação, ela comentou que muitas vezes um carregamento de batatas era a única fonte de energia para as pessoas da cidade, e que muitos jovens eram presos por tráfico de proteína de origem animal, pelo simples fato de desejarem uma qualidade de vida um pouco mais digna para suas famílias. Segundo ela, “presos como bandidos, como traficantes de drogas ilícitas”. Um tom sofrido marcou esses relatos, mas acompanhado da esperança de uma vida diferente no Brasil, na cidade de Curitiba.

Para que Luzia obtivesse a condição legal de refugiada foi necessário que tivéssemos um novo encontro na Casa Latino-americana (CASLA), para o preenchimento da requisição de refúgio no Brasil. Conforme foi apresentado no capítulo anterior, trata-se de um formulário com cinco a dez páginas, que pode ser preenchido em português, espanhol ou inglês. Os questionamentos que devem ser preenchidos pelos migrantes que buscam refúgio se baseiam no “rol objetivo” da Lei 9.474/07 – em especial, “fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas”⁸⁶. Dentro dos limites desse “rol objetivo”, respondemos com certa dificuldade em relação à linguagem (do português ou inglês ao espanhol) e às prováveis interpretações a que as respostas poderiam levar.

As respostas tiveram como base a impossibilidade de retorno a Cuba devido a uma possível retaliação proveniente da deserção da irmã do programa “Mais Médicos”. Além disso, haveria também a questão do tempo fora do país de origem, maior que os três meses permitidos pelo visto de “turista”.

Com a protocolização do pedido de refúgio, foi possibilitada a ela uma temporária legalidade no Brasil, conseguindo posteriormente a criação de um CPF e da Carteira de Trabalho temporária⁸⁷.

⁸⁶ De acordo com a Lei 9.474/97, Art. 19: Além das declarações, prestadas se necessário com ajuda de intérprete, deverá o estrangeiro preencher a solicitação de reconhecimento como refugiado, a qual deverá conter identificação completa, qualificação profissional, grau de escolaridade do solicitante e membros do seu grupo familiar, bem como relato das circunstâncias e fatos que fundamentem o pedido de refúgio, indicando os elementos de prova pertinentes.

⁸⁷ Conforme a Lei 9.474/97, Art. 21: Recebida a solicitação de refúgio, o Departamento de Polícia Federal emitirá protocolo em favor do solicitante e de seu grupo familiar que se encontre no território nacional, o qual autorizará a estada até a decisão final do processo.

Anteriormente, sem a documentação adequada, Luzia teve que se submeter ao trabalho de empregada doméstica, sem férias, décimo terceiro e recolhimento do FGTS, direitos que deveriam ser garantidos de acordo com a legislação trabalhista. Sofreu com arbitrariedades de sua empregadora, que também lhe cedia um quarto e alimentação em sua moradia. Segundo Luzia, ela era sempre questionada, de maneira vexatória, quando se ausentava da casa, mesmo estando nos dias ou horários de folga. Até mesmo quanto aos programas de televisão e músicas pelos quais ela optava em seus momentos de descanso recebia críticas preconceituosas.

Após o protocolo do pedido de refúgio e já com a Carteira de Trabalho provisória em mãos, Luzia conseguiu em algumas semanas um emprego em uma indústria na região metropolitana de Curitiba, onde também buscou nova moradia. O trabalho, que seria temporário devido à grande produção de chocolates no período próximo ao feriado religioso da Páscoa, acabou se tornando permanente pela demonstração de competência e seriedade de Luzia. A partir desse momento, a migrante cubana já conseguiria alguma estabilidade econômica.

Mais de dois anos depois, no segundo semestre de 2016, ainda não havia nenhuma atualização sobre seu pedido de refúgio: nem indeferimento, para uma possível produção de recurso⁸⁸, e muito menos o deferimento tão aguardado. Conforme Martuscelli (2017, p.17), o tempo médio para análise do CONARE sobre o pedido refúgio no Brasil é de três anos. Como era o desejo de Luzia a vinda de seu filho ao Brasil, por meio do dispositivo da legislação chamado “Reunião Familiar”⁸⁹, era mais do que necessária a urgência no trâmite administrativo para o deferimento do refúgio. Entretanto, a migrante cubana só poderia requerer a reunião familiar no

§ 1º O protocolo permitirá ao Ministério do Trabalho expedir carteira de trabalho provisória, para o exercício de atividade remunerada no País.

§ 2º No protocolo do solicitante de refúgio serão mencionados, por averbamento, os menores de quatorze anos.

⁸⁸ Lei 9.474. Art. 29. No caso de decisão negativa, esta deverá ser fundamentada na notificação ao solicitante, cabendo direito de recurso ao Ministro de Estado da Justiça, no prazo de quinze dias, contados do recebimento da notificação.

⁸⁹ Se o cônjuge, os ascendentes, descendentes e outros membros do grupo familiar, desde que dependentes economicamente do refugiado, estiverem fora do território brasileiro, o refugiado poderá solicitar ao CONARE o visto para o ingresso no território brasileiro com base em reunião familiar. Para isso, deverá preencher o Formulário para Solicitação de Visto para Reunião Familiar e enviá-lo ao CONARE por meio de protocolo eletrônico. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/central-de-atendimento/estrangeiros/refugio#Visto>. Visualizado em: 02-08-2017.

caso já afirmativo da concessão de refúgio, não na condição de solicitante de refúgio.

Pesquisadores da área de Ciências Jurídicas, Ribeiro e Silva (2018) assinalam as consequências da “morosidade na obtenção da resposta final” à solicitação de refúgio:

[E]sta situação gera perturbadora e severa insegurança, além de vilipêndio a direitos basilares. E, infelizmente, não se apercebe o esforço das ordenações em busca de soluções, ou ao menos a utilização de instrumentos refreadores, ao passo que, o que se visualizou, em verdade, foi a mera criação de uma nova categoria jurídico-social denominada como “solicitante de refúgio”, a qual se configura em uma lacuna intermediária de grande instabilidade jurídica e social. (...) Ora, o solicitante de refúgio encontra-se em um limbo jurídico e social, em que não é efetivamente reconhecido a determinada sociedade nem pode ter como permanente determinado local de residência ou destino (Ribeiro e Silva 2018, p.332).

A condição de Luzia no Brasil, sem o andamento de seu processo de refúgio, era no mínimo desconfortável, pois apesar de ter conseguido a regularização de sua permanência dentro dos limites dos direitos de solicitantes de refúgio no Brasil, ela não conseguiria trazer seu filho de Cuba até que fosse apreciado seu pedido. Como a migrante cubana já estava também em um relacionamento sério com um brasileiro nato, foi ventilada a possibilidade de uma união estável ou até mesmo de casamento civil para que ela obtivesse o visto de permanência. Contudo, essa hipótese seria pouco provável, pois todos os cartórios exigem um documento chamado “antecedentes criminais”, tanto do local de residência atual quanto de residência anterior. Em qual situação seria concedido o pedido de um documento ao próprio estado cubano, com o qual ela estava tendo divergências a ponto de solicitar refúgio a outro estado-nação? De acordo com os relatos de Luzia, ela pediu que sua mãe tentasse em órgão competente em sua cidade natal o pedido de tal documento, mas tal foi negado sem justificativa relevante.

Portanto, pela segunda vez, por não ter sua condição de refugiada deferida pelo estado brasileiro, Luzia estava em uma situação de “limbo jurídico e social” (Ribeiro e Silva 2018, p. 332). “Fantasma”, ou como diria Rebecca Galemba, em situação de “ilegalidade e invisibilidade nas margens e nas fronteiras” em seus direitos individuais:

A relação entre legalidade e ilegalidade nas margens é muitas vezes interconectada, e não uma divisão estática. As fronteiras podem ser locais de intensa violência e desigualdade estatal, mas também podem servir como potenciais locais generativos para revelar novas formas de constituir legitimidade e moral e desafiar nossas percepções do status quo.

Essas fronteiras são evidenciadas primeiramente, na tentativa de reunião familiar e, posteriormente, na tentativa de casamento civil ou união estável, para aquisição, por fim, do visto de permanência. A situação é semelhante às descritas por Yngvesson e Coutin (2008) no artigo “*Schrödinger’s cat and the ethnography of law*”. Assim como no experimento do físico Erwin Schrödinger descrito pelas autoras, no qual não se pode prever se o gato está vivo ou morto antes da abertura da caixa⁹⁰, Luzia não era refugiada porque o estado brasileiro ainda não tinha lhe concedido o deferimento, mas também não estava “ilegal” do ponto de vista burocrático quanto a sua documentação e permanência em território nacional. Meu próprio envolvimento no caso de Luzia guarda semelhanças com o papel de ativistas e organizações não-governamentais descrito pelas autoras em relação à obtenção de asilo político por migrantes centro-americanos nos Estados Unidos:

(...) Coutin e outros estavam fazendo pesquisas jurídicas para ajudar centro-americanos a obter asilo político e, portanto, serem definidos retroativamente como “refugiados”. Esse trabalho foi necessário em virtude da presunção dos participantes de que os centro-americanos já eram refugiados de fato, mas não tinham reconhecimento legal como tal. Através do ativismo e da pesquisa jurídica (a documentação de reivindicações), a lei deveria ser levada a corresponder a uma realidade social – a afirmação de que um indivíduo em particular era perseguido – que também existia como uma realidade jurídica potencial (Yngvesson e Coutin 2008:72).

⁹⁰ O “Gato de Schrödinger” é uma experiência mental, frequentemente descrita como um paradoxo, desenvolvida pelo físico austríaco Erwin Schrödinger, em 1935. O experimento consiste em um gato preso dentro de uma caixa sem transparências, junto a um frasco de veneno e um contador Geiger ligados por relés (interruptor eletromecânico), e um martelo. O contador Geiger será acionado ou não. Se for, transmitirá movimento através dos relés; o martelo baterá no frasco de veneno quebrando-o e o gato morrerá. Mas se o contador não acionar, o martelo não quebrará o frasco e o gato permanecerá vivo. Esse experimento mental foi proposto para demonstrar os estados de superposição quântica: só saberemos se o gato está vivo ou morto se abriremos a caixa, mas se isso for feito, alteraremos a possibilidade do gato estar vivo ou morto. A mecânica quântica sugere que, depois de algum tempo, o gato estará simultaneamente vivo e morto. Mas, quando se olha para dentro da caixa, apenas se vê o gato ou vivo ou morto, não uma mistura de vivo e morto. Disponível em: < https://pt.wikipedia.org/wiki/Gato_de_Schr%C3%B6dinger>. Visualizado em: 03-11-2019.

Luzia relatava sua aflição quanto a sua condição de solicitante de refúgio quase semanalmente, questionando se havia alguma movimentação ou atualização do seu processo. No outro lado havia apenas o silêncio, nenhuma correspondência, nenhum e-mail, nenhum edital, nenhum telefonema e muito menos a visita de alguém que se apresentasse como representante do estado brasileiro para oferecer algum tipo de argumento ou resposta à migrante cubana. No pensamento de Luzia, o tempo e a distância eram limites que o estado manipulava como se não se importasse com a vida das pessoas: o crescimento de seu filho sem o acompanhamento da mãe; o falecimento do pai de Luzia na ilha de Cuba; mudanças de emprego e moradia na região metropolitana de Curitiba; relacionamentos afetivos no Brasil; a convivência com migrantes haitianos e a percepção de que a relação com o país que os acolheu era similar. Nesse sentido a burocracia emerge, conforme sugere Colin Hoag, como “um aparelho modernista e tecnocrático por excelência e uma central para a constituição e a dominação dos corpos” (Hoag 2011:84).

Essa mesma burocracia que determina os prazos de solicitações e recursos não possui uma regulamentação dos limites de tempo para o deferimento ou para respostas e atualizações de processos, fazendo um literal controle biopolítico de corpos (cf. Foucault 1998[1978]). O controle e/ou dominação de corpos fica evidenciado no caso da migrante cubana na tentativa da realização de reunião familiar com seu filho e no desejo de união estável ou casamento: nos dois casos, houve claramente uma separação de corpos, uma criação de margens feita pelo Estado brasileiro, pelo fato de Luzia ser apenas solicitante de refúgio e não refugiada de fato. Como observam Veena Das e Deborah Poole, ao abordar as relações entre Estado, legislações e pessoas, nem sempre centros e margens significam delimitações territoriais, mas, sobretudo, marcações sociais geradas nas tensões e assimetrias dessas próprias relações (Das e Poole 2004:25).

Se o caso de Luzia evidencia a mobilização estratégica das disposições legais referentes à concessão de refúgio, assim como as dificuldades cumulativas decorrentes da ausência de resposta à solicitação, o caso a seguir traz à tona de forma mais evidente os próprios limites do “rol objetivo” do Estatuto do Refugiado: o que pode contar legitimamente como perseguição e levar ao reconhecimento de alguém como refugiado?

3.1.2 Para além do “rol objetivo”: o caso de Kumba

Em uma terça-feira de julho de 2018, Rodrigo, profissional de relações internacionais da Cáritas, fez um comentário sobre um migrante de Guiné-Bissau que havia atendido um pouco antes da minha chegada ao local: ele havia recebido a notícia do indeferimento de seu pedido de refúgio no Brasil, e por isso estava desesperado para a confecção do recurso. O migrante guineense retornaria mais tarde após ida às instituições competentes para a elaboração dos documentos de “antecedentes criminais”.

Perguntei ao Rodrigo o motivo do pedido de refúgio e qual era a alegação do indeferimento da solicitação. Ele me respondeu que não sabia, mas que o migrante tinha consigo a resposta impressa. Disse ainda que o prazo já estava correndo, pois primeiramente o migrante tinha ido à sala 28⁹¹ da UFPR, e de lá teve a indicação para ir à Cáritas. Dos 15 dias concedidos, restavam apenas 2 dias para interpor o recurso.

Por volta de 17:30h, retornou o migrante de Guiné-Bissau. Ele se apresentou como Kumba, de pele negra, altura mediana e vestimentas simples: camiseta, calça jeans e tênis. Estudou mecânica no Brasil e obteve formação na área. Já estava no Brasil há dois anos, vindo a Curitiba porque já tinha seus primos residindo na cidade, e trabalhava em uma oficina mecânica.

De acordo com a carta do CONARE, o motivo do indeferimento era a inadequação com casos de perseguição, grave temor ou violação aos direitos humanos. A carta questionava o conteúdo da entrevista gravada por Skype em relação ao formulário preenchido.

Questionamos a ele a possibilidade de regularizar a sua situação no Brasil através de um visto de trabalho, já que estava trabalhando com a carteira assinada há algum tempo. Ele sinalizou que poderia ser uma possibilidade, mas que não

⁹¹ A “sala 28”, no prédio histórico da UFPR na Praça Santos Andrade, no centro de Curitiba, é o local de atendimento do Projeto Migração, Refúgio e Hospitalidades. No capítulo 3 haverá uma descrição mais detalhada sobre o projeto e a participação da Universidade Federal do Paraná nas redes de apoio a migrantes e refugiados.

gostaria de envolver seu patrão e a empresa nesse processo; esta seria a última possibilidade, caso nada mais resolvesse a situação.

Indaguei a ele qual era o motivo pelo qual ele havia pedido⁹² refúgio no Brasil, já que em teoria não há perseguições em Guiné-Bissau que justifiquem o deferimento do pedido de refúgio por parte do CONARE. Kumba não foi muito claro em sua resposta, disse que as questões financeiras eram a principal causa. Eu e o Rodrigo explicamos a ele que motivação econômica não era caso de deferimento na solicitação de refúgio e que havia um “rol objetivo” para tal, não sendo possível afirmar qualquer motivo.

Kumba alegou que já fazia muito tempo e que não recordava o que tinha relatado nas fichas escritas e muito menos o que ele falou em entrevista feita via Skype pelo CONARE. Juntamente com o Rodrigo, reforcei a fala de que questões econômicas não seriam o caso para que houvesse deferimento. Complementamos perguntando se haveria outras possibilidades de legalização para ele no Brasil. Cogitamos a hipótese de Kumba vir a se casar ou garantir união estável, e que posteriormente a geração de um filho já tornaria mais fácil para que o governo brasileiro deferisse o pedido de residência. Ele respondeu que estava namorando uma brasileira e que o casamento seria uma questão de tempo, mas naquele momento ele estava nos procurando para que confeccionássemos o recurso para a decisão de indeferimento. Kumba relatou que antes de vir ao Brasil teve um relacionamento amoroso em Guiné-Bissau com uma mulher católica, e que como a família toda de Kumba era muçulmana, aquele era um relacionamento proibido e isso seria um dos motivos que o trouxe ao Brasil. Agora ele apresentava um motivo compatível com o “rol objetivo” da lei brasileira para um pedido de refúgio: perseguição religiosa. Porém, Kumba nos disse que não havia centrado nesse motivo na entrevista com o CONARE.

Já passava um pouco das 18h⁹³ quando o Rodrigo foi tirar a fotocópia integral do passaporte de Kumba. Na sua ausência, eu perguntei de maneira totalmente despretensiosa se ele havia ouvido falar em bruxarias em Guiné-Bissau. Nesse momento a sensação foi de que o tempo estava se fechando naquela sala de

⁹² O pedido inicial não foi preenchido com o auxílio da Cáritas, o próprio Kumba foi quem redigiu.

⁹³ Geralmente fazemos o expediente até as 18h, em alguns dias prestamos atendimento especiais ou temos reuniões após esse horário.

atendimento da Cáritas, como se uma nuvem carregada de tempestade com raios e trovões pairasse no local em vista da reação e do olhar de Kumba sobre mim.

Ele me olhou nos olhos e perguntou: “você não acredita nessas coisas, acredita?” Prontamente respondi que não era a questão de eu acreditar, mas que esse era um motivo pelo qual outros migrantes de origem africana haviam pedido refúgio, e que o CONARE e o Ministério da Justiça teriam que respeitar a fé e analisar os pedidos com profundo respeito e devido processo legal. Além disso, estávamos com outros casos que remetiam a essa temática ali na Cáritas, geralmente de migrantes oriundos de países africanos lusófonos como Angola, Guiné-Bissau e Cabo Verde.

Kumba, satisfeito com o teor da minha resposta, suspirou em tom de desabafo: foi por isso que vim ao Brasil. Vocês podem não acreditar, mas vim porque sofri perseguição de bruxaria. Não vejo minha mãe há anos porque ela foi vítima de bruxaria e está desaparecida.

Nesse momento chegou o Rodrigo e escutou o final do relato. Ficamos impressionados e pedimos para que ele nos relatasse com mais detalhes, a fins de elaboração de uma melhor defesa no recurso ao CONARE.

O migrante de Guiné-Bissau disse que vivia com sua família na região sul do país, chamada de Cassine. A relação afetiva com uma garota cristã não agradava a família, principalmente seu tio (irmão da mãe), que desejava um casamento com sua filha, prima matrilateral de Kumba. Além do tio, a irmã de Kumba também não era favorável a esse relacionamento. Ocorreu que certo dia a mãe não retornou do trabalho; com o passar das horas, Kumba começou a ficar preocupado e iniciou buscas acerca do paradeiro de sua mãe. Teve ajuda dos primos e de seu irmão mais novo, chegaram a procurar por algumas semanas em toda região sul do país, mas sem nenhum resultado. Como seu tio não estava demonstrando interesse e muito menos ofereceu ajuda, Kumba desconfiou que o mesmo tinha lançado um feitiço para sumir com sua mãe, e acreditava que, caso ele não fugisse, seria o próximo da lista, assim como futuramente o seu irmão mais novo. Dessa maneira Kumba veio ao Brasil, enquanto seu irmão caçula fugiu para o Senegal.

Quando eu e o Rodrigo perguntamos sobre a procura de entidades policiais para ajuda nas buscas ou para relatar o desaparecimento da mãe, Kumba foi seco na afirmação de que as autoridades não acreditariam em sua história e por isso não

procurou as vias consideradas oficiais. Também era incerto que as autoridades brasileiras deferissem o pedido de refúgio por uma razão que tensionava os limites do “rol objetivo”: reconhecer a perseguição por bruxaria seria reconhecer oficialmente a própria bruxaria.

Como afirmei acima, o caso de Kumba, embora incomum, não é excepcional. Outras situações envolvendo bruxaria já haviam sido registradas nos atendimentos da Cáritas. Uma delas, que tive a oportunidade de acompanhar, envolvia um casal de angolanos. Esse caso também traz à tona a instabilidade dos próprios documentos oficiais, tema que será abordado mais detalhadamente na próxima seção.

Em maio de 2018, iniciei um atendimento com um casal de angolanos com solicitação de refúgio já em mãos. Questionei o que eles faziam na CÁRITAS, já que estavam devidamente documentados e regularizados no Brasil. O casal questionou a validade daquele documento, já que em diversos locais pelos quais eles haviam passado o documento não tinha sido aceito. Alegavam que era difícil encontrar emprego e até abrir conta em banco com aquele papel de solicitação de refúgio, que parecia um papel qualquer sem credibilidade. Conforme descrevi no capítulo anterior, o comprovante de solicitação de refúgio é impresso a partir do sistema, em uma folha de papel A4, qualidades formais (Riles 2006:18-19) que destoam das que são habitualmente associadas a documentos oficiais.

Em sua solicitação de refúgio, o casal havia alegado perseguição religiosa e, além disso, conflitos familiares com diversas ameaças de morte a eles e a seus filhos. Questionei novamente os motivos da perseguição religiosa. Foi então que a senhora angolana revelou o seu passado e os reais motivos da partida de Angola e vinda ao Brasil. Relatou em detalhes que foi criada por sua mãe em uma propriedade de seu tio, uma fazenda com muitos bens materiais. No falecimento de seu tio, irmão de sua mãe, ela acabou herdando as suas posses, inclusive a fazenda onde residiam. Primos um pouco mais distantes não se conformaram com a divisão da herança e muito menos que uma mulher herdasse todos os bens do tio. Iniciou-se então uma série de conflitos pela propriedade, nos quais os primos se utilizavam de práticas de feitiçaria —“coisas da noite”, de acordo com o casal — que ocasionaram até o falecimento de um de seus filhos ainda bebê.

O casal angolano de fé cristã, católicos muito impressionados com o poder maléfico da feitiçaria, potencializado com o luto de seu pequeno filho, preferiu não levar o conflito adiante. Venderam seus bens restantes com a finalidade de viajar ao Brasil. A senhora angolana disse também que deixou outros três filhos e a mãe em um vilarejo próximo, e que desejava trazer todos ao Brasil por medo das consequências da feitiçaria de seus primos, que os ameaçavam constantemente. Relatou ainda que sofria de grandes dores na região abdominal e que realizara vários exames onde nada foi constatado. Por essa razão, acreditava estar sob o efeito de algum tipo de feitiçaria.

Tal como no caso de Kumba, o relato do casal angolano mostra que a experiência de migração envolve diferentes histórias, antes e depois da chegada ao novo destino. Algumas delas podem se adaptar aos documentos oficiais e às motivações previstas no “rol objetivo” da legislação; outras não. Assim como as narrativas, também as normas e documentos oficiais, a despeito de sua aparente estabilidade, são mobilizadas de formas diversas por diferentes instituições. É o que procuro mostrar na próxima seção.

3.2 IMPASSES JURÍDICO-BUROCRÁTICOS

Apresento a seguir experiências de migrantes que, embora já tenham sua situação regularizada no país, passam a enfrentar obstáculos decorrentes da interpretação ou implementação desigual das normas e categorias legais por parte de diferentes instituições. Essas experiências indicam que a transição do antigo Estatuto do Estrangeiro para a atual Lei de Migração tem se dado de forma desigual e, por vezes, contraditória. Os próprios documentos e categorias legais são, frequentemente, objeto de desconfianças e controvérsias, aprofundando o descompasso entre os tempos institucionais e seus efeitos existenciais.

Para isso os casos foram divididos em dois conjuntos: no primeiro, descrevo casos em que dúvidas e desconfianças em relação ao estatuto legal da presença de migrantes no país são potencializadas pelas características formais dos documentos que portam, sejam emitidos em seus países de origem ou no Brasil; no segundo, trato de obstáculos produzidos pelo conhecimento desigual e/ou interpretações

divergentes da legislação por parte de agentes institucionais, assim como por informações parciais ou inconsistentes oriundas dos próprios órgãos estatais.

3.2.1 O que é um “documento válido”?

Wil é um migrante haitiano que já vive no Brasil há mais de quatro anos com visto humanitário e, quando o conheci, trabalhava em um supermercado como repositor com carteira assinada há 3 anos. Procurou a Cáritas em agosto de 2018, relatando problemas em relação a sua documentação.

Quando seu filho nasceu, em meados do mês de julho de 2018, foi demitido no dia seguinte. Alegou que com a troca de chefia, ocorrida dois meses antes, sua nova chefe o perseguia e deixava claro que não gostava da sua presença na empresa. Para Wil, essa foi provavelmente a causa de seu desligamento.

Os problemas se iniciaram quando a empresa se recusou a dar baixa na sua Carteira de Trabalho, devido à expiração do prazo de validade do documento. Por esse motivo, Wil fez uma tentativa de retirar uma segunda via da Carteira de Trabalho, porém foi surpreendido com uma negativa pelo fato de que os nomes dos seus pais estavam em discordância com o que constava em seu Registro Nacional de Estrangeiro (RNE).

Somente nesse momento ele percebeu que o nome da mãe e do pai em sua Carteira de Trabalho estavam alterados, assim como em seu RNE, que trazia o nome correto de sua mãe, mas em lugar do nome de seu pai constava o nome de uma das testemunhas que assinou em sua certidão de nascimento.

Do impasse em relação à validade de seus documentos decorriam outros efeitos. Há um prazo de 120 dias corridos estipulado pela Caixa Econômica Federal para a realização do pedido de seguro desemprego e para a retirada do FGTS. Com a necessidade de justificar e solicitar a alteração dos dados em dois documentos – o RNE e a Carteira de Trabalho –, Wil perderia o prazo de seus benefícios trabalhistas e não poderia garantir a qualidade de vida da família: a esposa e o filho pequeno.

Inicialmente ele procurou apoio da CASLA, onde recebeu a recomendação de buscar ajuda na Defensoria Pública da União (DPU), para ao menos uma tentativa de resgate de seus direitos trabalhistas, porém sem muito sucesso. Mais tarde foi levado a procurar a CÁRITAS por indicação da própria secretaria da

CASLA, no intuito de justificar de alguma maneira a manutenção de seus direitos e também pedir agilidade à DPU.

Enquanto a Defensoria Pública não fazia nenhuma atualização em seu processo, o prazo ia se esgotando, deixando Wil ainda mais angustiado e sem recursos para prover a subsistência de sua família.

Quando conversei com Wil na CÁRITAS, ele me relatou as dissonâncias que existem no Haiti entre a comunicação verbal e a escrita, devido ao fato de se aprender nas escolas o francês mas o linguajar comum continuar sendo o crioule. Wil me explicou que o nome da sua mãe na realidade é um apelido, e que pelo fato de ser chamada assim por todos, o seu avô pronunciou da mesma maneira na certidão de nascimento e assim permanece até os dias de hoje. Complementou ainda dizendo que grande parte das palavras ditas em crioule são escritas de qualquer maneira pelos funcionários que trabalham em serviços burocráticos.

O relato de Wil me deixou extremamente inquieto. Há tempos eu vinha atendendo na Cáritas pessoas haitianas com esse mesmo tipo de problema, mas até então não havia me preocupado com as referências que os migrantes traziam do Haiti. Visto que já é um fato notório no país, por qual motivo haveria tal displicência em suas documentações? Ou esse fato não seria visto como problemático? Após a conversa com Wil, comecei a questionar outros migrantes haitianos acerca de eventuais erros em sua documentação, seja nos seus nomes próprios ou nos dos pais e sobre a diferença entre o francês escrito e o crioule falado. As respostas que recebi confirmaram o fato relatado por Wil: há de fato displicência na burocracia estatal haitiana em relação à transcrição dos nomes próprios e sobrenomes, e essa questão, já normalizada naquele país, se tornou no Brasil um grande transtorno para a reivindicação de políticas públicas e garantias dos direitos sociais para alguns migrantes haitianos. Dessa maneira, pode-se perceber uma forma de burocracia local interferindo em efeito cascata transnacionalmente, impedindo que migrantes haitianos usufruam de direitos garantidos pela legislação brasileira. Às vezes, porém, são os próprios documentos brasileiros que entram em questão, como se vê no caso a seguir.

Em novembro de 2018, Joana, a assistente social da Cáritas, me perguntou se poderia atender dois venezuelanos com dúvidas na esfera jurídica. Para minha surpresa entrou na sala o venezuelano Daniel, que eu já havia conhecido anteriormente⁹⁴, acompanhado de um amigo também venezuelano. Daniel também ficou surpreso com a minha presença, já que sabia que eu fazia trabalho voluntário na CASLA, mas não na CÁRITAS também.

Daniel apresentou seu amigo Luiz e explicou a dúvida que os tinha levado à CÁRITAS: queriam saber quando teriam o RNM (Registro Nacional de Migrante), documento que substituiu, na nova legislação, o antigo RNE (Registro Nacional de Estrangeiro). Perguntei: mas por que vocês estão querendo RNM, se estão regulares com a solicitação de refúgio e com todos os outros documentos válidos? Eles relataram que para diversas coisas não conseguiam utilizar o número do protocolo de solicitação de refúgio, porque algumas instituições não o aceitavam: bancos (para abertura da conta salário), supermercados (para participar de programas de descontos) e para se cadastrarem no UBER (para trabalhar com entregas de comidas com bicicleta). Por fim, o principal objetivo deles naquele momento era o financiamento de uma moto em uma concessionária.

Daniel contou que todos os documentos estavam prontos para o financiamento, havia aprovação do valor de acordo com a renda comprovada na carteira de trabalho, mas faltava um documento nacional “válido”. Nesse momento expliquei ao Daniel e ao Luiz que a solicitação de refúgio e seu número de protocolo também eram documentos nacionais válidos e que, apesar da aparência, era inconstitucional a recusa dos estabelecimentos comerciais. De fato, como descrevi anteriormente, a solicitação de refúgio consiste em um simples papel A4 impresso. Muitos solicitantes de refúgio plastificam o papel pela fragilidade e desgaste do documento e principalmente para que em situações em que é necessária a apresentação de documentos de identificação a validade do papel não seja questionada, inclusive por agentes do estado.

⁹⁴ Conheci Daniel por intermédio de outros dois venezuelanos, Ivete e Juan, que eu tinha atendido há tempos na CASLA: ele com questões trabalhistas, ela com problemas para a renovação da Carteira Nacional de Habilitação (CNH). Os três haviam se conhecido na igreja Católica, em uma paróquia que contava com um padre colombiano. Tanto Ivete quanto Juan me disseram que Daniel era um rapaz bastante esforçado e trabalhador, que havia inclusive ajudado financeiramente a trazer seus amigos de Venezuela.

Luiz também explicou que a família dele estaria chegando da Venezuela na próxima semana e perguntou como eles deveriam proceder até chegar em Curitiba. Questionou se era necessário algum tipo especial de documento, e se teriam que passar pela Polícia Federal em Roraima ou se era melhor procurar o órgão depois da chegada em Curitiba. Respondi que logo ao atravessarem a fronteira era importante que os seus familiares pedissem refúgio no Brasil ou regularizassem sua situação de migrantes através da portaria nº 9 de 2018⁹⁵.

Se a validade dos documentos portados por migrantes é posta em dúvida em muitas situações cotidianas, por vezes é a validade das próprias normas que está em questão, ocasionando dissonâncias e incompreensões entre migrantes e instituições. É o que mostram os casos a seguir.

3.2.2 Quais são as normas vigentes?

Como apresentei no capítulo anterior, com o advento da nova lei de migração (Lei nº 13.445, de 24/05/ 2017), o antigo Estatuto do Estrangeiro (Lei nº 6.815, de 19/08/1980) foi revogado. Várias normas que eram válidas já não valem mais, e outras normas passaram a vigorar. Um dos principais focos de desentendimentos institucionais, pela não atualização ou interpretação divergente, encontra-se no Registro Nacional de Migrantes (RNE), que substituiu o antigo RNE (Registro Nacional de Estrangeiros). Nesse documento há um campo que informa o status em que o migrante se encontra, e que difere totalmente da legislação anterior. De acordo com a lei atual, como descrevi no capítulo 1, a categoria “visto permanente” agora se chama “autorização de residência”. Na legislação anterior, as categorias se dividiam em “visto temporário” e “visto permanente”, inclusive descritas de maneira expressa na carteira de identificação.

O que acontece na prática é que migrantes são impossibilitados de efetuar ações burocráticas simples porque em seu documento não está escrito “visto permanente” e sim “residência”. Frequentemente, atendentes de diferentes

⁹⁵ Já observado no capítulo 2, esta portaria regulamenta a autorização de residência ao imigrante que esteja em território brasileiro e seja nacional de país fronteiriço, onde não esteja em vigor o Acordo de Residência para Nacionais dos Estados Partes do MERCOSUL e países associados. Disponível em: < http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/6653698/do1-2018-03-15-portaria-interministerial-n-9-de-14-de-marco-de-2018-6653694>. Visualizado em: 03-11-2019.

instituições, inclusive repartições públicas, reconhecem a expressão “autorização de residência” como sinônimo de “visto temporário” – algo compreensível, já que na nova lei de fato a “autorização de residência” é um visto temporário, mas com status de permanente e descrito no documento como “autorização de residência”. Foi o que aconteceu com um casal de El Salvador que procurou a CÁRITAS em maio de 2018.

3.2.2.1 O Estatuto do Estrangeiro, ainda “em vigor”

Kenia e Oscar, médicos, refugiados provenientes de El Salvador, ambos com o diploma já reconhecido e trabalhando em hospitais em Curitiba, procuraram a CÁRITAS devido à negativa da Junta Comercial do Paraná à sua requisição de abertura de empresa e CNPJ para o empreendimento de um consultório. A alegação para o indeferimento foi que eles tinham apenas a documentação com o status de “residência”. Como este seria um visto temporário, e não permanente, o casal não poderia abrir um empreendimento em terras brasileiras. Uma reunião na Junta Comercial para esclarecer a situação foi marcada por Angela, a responsável pelo setor de Proteção Jurídica da CÁRITAS, às 10 horas de uma fria manhã de junho de 2018.

Havia um tempo que eu não utilizava camisa social, gravata e sapato, mas sabia que isso era importante para uma reunião com o setor jurídico da Junta Comercial. Uma fila se formava na porta do prédio. Logo vi que os atendimentos lá iniciavam também às 10 horas. Logo que cheguei vi Angela, minha colega de assistência jurídica da CÁRITAS, chegando por outro lado e já cumprimentando algumas pessoas na fila. Pouco depois fui apresentado à senhora Kenya e ao seu marido. Logo também chegou Fábio, o contador do casal, de bicicleta. Kenya disse que finalmente se conheceram pessoalmente.

O contador disse que, como já tínhamos a reunião agendada, não teríamos a necessidade de ficar na fila, então imediatamente entramos e fomos atendidos. No atendimento à mesa, o contador questionou os motivos pelos quais o pedido de abertura de empresa foi indeferido; a atendente relatou a normativa sobre a abertura de empresa por estrangeiros, alegando que o casal deveria possuir vistos permanentes.

Fomos transferidos para o atendimento no balcão, no qual duas atendentes tentavam nos explicar que estrangeiros possuem critérios diferentes para abertura de empresa e que há exigência de certos documentos, explicações desnecessárias pois já tínhamos em mãos aqueles documentos. Conseguimos então conversar com o representante da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), que possui uma sala na Junta Comercial. Apenas Angela e eu, como os representantes jurídicos, passamos pela catraca e fomos ao primeiro andar de elevador. Apresentamo-nos e explicamos a situação; o advogado, ao compreender o que se passava, entrou no sistema através de seu computador para analisar a situação do processo e verificou que não havia sido considerado o mérito da questão porque a suposta ausência da documentação básica já invalidava todo o trâmite. Ele nos relatou que já havia trabalhado ali anteriormente como estagiário e por isso conhecia como as coisas funcionavam; por essa razão nos orientou para que conversássemos diretamente com os procuradores do órgão colegiado para explicarmos a situação e posteriormente pedíssemos a atualização das normas internas da Junta Comercial.

Na saída, conversamos com Kenia, seu marido e o contador para atualizarmos quanto aos fatos e procedimentos jurídicos a serem tomados. Eles ficaram animados e finalmente entenderam o que estava ocasionando todo esse trabalho. Mais aliviada, Kenia nos relatou que a urgência na confecção do CNPJ se devia à situação de saúde de seu filho mais novo, que estava desenvolvendo um tumor em seu rosto, em uma região próxima as gengivas, e que já começa a deformar seu pequeno crânio. Por esse motivo eles precisavam de um CNPJ para aderência posterior em um plano de saúde que não possui carência nesse tipo de procedimento cirúrgico.

Ao nos relatar essa situação, Angela e eu ficamos bastante surpresos e comovidos. Questionei se era desejo do casal a tentativa de uma cirurgia urgente pelo SUS (Sistema Único de Saúde), mas o marido médico disse que pelo SUS não havia especialistas que considerasse confiáveis em Curitiba. Aí entendemos que os entraves burocráticos não eram tão simples quanto a situação inicial nos demonstrava, que a saúde e talvez a vida do filho mais novo de Kenia estivesse em risco.

Nesse embate entre refugiados contra a burocracia estatal, o tempo não era meramente um espectador, mas um agente capaz de estagnar as condições de

saúde ou agente capaz de provocar uma tragédia burocrática através de outros atores que não estavam a par das mudanças na legislação.

Em minha experiência na Cáritas, tive acesso a outros casos similares. Assim como no caso do casal salvadorenho, atendi médicos refugiados, venezuelanos e cubanos, que estavam encontrando dificuldade para a regularização de seu status profissional devido à não atualização do CRM (Conselho Regional de Medicina) e do CFM (Conselho Federal de Medicina). Como as regulamentações internas dessas entidades responsáveis pelo controle da atuação de profissionais médicos no Brasil se encontram defasadas em relação à nova lei de migração, as médicas refugiadas não foram consideradas aptas legalmente a exercer sua profissão no país. O regimento interno do CFM prevê a autorização da atuação profissional e ou estudos de estrangeiros com visto permanente, e como elas possuíam o documento no qual estava descrito “residência”, o órgão também entendeu que era um visto temporário, negando a atuação profissional.

Foi necessário uma série de intervenções administrativas e jurídicas para que elas, mesmo com os diplomas já devidamente reconhecidos através de revalidações e mediante a aprovação em provas, tivessem a reivindicação da autorização deferida pelo conselho que regulamenta o exercício da medicina.

No caso dos cubanos, um casal e a irmã da esposa, os três médicos e migrantes com solicitação de refúgio no Brasil, a irmã já tinha estado no país através do programa “Mais Médicos”. Após o término do contrato de três anos, teve que retornar a Cuba. Passados nove meses, alegando turismo, voltou ao Brasil e logo solicitou refúgio como meio burocrático para regularizar sua situação, assim como a de sua irmã e cunhado. O que torna o fato peculiar é que quando agente do programa em parceria estatal ela poderia exercer normalmente a sua profissão de médica; contudo, na condição de refugiada, teria que passar pela revalidação de diploma e se submeter às provas de equivalência do Conselho Federal de Medicina. Em relação ao tempo de migração, elas me procuraram com o seguinte questionamento: se o tempo em que ela esteve anteriormente no Brasil (três anos), somaria com o tempo presente para que ela conseguisse o visto de residência e assim pudesse retornar a Cuba para auxiliar os pais que estavam doentes.

Já em outros casos, desentendimentos podem surgir pela mobilização de diferentes disposições da nova lei, assim como das normas que a regulamentam.

3.2.2.2 Alternativas na lei, desencontros entre instituições

Chegando à Cáritas, no período da tarde em novembro de 2018, vi duas mulheres negras amamentando duas crianças sentadas apoiadas ao muro. Perguntei a elas se precisavam de ajuda, elas responderam que não. Insisti, mas novamente elas responderam que estava tudo bem. Ao entrar, contei a minhas colegas sobre as duas mulheres com os bebês lá fora e elas foram também perguntar se precisavam de ajuda. Pela terceira vez, disseram que não.

A sala de espera estava cheia. Questionei quem estava na vez de atendimento para o setor jurídico. Um migrante haitiano disse que a Polícia Federal o tinha mandando para a CÁRITAS para preencher a renovação da solicitação de refúgio, que normalmente é feita a cada ano. Como havia vencido em setembro, ele se encaminhou à PF que, por algum motivo, o mandou para a CÁRITAS. Nesse momento pensei que fosse um pedido de residência com base no trabalho, já que ele estava com emprego fixo com carteira assinada desde 2015 e por essa razão perguntei se era isso mesmo. Ele respondeu que sim.

Pedi a ele os documentos para que eu preenchesse a ficha de cadastro interno da CÁRITAS. O migrante haitiano me passou os documentos: passaporte, CPF e a carteira de trabalho. Seu nome é Jordan Jean, haitiano, negro, 1,65m, 34 anos de idade. Trabalha como servente em uma empresa no bairro de Santa Felicidade, distante do centro da cidade. Chegou ao Brasil em outubro de 2015 e desde então trabalha nesse mesmo local. Seu português é compreensível, contudo, o que ele tentava nos comunicar não estava compreensível.

Afirmar a Jordan que era estranho que a PF o tivesse enviado para a CÁRITAS para pedir residência com base na atuação profissional, já que dessa forma ele perderia o “status” de solicitante de refúgio e os direitos que cabem ao refugiado no Brasil. Caso ele ficasse sem o contrato de trabalho, poderia vir a perder também a residência. Por esse motivo, era realmente muito estranho que a PF tivesse pedido isso.

Foi então que ele falou que sustenta a casa com sua esposa, mãe, pai e uma tia, além dos gêmeos que acabaram de nascer. Foi nesse momento que me

ocorreu que a indicação para obtenção da autorização de residência não era com base no trabalho, mas sim pela prole brasileira⁹⁶.

Entrei no site da Polícia Federal para cadastro da ficha do Jordan e para o agendamento do seu pedido de residência. Além disso, imprimi um *check list* dos documentos necessários para o pedido.

Pedi ao Jordan que esperasse e subi ao andar de cima para imprimir as três folhas. Entreguei os papéis a ele e expliquei cada um: o agendamento, o cadastro e o *check in*⁹⁷ dos documentos necessários. Ele se despediu e disse que sua mulher, uma amiga e os filhos estavam esperando lá fora porque os bebês estavam chorando muito e elas se sentiam constrangidas.

Se no caso de Jordan e sua família a dificuldade advinha da orientação pouco clara em relação às possibilidades de regularização da residência no Brasil, no encaminhamento feito pela Polícia Federal à Cáritas, o caso a seguir explicita os desencontros entre diferentes instituições estatais acerca de dispositivos da lei de migração e normas que regulamentam sua aplicação.

Conforme havia sido agendado anteriormente, recebi em uma manhã de segunda-feira, em outubro de 2018, um padre moçambicano que vinha enfrentando uma série de dificuldades para a renovação de seu visto.

O padre se chamava Valerio, de pele negra, uns 30 anos de idade, de fala tranquila e serena. Veio acompanhado de Ana, católica que frequentava a mesma paróquia. Contadora, ela aparentava cerca de 40 anos de idade, era branca, loira de cabelos curtos e olhos claros, e com a fala rápida e tensa.

Ana logo iniciou o relato afirmando que já tinham passado por várias instituições e que, caso a situação não se resolvesse na Cáritas, ela procuraria a imprensa para denunciar a situação de descaso com o padre. Como eu não estava entendendo ao certo o que estava acontecendo, me apresentei como voluntário do setor jurídico e pedi que ela explicasse o que estava acontecendo. Demonstrando

⁹⁶ De acordo com a portaria interministerial número 12/2018, é possível que o migrante obtenha a residência no Brasil por prole, ou seja, com filhos nascidos no Brasil.

⁹⁷ Lista de documentos necessários e requeridos na Polícia Federal, confeccionada pela Cáritas para que os migrantes não percam o agendamento por falta de documentação.

um misto de alívio e surpresa, Ana afirmou: “enfim, um advogado⁹⁸ vai poder nos ajudar”. Ela relatou que desde o mês de março daquele ano o padre Valerio estava tentando sem sucesso a renovação de seu visto. Para figuras religiosas há um tipo de visto temporário para fins da prática da atividade religiosa, previsto no artigo 14 da lei de migração⁹⁹. Na mesma lei, o artigo 30¹⁰⁰, que dispõe sobre a autorização de residência, também prevê a mesma hipótese.

Ainda sem uma compreensão plena dos fatos, pedi aos dois que me explicassem tudo o que aconteceu de maneira cronológica. O padre disse que foi normalmente até a Polícia Federal para a renovação de sua autorização de residência na data em que venceria seu RNM. Seguindo a orientação recebida, pagou uma GRU¹⁰¹ no valor de R\$ 204,77 e retornou à PF. Foi atendido por outra pessoa, que disse que a renovação não deveria ser feita ali, mas no Ministério do Trabalho. Já no Ministério do Trabalho lhe disseram que teria que gerar outra guia e efetuar o pagamento de R\$ 168,13, conforme a Resolução Normativa 14/2017 do Conselho Nacional de Imigração¹⁰². Com essa outra guia paga em mãos, o padre retornou à Polícia Federal, mas novamente foi negado o pedido de renovação da residência. Dessa vez, pediram que pagasse outra GRU, no valor de R\$106,45. Nesse momento ele decidiu procurar ajuda, primeiramente com a advogada da Mitra da Arquidiocese de Curitiba¹⁰³, que o enviou à Cáritas.

Era por essa razão que Ana estava indignada. Tinham procurado através das vias legais a renovação do visto, para que ele estivesse em situação regular no Brasil, contudo, a burocracia e os custos eram tamanhos que impossibilitavam a

⁹⁸ “Advogado” era a expectativa da categoria profissional no atendimento em que Ana desejava, porém, como já evidenciado anteriormente sou Bacharel em Direito.

⁹⁹ Lei 13.445/ 2017, Artigo 14. O visto temporário poderá ser concedido ao imigrante que venha ao Brasil com o intuito de estabelecer residência por tempo determinado e que se enquadre em pelo menos uma das seguintes hipóteses: (...) g) prática de atividade religiosa ou serviço voluntário.

¹⁰⁰ Lei 13.445/2017, Artigo 30. A residência poderá ser autorizada, mediante registro, ao imigrante, ao residente fronteiriço ou ao visitante que se enquadre em uma das seguintes hipóteses: (...) g) prática de atividade religiosa ou serviço voluntário.

¹⁰¹ Guia de Recolhimento da União.

¹⁰² Conselho Nacional de Migração, Resolução Normativa nº 14, de 12 de dezembro de 2017, Disciplina a concessão de visto temporário e autorização de residência para prática de atividades religiosas. Art. 1º O visto temporário, nos termos do art. 40, caput, do Decreto nº 9.199, de 2017, para prática de atividades religiosas, poderá ser concedido ao ministro de confissão religiosa ou membro de instituição de vida consagrada, ou confessional, ou de ordem religiosa, que venha ao País para prestação de serviços de assistência religiosa, sem vínculo empregatício no Brasil.

¹⁰³ Organização hierárquica da Igreja Católica.

credibilidade das próprias instituições estatais que os mandavam para diversos locais sem a solução prática do caso.

Sugeri a eles três formas de resolver a situação. A primeira era efetuar novos pagamentos e regularizar a situação de prazo de renovação expirado. A segunda alternativa seria não pagar nada, já que o padre Valerio tinha o retorno marcado para Moçambique no mês de dezembro e só seria notificado no caso de uma nova entrada no Brasil. A terceira era a possibilidade de a CÂRITAS resolver esse problema administrativo com um novo prazo, mesmo que tivesse que viajar. Em paralelo a isso, seria preciso demonstrar que desde o prazo para vencimento do RNM o padre estava se utilizando de boa-fé para tentar renovar seu visto, mas que devido à falta de comunicação entre as próprias entidades estatais, ele não tinha conseguido regularizar sua situação antes de sua saída.

Ana e o padre Valerio me agradeceram, dizendo que iriam pensar nas três possibilidades que eu tinha sugerido. Não voltei a ter contato com eles.

Procurei apresentar neste capítulo impasses decorrentes de formas diversas de compreensão e implementação das normas e categorias legais referentes a migrantes e refugiados. Além dos inúmeros efeitos existenciais para as pessoas envolvidas, os casos descritos mostram que a necessidade de obtenção de documentos e encaminhamento de questões cotidianas frequentemente obrigam migrantes a buscar diferentes instituições em busca de informações e providências. Essa circulação, por sua vez, conecta as próprias instituições entre si e contribui para produzir e modificar seus procedimentos. É este o tema do próximo capítulo, que irá abordar, num primeiro momento, o que proponho chamar de um circuito (cf. Magnani 2002) jurídico-burocrático constituído pela circulação de migrantes entre diferentes instituições e espaços da cidade; e, em seguida, as relações formais entre instituições estatais e não-estatais estabelecidas a partir da criação do Conselho Estadual dos Direitos de Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná (CERMA).

4 A CIRCULAÇÃO DE MIGRANTES E A(S) REDE(S) DE INSTITUIÇÕES

A circulação de migrantes entre diferentes instituições tem produzido e ou alterado seus modos de funcionamento. Além disso, também deu origem a novas instituições, em particular o Conselho Estadual para Refugiados, Migrantes e Apátridas (CERMA). Este capítulo abordará as relações que diferentes instituições envolvidas com o acolhimento de migrantes no Paraná têm estabelecido entre si.

O capítulo estará dividido em duas seções. A primeira apresentará a constituição de uma rede informal de instituições a partir da própria circulação dos migrantes que as procuram. Considerando essas relações, pretendo argumentar que os trajetos de migrantes constituem um circuito (cf. Magnani 2002) específico que conecta diferentes espaços da cidade. Na segunda seção será abordada a rede formal de instituições envolvidas no acolhimento e prestação de serviços para migrantes instituída a partir da criação do CERMA. Ao descrever duas reuniões do Conselho ocorridas em 2018, uma em Curitiba e outra, “descentralizada”, realizada em Londrina, meu objetivo é explicitar as dinâmicas constitutivas das deliberações do CERMA e a diferença produzida pela presença ou a ausência de migrantes nessas deliberações.

4.1 A REDE INFORMAL E SUAS CONEXÕES

Como se viu nos capítulos anteriores, a Polícia Federal é um ponto de passagem obrigatório para que os migrantes obtenham a regularização de seus documentos no Brasil, mas também para o esclarecimento de dúvidas, a alteração de seu status migratório, o encaminhamento de pedidos de refúgio etc. Conforme a situação específica, esse deslocamento inicial se desdobra em diferentes percursos, entre diferentes instituições governamentais e não-governamentais através da cidade.

Nos atendimentos que realizei na CASLA (desde 2013) e na Cáritas (desde 2018), era comum a chegada de migrantes vindos da Polícia Federal com um pedaço de papel com o endereço de uma das duas instituições. No início da década, quando o fluxo migratório em Curitiba era menos intenso que o atual, os agentes da Polícia Federal escreviam a mão os endereços. Após certo tempo esse pedaço de

papel passou a ser fotocopiado, facilitando o trabalho dos agentes e sedimentando o percurso entre o órgão estatal e as duas organizações da sociedade civil.

Os migrantes procuravam essas duas instituições não apenas com o intuito de regularização de sua situação no Brasil, mas também para enfrentar diferentes obstáculos cotidianos que demandavam conhecimentos jurídicos, administrativos ou burocráticos. Devido a dificuldades na comunicação em português ou restrições econômicas, por vezes também era necessário o atendimento de assistência social¹⁰⁴.

Ao longo do tempo esses movimentos e demandas conduziram à formação de uma rede de apoio aos migrantes em Curitiba, composta por entidades civis e órgãos governamentais. Inicialmente, participavam dessa rede a CASLA, a Pastoral do Migrante da Igreja Católica, a Secretaria de Direitos Humanos do Município de Curitiba, a Secretaria de Justiça do Estado do Paraná (SEJU), a Associação de Haitianos em Curitiba e a Universidade Federal do Paraná, por meio do Projeto Migração, Refúgio e Hospitalidade. Apresento brevemente a seguir essas instituições.

A CASLA é uma organização não governamental e sem fins lucrativos. Foi fundada no ano de 1985 e atua por meios de ações educacionais e culturais, além do atendimento jurídico a migrantes e refugiados. Foi uma das primeiras entidades a receber demandas jurídicas e assistenciais de migrantes em Curitiba, devido ao atendimento de migrantes da América Latina nas décadas de 1980 e de 1990, que vinham ao Brasil em busca de exílio político. O setor jurídico da CASLA, chamado de CASLAJUR, iniciou os atendimentos a haitianos e sírios em meados de 2013-2014. Atualmente, os projetos na CASLA estão mais voltados aos povos tradicionais e à agroecologia, na chamada Unitinerante.

Durante o período da pesquisa, os atendimentos na CASLA eram realizados pelas secretárias, geralmente estagiárias dos cursos de Relações Internacionais, Direito ou Psicologia. Às sextas-feiras havia reunião do CASLAJUR, que é o grupo de advogados voluntários que faz a triagem dos casos recebidos pelas secretárias, discutindo e analisando os casos concretos e posteriormente os direcionando a cada especialista das diferentes áreas do Direito.

¹⁰⁴ Esses atendimentos não são abordados na presente pesquisa.

A Pastoral do Migrante¹⁰⁵ é uma instituição sem fins lucrativos, mantida pelos Missionários Scalabrinianos na Arquidiocese de Curitiba. Assim como a CASLA, no início atendia apenas latino-americanos. Em 2007 iniciou o atendimento para migrantes do continente africano e após o ano de 2010 passou a atender migrantes haitianos e sírios. Os atendimentos, de acordo com a sua página de perfil¹⁰⁶ no Facebook, têm como foco a orientação para a retirada de documentos, para busca de emprego e moradia, encaminhamento a possíveis postos de trabalho ofertados por empresas parceiras, orientação aos migrantes sobre os seus direitos trabalhistas e acompanhamento às empresas. Também realiza atividades religiosas e culturais e de conscientização aos migrantes sobre seus direitos no exercício da cidadania.

A Associação para a Solidariedade dos Haitianos em Curitiba, também chamada¹⁰⁷ de ASHBRA, foi fundada no ano de 2012 com o principal objetivo de ajudar os migrantes haitianos na cidade de Curitiba e região metropolitana. Sua presidenta é Laurette Bernadin, mulher negra, alta e carismática. Veio ao Brasil antes mesmo do terremoto do ano de 2010 e se formou no curso de fisioterapia no ano de 2017. No mesmo ano, conseguiu trazer ao Brasil suas duas filhas e seu irmão mais velho. Possui liderança e por diversas oportunidades é vista como exemplo para outras migrantes, não só haitianas.

O projeto Migração, Refúgio e Hospitalidade da Universidade Federal do Paraná¹⁰⁸, criado em 2013, visa auxiliar migrantes e refugiados vindos ao Brasil,

¹⁰⁵ Disponível em: <<https://paroquiasfelicidade.wixsite.com/pastoraldomigrante/sobre>>. Visualizado em: 13-11-2019.

¹⁰⁶ Perfil da Pastoral do Migrante em Curitiba no Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/pg/pastoraldomigrantecuritiba/about/?ref=page_internal>. Visualizado em: 13-11-2019.

¹⁰⁷ Também chamo de Associação de haitianos de Curitiba.

¹⁰⁸ O projeto Refúgio, Migração e Hospitalidade é um dos seis projetos que integram o Programa Política Migratória e Universidade Brasileira (PMUB/UFPR). O programa é coordenado pelo professor de Direito José Antônio Peres Gediel, que também coordena a Cátedra Sérgio Vieira de Mello ACNUR/ UFPR. Nascido de um projeto criado em 2013 para dar aulas de Português a refugiados, o Programa Política Migratória e Universidade Brasileira (PMUB) é hoje um conjunto de seis projetos de extensão que, além do ensino da língua, inclui capacitação em informática, apoio jurídico e até oficinas de História do Brasil. O programa envolve os cursos de Direito, Informática, Psicologia, Sociologia, Letras e seu Centro de Línguas e Interculturalidade (Celin/Tandem) e o Programa de Educação Tutorial (PET) História. Nele atuam professores, servidores, pesquisadores e estudantes de graduação e pós-graduação, que, além de acolher e apoiar refugiados e migrantes, desenvolvem pesquisas na área. Disponível em: <<https://www.ufpr.br/portafulpr/noticias/projeto-da-ufpr-ajuda-migrantes-refugiados-e-apatridas-a-superarem-desafios-encontrados-no-brasil/>>. Visualizado em: 16-11-2019.

especialmente na prestação de assessoria e orientação jurídica. Além disso o projeto realiza a revalidação de diplomas dos migrantes e refugiados. É chamado por seus participantes – e por agentes de outras instituições – de “sala 28”, em referência ao número da sala onde funciona no prédio histórico da UFPR, na praça Santos Andrade, centro de Curitiba.

A Secretaria de Justiça do Paraná (SEJU) é a principal instituição pública envolvida no acolhimento de migrantes e refugiados no Estado. Em particular pelo esforço de sua então Diretora Adjunta, Fátima Yokohama, teve participação decisiva na institucionalização dessa rede de informal de atendimento, estabelecida com a criação do Conselho Estadual de Refugiados, Migrantes e Apátridas (CERMA)¹⁰⁹, em 2015. Posteriormente, em 2016, foi criado pela SEJU o Centro de Informações para Migrantes, Refugiados e Apátridas do Estado do Paraná (CEIM)¹¹⁰, que atua com o objetivo de fornecer informações quanto ao acesso aos serviços públicos estaduais e municipais, respeitando as especificidades destas populações.

A prefeitura de Curitiba, na gestão iniciada em 2017, não manteve a Secretaria de Direitos Humanos, afastando-se da rede de instituições de apoio a migrantes e refugiados, no qual já teve uma atuação exemplar e efetiva.

A Cáritas, instituição junto à qual esta pesquisa foi desenvolvida, estabeleceu-se em Curitiba em maio de 2009¹¹¹, mas o atendimento a migrantes iniciou de maneira mais efetiva após o ano de 2015¹¹². Os profissionais com quem tive contato e com quem trabalhei de forma voluntária durante a pesquisa de campo, em sua maioria, já tinham conhecimento e vivências profissionais na área. Márcia Ponce coordenava a regional da Cáritas em Londrina antes de se transferir para Curitiba como coordenadora de toda a regional; Elisete era assistente social da Pastoral do Migrante; Angela já tinha interesse acadêmico no tema antes de se tornar advogada da Cáritas; da mesma forma, Rodrigo tinha produção acadêmica

¹⁰⁹ O CERMA será abordado de forma mais detalhada na segunda seção deste capítulo.

¹¹⁰ Disponível em: <https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=163023&indice=1&totalRegistros=1>. Visualizado em: 16-11-2019.

¹¹¹ Disponível em: https://www.facebook.com/pg/caritaspr/about/?ref=page_internal. Visualizado em: 16-11-2019.

¹¹² A Cáritas Regional Paraná, com sede em Curitiba, deveria atuar apenas na gestão e planejamento das demais unidades no estado. Porém, devido à demanda de migrantes e refugiados na capital paranaense, foi necessário que a instituição também passasse a prestar atendimento direto.

em relação a migração e refúgio na área de Relações Internacionais antes de ingressar na Cáritas.

Durante o ano de 2018, os atendimentos jurídicos na Cáritas eram realizados pela equipe de Proteção Legal, coordenada pela advogada Angela¹¹³. A diferença principal em relação aos atendimentos realizados pelo CASLAJUR é que a instituição católica só se responsabiliza pela assessoria jurídica nos âmbitos administrativos e burocráticos, não atuando em demandas jurídicas propriamente ditas, como casos de direito cível, penal, trabalhista etc. Esses casos eram repassados à CASLA ou, se fossem demandas coletivas, para o atendimento da “sala 28” do Projeto Hospitalidades da UFPR.

Além desses encaminhamentos, nos setores de Proteção Legal e de Assistência Social da Cáritas também há pequenos papéis fotocopiados com os endereços do CEIM e da Polícia Federal. Na Assistência Social ainda são fornecidos diversos outros endereços, como dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) em todo o município e região metropolitana, além de outras instituições que fornecem serviços a migrantes e refugiados, como o ensino da língua portuguesa, hospedagem, alimentos, vestuário etc.

A circulação das pessoas migrantes prossegue conforme suas necessidades específicas, mas também de acordo com os procedimentos, critérios e áreas de atuação das diferentes instituições. Mesmo que a demanda não seja complexa, o percurso pode ser longo e tortuoso. A título de exemplo, a oficialização do casamento ou união estável de migrantes requer uma longa lista de documentos¹¹⁴.

Para solteiros, é necessário apresentar: certidões negativas de antecedentes criminais, no Brasil e no país de origem, e para isso os interessados precisam se deslocar até a Polícia Federal¹¹⁵ e requerer o mesmo documento

¹¹³ Durante o período em que desenvolvi a pesquisa de campo eu era o único voluntário jurídico que ia à Cáritas de maneira presencial algumas vezes por semana. Nessas ocasiões, os casos eram debatidos em conjunto com Angela e, ocasionalmente, com Rodrigo, profissional de Relações Internacionais. Alguns casos e procedimentos que demandavam maior esforço poderiam ter a participação de outros voluntários do setor de Proteção Legal, que compõem um grupo de troca de mensagens no aplicativo Whatsapp.

¹¹⁴ A lista se baseia no artigo 1.525 do Código Civil (Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm>. Visualizado em: 16-11-2019.

¹¹⁵ A requisição de certidões de “antecedentes criminais” sempre gera dúvida entre os migrantes em relação à qual instituição policial – Federal, Civil ou Militar – é responsável pela emissão do desse documento.

através de consulados ou por e-mail no país de origem; certidão de nascimento original, selada e assinada no consulado do Brasil no país de origem; passaporte de estrangeiro dos dois (emitido pelo país de origem ou pela PF)¹¹⁶; e comprovante de endereço. Já no caso de divorciados ainda é necessário, além dos documentos acima, a certidão de casamento acompanhada da sentença do divórcio, ou certidão de casamento com averbação do divórcio selada e assinada no Consulado do Brasil no país de origem do estrangeiro. Já para os viúvos é preciso apresentar a certidão de casamento acompanhada da certidão de óbito do cônjuge falecido selada e assinada no Consulado do Brasil no país de origem do estrangeiro; e inventário selado e assinado no Consulado do Brasil no país de origem do estrangeiro.

Todos os documentos devem ser apresentados em cópia autenticada em cartório. O processo é encaminhado, primeiramente, para o Ministério Público, e somente depois que retornar com parecer positivo a data do casamento poderá ser marcada. Ou seja, um ato que para cidadãos brasileiros é relativamente simples, para estrangeiros requer a passagem por numerosas instituições para a obtenção de uma longa lista de documentos, além do tempo e dos custos envolvidos. Em certos casos, é impossível obter os documentos necessários. Ofereço um breve exemplo: em julho de 2018, atendi durante uma reunião em uma igreja¹¹⁷ um senhor filipino que desejava se casar com sua atual companheira, também filipina, que portava documentação com prazo de turista expirado. Ocorre que ele já era casado com outra mulher no país de origem, com quem tinha dois filhos adultos. O casal estava informalmente separado, uma vez que nas Filipinas o divórcio é estritamente proibido. Como poderíamos anular a união anterior ou oficializar um divórcio, se isso não é possível no país em que o casamento ocorreu? Diante disso, o estado civil do migrante filipino no Brasil se mantém como casado, impossibilitando uma nova união formal e impossibilitando a regularização da atual companheira por meio do casamento e ou união estável.

¹¹⁶ Caso o migrante seja refugiado poderá utilizar o passaporte brasileiro de refugiado.

¹¹⁷ A pedido de uma migrante de origem filipina à advogada Angela da Cáritas, foi agendada para essa data uma reunião na Igreja de Deus Internacional – MIDI (O caminho antigo), que se tornou um evento de proporções nacionais. Vieram fiéis dessa religião de origem filipina de vários estados do Brasil, o que gerou surpresa para os profissionais da Cáritas. A MIDI fica localizada no bairro Rebouças, em Curitiba.

Contudo, um dos principais motivos para a circulação de migrantes entre diferentes instituições diz respeito a incertezas e descompassos em relação à situação de seu visto no país, à validade dos documentos que a comprovam e aos direitos e obrigações correspondentes. Em situações concretas, as categorias legais – migrante, refugiado, solicitante de refúgio – se revelam instáveis e problemáticas. Como demonstram as situações descritas no capítulo anterior, essas categorias são interpretadas de formas distintas por diferentes instituições e seus agentes, e os próprios documentos oficiais podem ser objeto de desconfiança. Diferentes entendimentos do que constitui um “documento válido” – em particular no caso dos solicitantes de refúgio – acabam por impulsionar a circulação de pessoas migrantes na busca de obterem outros documentos de que necessitam, deferimentos e autorizações. Por vezes, as próprias pessoas migrantes também desconfiam de seus documentos¹¹⁸. Ou não se satisfazem com as informações e orientações recebidas, inclusive de órgãos estatais. E isto também os leva a transitar por diferentes instituições e endereços.

Essa circulação, que em regra se inicia na Polícia Federal – e quase sempre a ela retorna, após numerosas ramificações – permite uma aproximação com reflexões de José Guilherme Magnani acerca das dinâmicas que se desenvolvem nas metrópoles contemporâneas:

A presença de migrantes, visitantes, moradores temporários e de minorias; de segmentos diferenciados com relação à orientação sexual, identificação étnica ou regional, preferências culturais e crenças; de grupos articulados em torno de opções políticas e estratégias de ação contestatórias ou propositivas e de segmentos marcados pela exclusão – toda essa diversidade leva a pensar não na fragmentação de um multiculturalismo atomizado, mas na possibilidade de sistemas de trocas de outra escala, com parceiros até então impensáveis, permitindo arranjos, iniciativas e experiências de diferentes matizes (Magnani, 2002, p.15).

¹¹⁸ Ressalto o caso de um casal de Angola, solicitante de refúgio, que procurou a Cáritas em mês de maio de 2018 para questionar sobre a validade de um documento impresso “apenas em um papel A4”, dizendo que não dava credibilidade quando iam procurar emprego. E perguntaram também quando teriam “documentos de verdade”. No entanto, mesmo impresso em uma folha comum, o documento de solicitação de refúgio é um documento válido e legal em todo o território nacional. Durante a pesquisa de campo, outros migrantes, haitianos e de países africanos, relataram que ocasionalmente, andando pelas ruas da cidade no período noturno, também sofreram abusos de autoridades policiais que desconheciam esse tipo de documentação. Algumas vezes, foram encaminhados a delegacias próximas com o argumento que não apresentaram documentos válidos, embora portassem o papel de solicitação de refúgio.

Ainda de acordo com Magnani, algumas dessas dinâmicas podem ser descritas pela categoria “circuito”, assim descrita pelo autor:

Trata-se de uma categoria que descreve o exercício de uma prática ou a oferta de determinado serviço por meio de estabelecimentos, equipamentos e espaços que não mantêm entre si uma reação de contiguidade espacial, sendo reconhecido em seu conjunto pelos usuários habituais: por exemplo, o circuito gay, o circuito de cinema de arte, o circuito neo-exotérico, dos salões de dança e shows black, do povo-de-santo, dos antiquários, dos clubblers e tantos outros (Magnani, 2002, p. 23-24).

Na experiência cotidiana de migrantes, a possibilidade (ou necessidade) de trocas com diferentes parceiros, engendrando novos arranjos no espaço da cidade, permite falar de um “circuito” específico, constituído a partir das relações com diferentes órgãos públicos e entidades da sociedade civil, impulsionadas por questões burocráticas, processos administrativos e jurídicos.

Geograficamente, as principais instituições não estão próximas. A Polícia Federal fica no bairro Santa Cândida, na região norte da cidade. Como foi dito anteriormente, é comum que a PF encaminhe pessoas à Cáritas e à Casla, situadas na região central, no bairro São Francisco – distantes apenas um quarteirão uma da outra, mas localizadas a cerca de 8,5 km da PF. Como o atendimento jurídico das duas entidades tem escopo distinto, é possível – e pouco trabalhoso – circular entre ambas. Dependendo das necessidades apresentadas por cada migrante, outros encaminhamentos levam a transpor outros caminhos.

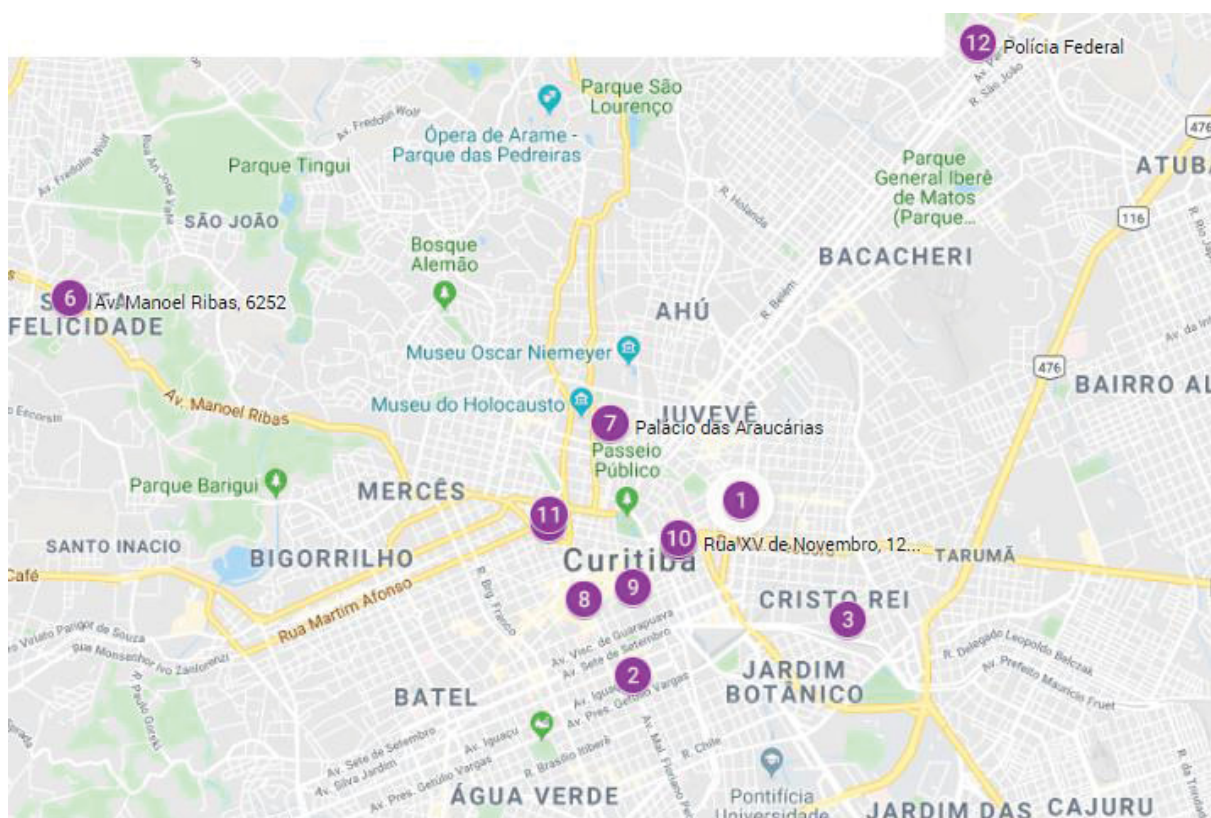
Nos casos que envolvem a busca de empregos e assistência social¹¹⁹, é comum o encaminhamento para o Centro de Informações a Migrantes e Refugiados (CEIM), na região central de Curitiba, próximo à Praça Rui Barbosa. A poucas quadras do CEIM fica a sede do (antigo) Ministério do Trabalho e Emprego. Também na região central está localizada a “sala 28” da UFPR. Já mais afastados, em cada bairro ou região administrativa da prefeitura, estão os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS)¹²⁰, possibilitando ao migrante buscar o local mais próximo de sua residência, para o aprendizado da língua portuguesa de

¹¹⁹ Considerando os atendimentos oferecidos pelos sistemas públicos em diversos âmbitos como saúde, educação, segurança e demais assistências públicas como Bolsa Família.

¹²⁰ Subordinados da Fundação de Ação Social (FAS) do município de Curitiba, os CRAS são unidades de execução dos serviços de Proteção Social Básica destinados à população em situação de vulnerabilidade social, em articulação com a rede socioassistencial.

O mapa a seguir apresenta alguns dos principais pontos do circuito que conecta, em Curitiba, migrantes e instituições, bem como as próprias instituições umas às outras.

FIGURA 1 – Circuito jurídico-burocrático percorrido pelos migrantes em Curitiba



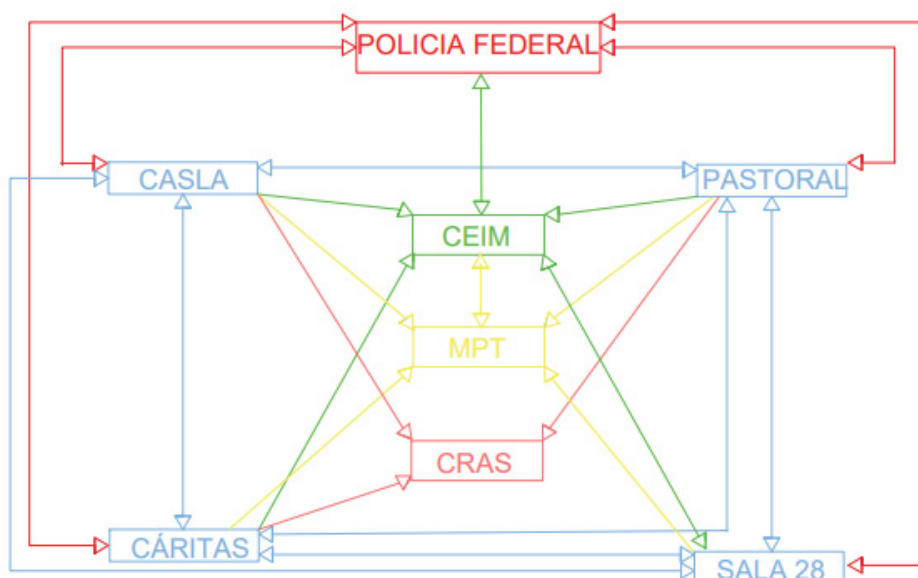
FONTE: Google Maps editado pelo autor (2019). 1. Escola de Direitos Humanos (Ministério Público do Paraná) 2. Secretaria de Justiça do Estado do Paraná 3. Conselho Regional de Psicologia (CRP); 4.Casa Latino-Americana (CASLA) – (sobrepota por 11. Cáritas); 5. UFPR – Santos Andrade (sobrepota por 10. Reitoria UFPR); 6. Pastoral do Migrante; 7. Palácio das Araucárias; 8.(CEIM) 9. Ministério Público do Trabalho (MPT); 10.Reitoria (UFPR); 11.Cáritas; 12. Polícia Federal.

Os trajetos concretos, em qualquer caso, não são aleatórios. Assim como ocorre com a Polícia Federal, durante a pesquisa foi possível constatar que ao final da maioria dos atendimentos, na Cáritas ou na CASLA, os migrantes eram encaminhados a outras instituições, por diversos motivos. O retorno para um novo atendimento acontecia na maioria dos casos, de forma análoga ao retorno do paciente após uma consulta médica portando os resultados dos exames solicitados. Mas, neste caso, os resultados eram documentos ou procedimentos burocráticos

realizados em outras instituições. Já em outras instituições o fluxo tende a ser em apenas um sentido: o CEIM e os CRAS, por exemplo, são instituições que, em regra, não requerem o retorno das pessoas atendidas após os encaminhamentos para empregos ou serviços de assistência social.

O diagrama a seguir busca exemplificar os trânsitos possíveis – e mais frequentes – entre as diferentes instituições que prestam atendimento a migrantes e refugiados em Curitiba.

FIGURA 2 – Diagrama de trajetos percorridos



FONTE: o autor (2019).

A maioria dos trajetos descritos na presente pesquisa envolve atendimentos jurídicos realizados na CASLA ou na Cáritas. A Polícia Federal se faz presente em quase todos os casos, quase sempre como ponto inicial. Apenas em um deles a Defensoria Pública se fez presente. Os CRAS, Celim, CEIM e Ministério Público do Trabalho são instituições cujo atendimento, em geral, não necessita de retorno, ao contrário do que ocorre com a Polícia Federal, a CASLA e a Cáritas.

Os retornos nessas instituições são comuns devido ao acompanhamento dos processos, à ausência de documentos, falta de compreensão ou necessidade de melhor entendimento de orientações recebidas, além de retornos para outros serviços ou atendimentos. O caso de Eugénie (cf. Introdução) pode dar luz a esse circuito. Como se recorda, ela e suas duas amigas se deslocaram à Cáritas já

encaminhadas através de um pedaço de papel oferecido na Polícia Federal. O atendimento na Cáritas se desdobrava em outros caminhos: primeiro o retorno à Polícia Federal, após o agendamento, para entregar o formulário de solicitação de refúgio e os documentos necessários para o pedido. Em seguida, o encaminhamento para o CEIM¹²¹, Celim ou algum CRAS que ofereça o ensino da língua portuguesa gratuitamente aos haitianos; à “sala 28”, para o reconhecimento de sua formação acadêmica e revalidação de diploma; ao Ministério Público do Trabalho, para a elaboração da CTPS; ao CEIM, para procurar emprego e, caso necessário, alguma outra ajuda da assistência social.

Os trajetos na região central de Curitiba são de fácil deslocamento. Já o retorno a Polícia Federal envolve uma maior distância e, por isso, também mais tempo. Além disso, é possível considerar que migrantes recém vindos ao Brasil raramente dispõem de condições financeiras adequadas para diversos deslocamentos dentro de um grande centro urbano como Curitiba, ainda que com transporte público que permite “conexões” com o mesmo valor de passagem.

Paralelamente ao circuito constituído pela circulação de migrantes e refugiados por diferentes instituições e regiões da cidade, é possível sugerir a existência de um outro, parcialmente conectado ao primeiro, mas dotado de uma dinâmica própria: o circuito constituído pelo trânsito, bastante frequente, das pessoas envolvidas na própria rede institucional de acolhimento e prestação de serviços a migrantes e refugiados. Isto ficará mais claro na descrição da reunião do CERMA, na próxima seção.

Finalmente, é possível dizer que a partir da criação do CERMA as próprias instituições, agora conectadas em uma rede formal, também passaram a “circular” para a realização de reuniões, centralizadas (isto é, realizadas em Curitiba) e descentralizadas (realizadas em outras cidades do Paraná). As reuniões centralizadas do CERMA, durante o ano de 2018, ocorreram em diversos locais: no Palácio das Araucárias, no Centro Cívico; na SEJU, no bairro Rebouças; e na Escola de Educação em Direitos Humanos¹²² no bairro Alto da XV. Já as reuniões

¹²¹ Anexo III.

¹²² A Escola de Educação em Direitos Humanos, vinculada à Secretaria de Estado da Justiça, foi criada em 2011 com o objetivo de dar mais abrangência às ações da Escola Penitenciária, um centro de formação e capacitação dos servidores penitenciários em funcionamento desde 1991.

descentralizadas ocorreram nos municípios de Londrina e Pato Branco. Em Londrina o encontro ocorreu na Mitra, órgão da Igreja Católica no qual também funcionam a Cáritas e a Pastoral do Migrante. Em Pato Branco, a reunião aconteceu na sede local da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)¹²³.

No entanto, mesmo com a constituição formal do CERMA, no ano de 2015, a rede informal de atendimento a migrantes e refugiados continua atuando. A constituição e o funcionamento do CERMA são os temas da próxima seção.

4.2 A REDE FORMAL DE ATENDIMENTO A MIGRANTES: O CERMA

O Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná (CERMA/PR), vinculado à estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (SEJU), foi instituído pela Lei 18.465, de 24 de abril de 2015. Possui caráter consultivo e deliberativo e é integrado, paritariamente, por representantes de órgãos públicos e de entidades da sociedade civil organizada.

De acordo com a lei que o instituiu, o CERMA tem por finalidade viabilizar e auxiliar na implementação e fiscalização das políticas públicas voltadas aos direitos dos refugiados e migrantes, em todas as esferas da Administração Pública do Estado do Paraná, visando à garantia da promoção e proteção dos direitos dos refugiados, migrantes e apátridas.

Conforme apontou Denise Jardim, “Os comitês e fóruns diversificados parecem buscar fortalecer uma rede de organizações capazes de chamar a atenção da sociedade civil e do poder público para o tema da imigração”. (JARDIM, 2013, p. 83).

De fato, é possível conceber a criação do CERMA no estado do Paraná como a formalização estatal de uma rede já pré-existente (cf. seção anterior), com o intuito de fortalecer a mobilização do poder público e da sociedade civil para as problemáticas envolvendo o tema de migração.

Disponível em: < <http://www.esedh.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=113>>. Visualizado em: 17-11-2019.

¹²³ As reuniões descentralizadas são organizadas pelos representantes locais no CERMA. Por esse motivo a coordenadora da Cáritas em Londrina decidiu marcar a reunião na Mitra, e a professora representante da UTFPR organizou o encontro em sua própria instituição de ensino.

O CERMA é composto por dezoito membros titulares e seus respectivos suplentes, sendo: 50% (cinquenta por cento) representantes do Poder Público; e 50% (cinquenta por cento) representantes de entidades da sociedade civil obrigatoriamente ligadas à proteção e defesa dos direitos dos refugiados, migrantes ou apátridas. A presidência do CERMA é eletiva pelos membros do conselho, sendo que alternada a cada três anos entre representantes das instituições estatais e da sociedade civil organizada. No ano de 2018, ano da pesquisa de campo, quem presidia o CERMA era Célia, da Casa Civil do governo do estado (gestão 2015-2018). Já no ano de 2019, quem preside o CERMA é a Marcia Ponce da Cáritas Regional Paraná (gestão 2019-2021).

No período da pesquisa de campo (2018), as instituições que compunham o conselho eram as seguintes: como representantes governamentais, em caráter permanente (cf. Lei nº 18.465/2015, art. 5º), as secretarias da Justiça, de Segurança Pública, da Família e Desenvolvimento Social, de Saúde, de Cultura, de Educação, do Esporte e Turismo, da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, e a Casa Civil; como representantes da sociedade civil, com mandato de três anos: Associação de Reflexão e Ação Social- ARAS/Cáritas Maringá, Associação para a Solidariedade dos Haitianos no Brasil – ASHBRA, Cáritas Arquidiocesana de Londrina, Centro de Acolhida ao Migrante (CEAMIG) – Pastoral do Migrante de Curitiba, Centro de Integração Afro-Brasileiro, Conselho Regional de Psicologia do Paraná – CRP, Movimento dos Haitianos de Pato Branco – MHAPA, Serviço Pastoral dos Migrantes, Sociedade Beneficente Muçulmana – SBMP. Os nove representantes da sociedade civil organizada da gestão 2015-2018 foram eleitos entre 17 candidatos.

Durante as reuniões do CERMA no ano de 2018, foi possível observar a participação das Cáritas de Maringá, Londrina e da Regional de Curitiba, do Conselho Regional de Psicologia, da Pastoral do Migrante e apenas na reunião descentralizada realizada em Pato Branco, do Movimento dos Haitianos de Pato Branco.

No momento da criação do CERMA a CASLA, embora tenha recebido o convite para participação no conselho, optou por recusá-lo devido aos acontecimentos do dia 29 de abril de 2015 que ficaram conhecidos como a “Batalha do Centro Cívico”. Nesse dia, em frente ao Palácio Iguaçu, então sede do governo estadual, em Curitiba, professores que se manifestavam contra um projeto de

reforma previdenciária da administração estadual foram violentamente reprimidos pela Polícia Militar. A desproporção do poder coercitivo utilizado pelo governo do estado fez com que as lideranças da CASLA se afastassem institucionalmente da Secretaria de Justiça do Paraná e, portanto, também do CERMA. No CASLAJUR houve membros contrários a esse afastamento, com o argumento de que a gestão do governo era passageira e o Conselho seria permanente, contudo, as principais lideranças da entidade foram irredutíveis na decisão. A Casa Latino-americana também já teve relações mais próximas com a OAB-PR: entre os anos de 2014 e 2015, teve grande engajamento político para a criação da Comissão de Migrantes e Refugiados da Ordem dos Advogados do Brasil; mas, devido a diferenças político/partidárias, essa cooperação não foi renovada na gestão seguinte.

Já a Associação de Haitianos em Curitiba, que integrava o Conselho em seu início, não manteve esse vínculo formal porque seus representantes geralmente estão em horário de trabalho nos dias e horários de reuniões do CERMA. Grande parte da pauta das reuniões do conselho é pertinente aos interesses dos migrantes, principalmente haitianos, que constituem uma grande parcela dos atuais migrantes em Curitiba e em todo o Brasil. Porém, as decisões que os afetam, ao menos no ano de 2018, foram tomadas pelas instituições que trabalham com migrantes e refugiados sem a opinião ou debate mais profundo com os principais interessados¹²⁴.

Além das instituições que integram o CERMA como membros plenos, a lei que criou o Conselho a participação nas reuniões de representantes das seguintes instituições, como convidados com direito a voz, mas sem direito a voto: Ministério

¹²⁴ No ano de 2018 duas ocorrências envolvendo migrantes haitianos chamaram atenção da grande mídia do estado do Paraná. A primeira foi o estupro coletivo de uma haitiana grávida em Mandirituba, cidade da região metropolitana de Curitiba. A segunda foi a decisão de uma juíza em separar duas crianças dos cuidados de sua família. Nos dois casos, a assessoria jurídica e psicológica foi prestada pelas advogadas e psicólogas da CASLA, com o apoio da Associação de Haitianos em Curitiba. Como as instituições não fazem parte da rede constituída formalmente pelo estado do Paraná, as informações e atualizações eram muitas vezes desconexas nas reuniões e encontros do CERMA. Os fatos ocasionaram uma grande comoção pública e mobilização por parte da sociedade civil. Por essa razão, as instituições estatais do Conselho eram questionadas sobre os acontecimentos e cobrados sobre seus futuras providências e devida punição aos culpados. Ver: "Haitiana grávida é vítima de estupro coletivo na região metropolitana de Curitiba". Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/curitiba/haitiana-gravida-e-vitima-de-estupro-coletivo-na-regiao-metropolitana-de-curitiba-brpdwmv60rwq66rrr4k3ah8zb/> Visualizado em: 26-08-2019. E: "Juíza de Curitiba determina que crianças haitianas sejam separadas dos pais." Disponível em: <https://painelpolitico.com/juiza-de-curitiba-determina-que-criancas-haitianas-sejam-separadas-dos-pais/#.XWQblY5KjIU> Visualizado em: 26-08-2019.

Público Federal, Ministério Público do Estado do Paraná, Defensoria Pública da União, Defensoria Pública do Estado do Paraná, Universidade Federal do Paraná – Cátedra Sérgio Vieira de Mello, Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Paraná, Comitê Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas no Estado do Paraná – CETP/PR, Polícia Federal e Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (Lei nº 18.465/2015, art. 7º)¹²⁵.

Dentre as instituições convidadas para as reuniões do CERMA, foi possível observar ao longo da pesquisa uma participação relevante dos representantes de quatro delas: o professor José Antônio Peres Gediel, da Universidade Federal do Paraná – Cátedra Sérgio Vieira de Mello, com informativos pertinentes à área de migração e refúgio do ACNUR e quanto aos eventos e publicações acadêmicas, assim como demandas registradas a partir do trabalho realizado na “sala 28”, no âmbito do Projeto Migração, Refúgio e Hospitalidades; João Guilherme, assessor da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (ALEP), que levava as demandas do Conselho até o poder legislativo para que fossem eventualmente transformadas em normativas formais; e Rafael Osvaldo de Moura, representante do Ministério Público do Paraná, designado para participar das reuniões durante o ano de 2018, mas que, demonstrando interesse e sobretudo conhecimento técnico sobre os assuntos pertinentes, permaneceu participando; e, por fim, Maria Teresa Rosa, responsável pelo CEIM, que levava os dados sobre migração e refúgio em forma de estatísticas em relação aos atendimentos na cidade de Curitiba.

As reuniões do CERMA ocorrem mensalmente, em terças ou quintas-feiras. Geralmente as reuniões são divididas em duas etapas: no período da manhã, das 9 às 12 horas, apenas para os conselheiros e suplentes eleitos; já no período da tarde, das 13h30 até as 17 horas, as reuniões são abertas a todo o público interessado. No ano de 2018 ocorreram duas reuniões descentralizadas aos sábados, em Londrina no mês de julho e em Pato Branco no mês de outubro. Como grande parte dos migrantes está em horário de trabalho nos dias de semana, houve um movimento

¹²⁵ Além das instituições com assento permanente, o CERMA também pode convidar para participar de suas reuniões, com direito a voz, sem direito a voto, representantes de entidades ou órgãos, públicos ou privados, cuja participação seja considerada importante diante da pauta da sessão e pessoas que, por seus conhecimentos e experiência profissional, possam contribuir para a discussão das matérias em exame (Lei nº 18.465/2015, art. 8º).

interno e um consenso para que ao menos as reuniões descentralizadas acontecessem aos sábados, possibilitando sua participação.

Acompanhei ao longo de 2018 seis reuniões do CERMA em Curitiba e as duas reuniões descentralizadas. Em Curitiba, de modo geral, estavam presentes entre titulares e suplentes, aproximadamente seis conselheiros do governo e aproximadamente seis também da sociedade civil organizada. Um público de colaboradores e convidados de cerca de oito pessoas, entre pesquisadores (de graduação, mestrado e doutorado), secretários, estagiários de gabinetes, professores e instituições convidadas. As instituições da sociedade civil que sempre se faziam presentes nas reuniões eram a Cáritas, a Pastoral do Migrante e o Conselho Regional de Psicologia.

É importante destacar, nas reuniões do CERMA, as intersecções entre as redes formal e informal, pessoas e instituições. Algumas pessoas acabavam representando, ainda que informalmente, duas entidades ou instituições. Por exemplo, Elisete, que foi a vice-presidente do órgão durante o ano de 2018, iniciou seu trabalho com migrantes na Pastoral do Migrante, mas estava lá também como assistente social da Cáritas; Gabriela, que é estudante de psicologia, atua como voluntária na CASLA, mas participava de reuniões do CERMA como colaboradora do Conselho Regional de Psicologia e voluntária do Projeto Migrações, Refúgio e Hospitalidades da UFPR. No meu caso, mesmo não sendo um membro formal, ao participar das reuniões me apresentava na dupla condição de voluntário da Cáritas e pesquisador do mestrado em antropologia da UFPR. Além disso, diversas pessoas presentes também sabiam que faço parte da CASLA (embora a CASLA não tenha representantes “oficiais” nas reuniões). Fica nítido com esses exemplos o entrelaçamento entre instituições da sociedade civil, principalmente pelo engajamento versátil e híbrido de alguns de seus agentes, constituindo um circuito específico.

As informações e rumores que transpassam as redes formal e informal dependem, em alguma medida, desses agentes híbridos que também contribuem, a partir de seu engajamento profissional, voluntário ou não, para a disseminação de procedimentos e a instrumentalização de serviços entre diferentes instituições. De modo geral isso acontece com o intuito de facilitar o atendimento aos migrantes e refugiados: uma vez que essas pessoas diariamente enfrentam problemas

semelhantes, busca-se também a padronização de procedimentos institucionais para sua solução.

Sob esse aspecto, a configuração do CERMA se aproxima das dinâmicas observadas por Denise Jardim, que se refere aos comitês criados pelo poder público para tratar de questões relativas a migrantes como “nós de uma rede”, identificando o reconhecimento mútuo de seus integrantes:

[O]s “comitês” estaduais (no caso o do RS) têm se tornado parte de uma rede, o nó de uma rede, constituindo um lugar de reconhecimento mútuo de interlocutores e de posições autorizadas na interlocução sobre o tema migratório, e através de narrativas apoiadas em noções de direitos humanos que faz emergir o “problema migratório”. Através desses comitês se articulam novas redes, envolvendo protagonistas já participantes no debate sobre imigrações, tornam-se um lugar em que experimentam as dificuldades e formas específicas de enunciação da questão migratória por parte de instituições e poderes públicos (JARDIM, 2013, p. 82).

Ao mesmo tempo, as reuniões do CERMA evidenciavam distinções na própria rede institucional, em particular entre os âmbitos governamental e não-governamental. Os representantes da sociedade civil costumavam chamar os agentes estatais de “gov”. A percepção era que os agentes “gov” mantinham um notável corporativismo para justificar as lacunas no atendimento aos migrantes e refugiados apontadas por representantes de entidades não-governamentais. Em diversas oportunidades, questionavam a validade de críticas aos serviços públicos, atribuindo as dificuldades de acesso à não observância, pelos próprios migrantes, dos procedimentos e documentos necessários. Por exemplo, se o migrante não obteve atendimento na área da saúde pública, seria porque não providenciou o cartão do Sistema Único de Saúde (SUS); se não conseguiu realizar a matrícula na escola municipal, seria porque não revalidou o diploma e ou histórico escolar, se determinados documentos não foram recebidos, seria porque não houve atualização do endereço no cadastro; ou ainda, se procedimentos junto ao DETRAN (Departamento Estadual de Trânsito) não puderam ser efetuados, seria porque o número de protocolo de solicitação de refúgio é muito extenso e impedia o cadastramento no sistema do órgão.

Todos esses exemplos apareceram nas diversas reuniões do CERMA de que participei no decorrer de 2018, tanto em Curitiba quanto nas reuniões descentralizadas. Contudo, enfatizo que os agentes “gov”, mesmo que

frequentemente mobilizassem respostas-padrão, esforçavam-se para adequar os procedimentos de seus respectivos órgãos ao atendimento de migrantes e refugiados. Assim como as três instituições da sociedade civil que sempre se fizeram presentes, as instituições governamentais que não se ausentaram em nenhuma reunião e demonstraram engajamento foram as secretarias de Justiça, Educação e Saúde, além da representante da Casa Civil que presidiu o CERMA durante o ano de 2018 e os agentes do Centro de Informação aos Migrantes e Refugiados (CEIM).

Nesse quadro, a representação da Universidade Federal do Paraná – Cátedra Sérgio Vieira de Mello também funcionava de maneira híbrida, já que é uma instituição do poder público, mas vinculada à União e, no Conselho, possui participação como convidada e sem direito ao voto. Durante as reuniões era possível observar um alinhamento com as instituições da sociedade civil, afastando-se das instituições “gov” no compromisso com a administração estadual.

É importante notar que a Polícia Federal, apesar de seu papel fundamental no atendimento a migrantes, não se fez presente nas reuniões do CERMA durante o período da pesquisa e em nenhuma das reuniões promovidas por outras entidades¹²⁶. Contudo, as representantes eleitas do CERMA, Célia como presidente e Elisete como vice-presidente, além da Márcia pela Cáritas regional, estreitaram as relações com os agentes da Polícia Federal em duas reuniões pontuais e exclusivas no ano de 2018, cujo objetivo foi buscar aproximação quanto aos problemas mútuos. Já os representantes da Polícia Civil compareceram a algumas das reuniões do CERMA, quando foram realizadas nas instalações da SEJU, no bairro Rebouças.

Como sugeri acima, o CERMA concretizou de maneira formal e oficial uma interação entre as instituições que já possuíam relação e já formavam uma rede informal de relacionamentos. Sob esse aspecto, as reuniões¹²⁷ do Conselho

¹²⁶ Além das reuniões do CERMA, aconteceram em 2018 reuniões no Ministério Público estadual, no Conselho Regional de Psicologia e na CASLA, além de um evento acadêmico com o ACNUR/UFPR. A maioria das reuniões eram abertas a todos os interessados na temática da migração e refúgio, de modo que agentes institucionais e pessoas que pesquisam sobre a temática se encontravam dentro desse circuito próprio.

¹²⁷ As atas das reuniões do CERMA do ano de 2018 estão disponíveis no site do Departamento de Direitos Humanos e Cidadania da Secretaria de Justiça, Trabalho e Direitos Humanos do Paraná: <<http://www.dedihc.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=129>>. Visualizado em: 20-10-2019.

apresentam características que se aproximam das que foram identificadas por John Commerford em reuniões de organizações de trabalhadores rurais:

Reuniões criam um espaço de sociabilidade que contribui para a consolidação de redes de relações que atravessam a estrutura formal das organizações, estabelecem alguns dos parâmetros e mecanismos para as disputas pelo poder, possuem uma dimensão de construção ritualizada de símbolos coletivos e colocam em ação múltiplas concepções relativas à natureza das organizações de trabalhadores e ao papel de seus dirigentes e membros, bem como sobre a natureza da categoria que essas organizações se propõem a representar (Commerford 2002, p. 149).

Com o intuito de explicitar as dinâmicas interinstitucionais estabelecidas nas reuniões do CERMA, bem como seus efeitos no andamento e no conteúdo das deliberações do Conselho, descrevo a seguir uma das reuniões ocorridas em 2018, cuja pauta incluía apresentação de dados do CEIM e apresentação das Portarias Interministeriais números 9 e 10 de 2018.

Em seguida, contrasto essa reunião ocorrida na capital com uma das reuniões descentralizadas de que também participei, realizada em Londrina em 30 de junho de 2018. Como indiquei acima, migrantes e suas associações se viam impedidos de participar das reuniões regulares do CERMA, que ocorrem durante a semana em horário coincidente com a jornada de trabalho. Já as reuniões descentralizadas ocorreram aos sábados.

A justaposição desses dois momentos permite ressaltar a diferença produzida pela presença ativa de migrantes e refugiados no andamento dos debates acerca de questões que os afetam diretamente.

4.2.1 Reuniões do CERMA em Curitiba

Em Curitiba as reuniões do CERMA geralmente ocorriam em salas de reuniões¹²⁸, sendo que a disposição na mesa era de preferência com os representantes titulares e fora da mesa os representantes de instituições convidadas e demais participantes. Descreverei aqui a reunião ordinária do CERMA que ocorreu no dia 29 de maio de 2018, no Palácio das Araucárias. Estavam presentes no

¹²⁸ Anexo IV.

período da tarde 32 pessoas, entre membros titulares, suplentes e colaboradores/convidados¹²⁹.

A abertura foi realizada com os cumprimentos da presidência do CERMA Célia Baptista (Casa Civil), que em seguida solicitou que todos os presentes se apresentassem. Na sequência houve a aprovação da pauta de reunião e alguns informes relatados por Fátima Yokohama (SEJU).

No primeiro tópico da pauta, a presidente Célia e a conselheira Lucimar Godoy (SESA) apresentaram a minuta de ofício que seria dirigido à então governadora Cida Borghetti para a retificação do texto da lei de criação do CERMA. A alteração pleiteada visava assegurar que o poder executivo custeasse as despesas dos representantes e/ou delegados dos segmentos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas para a participação na Conferência Estadual e Conferências Nacionais referentes ao tema. Na sequência, o promotor Rafael Machado Moura fez um convite para uma reunião temática com o MPPR. Foi deliberada a data de 30 de junho para a próxima reunião do CERMA, a ser realizada em Londrina.

Em seguida Priscila Oliveira, da Secretaria de Estado Família e Desenvolvimento Social (SEDS), discorreu sobre o caso de violência sofrido por um casal haitiano¹³⁰ no município de Mandirituba e os encaminhamentos feitos pela SEDS para assegurar que recebessem toda a assistência necessária, tivessem suas identidades resguardadas e seus direitos garantidos. Nesse momento eu já havia sido informado tanto pela Associação de haitianos quanto pela CASLA que o

¹²⁹ Titulares Governamentais: Fátima Ikiko Yokohama (SEJU), Lucimar Godoy (SESA), Célia Baptista (Casa Civil), Tamara Zázera Rezende (SEDS) e Paulo Henrique Mariano (SETI); Suplentes Governamentais: Dircinha Borkovski (SEED) e Ingrid Kelly Dias Bozza (SEEC). Titulares da Sociedade Civil: Andressa Gongora Barboza (ARAS/Cáritas Maringá), Deusa Rodrigues Favero (Cáritas Arquidiocesana de Londrina) e Elizete Sant'Anna de Oliveira (Serviço Pastoral dos Migrantes – SPM); Suplentes da Sociedade Civil: Márcia Terezinha Ponce (Cáritas Arquidiocesana de Londrina), Edésia de Souza Sato (Partoral Migratória da Arquidiocese de Curitiba) e Douglas Marques de Oliveira (Conselho Regional de Psicologia do Paraná); Colaboradores(as)/Convidados(as): Laís Silva Santos (SEJU), Rafael Oswaldo Machado Moura (MPPR), Gustavo M. Kelling (MPPR), Roselene Sonda (MPPR), Vitor Hugo Anyzowski dos Santos (MPPR), Gabriela C. Teixeira (UFPR/CRPPR), Daniella M. Pinheiro (OAB), Claudio Ambrózio (Conferência dos Religiosos do Brasil), Maria Tereza Rosa (CEIM/SEJU), Felipe Fortunato (CEIM/SEJU), Bruno Nora (Instituto Chama), Francisco Pinto (Instituto Chama), Pedro Brasileiro (Instituto Chama), Priscila Lopes de Oliveira (SEDS/CPSE), Bruno C. Barros (SEDS/CPSE), Rafael Y. Machado (Cáritas), Emerson H. Handa (Cáritas), Angelica Furquim (Cáritas), e Aderbal H. Araujo (Cáritas).

¹³⁰ É o mesmo caso citado no início do capítulo sobre o estupro coletivo de uma migrante haitiana grávida no qual foram designados os advogados do CASLAJUR e psicólogas do CASLAPSICO.

CASLAJUR já estava auxiliando juridicamente o casal, no entanto a representante do SEDS não mencionou o envolvimento da instituição.

O CEIM foi o assunto do próximo tópico. A responsável pelo órgão, Maria Tereza Rosa, apresentou os dados¹³¹ colhidos nos atendimentos da instituição entre os anos de 2016 e 2017. A coordenadora do CEIM utilizou slides de *power point* em sua apresentação, projetados em uma tela que permitia uma boa visibilidade por todos os presentes. Destacou o salto no número de cadastros no segundo semestre de 2017, o aumento significativo das nacionalidades atendidas e dos atendimentos a venezuelanos, ainda em um recorte de gênero, observou-se a predominância masculina e a presença de transgêneros¹³².

Depois de discorrer sobre os encaminhamentos realizados pelo CEIM a diferentes serviços e instituições (saúde, assistência social, orientação jurídica, orientação para revalidação de diplomas, aulas de português, postos de trabalho etc.), a coordenadora do CEIM apresentou de modo específico os dados referentes a migrantes venezuelanos. Constatou-se serem na maioria homens, brancos, a faixa etária predominante sendo dos 30 aos 59 anos. Os solteiros apareciam como maioria, assim como aqueles com ensino superior completo, seguidos daqueles com ensino médio completo. Maria Tereza discorreu sobre a pesquisa desenvolvida pela Universidade Federal de Roraima que analisa o perfil socioeconômico e laboral dos venezuelanos, se comprometendo a enviá-la à Secretaria Executiva do CERMA para o repasse aos demais presentes.

Após a exposição, a conselheira Andressa Barboza (ARAS/Cáritas Maringá) perguntou como se dava na prática o atendimento psicossocial, recebendo como resposta que o CEIM identifica a demanda e faz o encaminhamento para serviços de natureza ampla, abrangendo orientação profissional e para elaboração de currículo.

Posteriormente à apresentação dos dados do CEIM, Angelica Furquim, advogada da Cáritas, e Felipe Fortunato, advogado do CEIM, apresentaram aos

¹³¹ Dados do CEIM sobre migrantes no Paraná e em Curitiba foram discutidos no capítulo 1. Disponível em: < http://www.dedihc.pr.gov.br/arquivos/File/2017/relatorio_CEIMweb.pdf>. Visualizado em: 17-11-2019.

¹³² Foi possível observar durante o decorrer da pesquisa de campo na Cáritas, entre pessoas que se identificavam como migrantes transgênero de origem cubana, que o principal motivo pelo qual pediam refúgio no Brasil era o preconceito e a impossibilidade de evolução profissional e pessoal no país de origem. Um migrante cubano homossexual comentou em um dos atendimentos que ficou extremamente feliz quando foi atendido por uma pessoa transgênero em um supermercado em Curitiba. Afirmou que isso seria impossível em Cuba.

demaís presentes as recém-editadas Portarias Interministeriais 09 e 10. Como descrevi no capítulo 1, a Portaria Interministerial nº 09/2018 abrange o migrante que está em território brasileiro, originário de país fronteiriço (com exceção dos países do Mercosul e seus associados, aos quais se aplicam normas específicas). A Portaria prevê prazo de residência de dois anos, podendo ser prorrogado por tempo indeterminado mediante solicitação de permanência apresentada na Polícia Federal, desde que o migrante não apresente registro criminal neste período e comprove os meios de subsistência no país. Já a Portaria Interministerial nº 10/2018 abrange especificamente a situação da migração de cidadãos haitianos e apátridas residentes no Haiti, e prevê a concessão de visto temporário e autorização de residência para fins de acolhida humanitária.

A Conselheira Deusa Favero, da Cáritas Londrina, informou sobre o caso de um adolescente haitiano que entrou em território nacional sem visto e recebeu uma notificação da PF para que regularizasse sua situação ou acabaria por ser deportado. Felipe informou que essa notificação é uma medida de praxe e que sua situação não se enquadrava na Portaria, uma vez que a entrada ocorreu após sua data de expedição. O Promotor Rafael se comprometeu a levar a situação destes migrantes que ingressaram em território nacional sem visto e que não se encaixam na Portaria a uma reunião no MPPR, para se esclarecer qual o papel do MPPR em relação a esta situação e os encaminhamentos que podem ser feitos. A Presidente Célia sugeriu convidar um representante da PF para que participasse das reuniões do Conselho.

Angelica ainda informou sobre a Resolução Normativa nº 26/2018, que alterou alguns dispositivos de norma anterior (Resolução nº 18) acerca da extinção do processo de refúgio sem resolução do mérito. A normativa causou controvérsia entre os participantes da reunião, visto que vários migrantes solicitantes de refúgio acabam por não informar alteração de endereço, sendo notificados em efeitos nos locais de moradia anterior, dando margem à extinção do processo sem resolução do mérito.

Por fim, a presidente Célia agradeceu a participação de todos os presentes em especial as apresentações da Maria Teresa do CEIM e as explicações normativas da Angelica da Cáritas e do Felipe do CEIM.

Como a descrição permite entrever, as reuniões do CERMA na cidade de Curitiba dificilmente geram debates conflituosos e a participação dos migrantes e refugiados raramente acontece. Há uma cordialidade entre as pessoas participantes e um respeito entre as instituições e colaboradores que frequentam as reuniões. O nível de tensão é baixo mesmo em explanações polêmicas, como o caso do casal que sofreu ataque violento em Mandirituba. A situação é diferente nas reuniões “descentralizadas”, nas quais migrantes e refugiados se fazem presentes.

4.2.2 Reunião descentralizada do CERMA na cidade de Londrina

A reunião do CERMA que descreverei a seguir ocorreu no dia 30 de junho de 2019, na cidade de Londrina, no Auditório do Centro de Pastoral de Jesus Bom Pastor, no período da tarde¹³³.

Em geral as reuniões em Curitiba, no palácio das Araucárias ou na SEJU, costumam ser realizadas com os componentes ocupando os seus espaços em grandes mesas de reuniões e os demais interessados nas cadeiras próximas. Há

¹³³ Na ata da reunião foram registradas as seguintes presenças. Titulares Governamentais: Fátima Ikiko Yokohama (SEJU), Lucimar Godoy (SESA), Célia Baptista (Casa Civil), Tamara Zázera Rezende (SEDS) e Benedito Isidoro Diniz (SEEC). Suplentes Governamentais: Dircinha Borkovski (SEED). Titulares da Sociedade Civil: Deusa Rodrigues Favero (Cáritas Arquidiocesana de Londrina) e Elizete Sant'Anna de Oliveira (Serviço Pastoral dos Migrantes – SPM). Suplentes da Sociedade Civil: Edésia de Souza Sato (Pastoral Migratória da Arquidiocese de Curitiba). Colaboradores(as)/Convidados(as): Marci Teshima (EAAJ/UEL), Claudio C. M. Moreno (UEL), Claudia S. Codato Segura (Secretaria de Educação de Cambé), Déborah Flora B. Santos (Secretaria Municipal de Educação de Londrina – SME/EJA), Karly Garcia Delamuta (Secretaria de Rolândia), Ricardo Matioli (Rede Evangélica de Apoio ao Migrante), Tina Matioli (Rede Evangélica de Apoio ao Migrante), João Ricardo Lemes (Serviço Social/UEL), Evelyn S. Faquin (Serviço Social/UEL), Paula Basílio (Migrar com Direitos/ UEL), Cláudia Baltar (Observatório das Migrações/UEL), Líria M. Bettiol (Migrar com Direitos/Uel), Gregory Jean, Samuel Fleurissant, Firaneique Hilaire, Jean Lucson, Ivana Paula F. Rolpho (SMS-DAPS), Elve Joseph, Julia R. Rodrigues (Migrar com Direitos/Uel), João Paulo Wolff (GT – Migrantes), Angelica Furquim (Cáritas do Paraná), Rafael Yoshida Machado (Cáritas Diocesana do Paraná), Dom Geremias Steinmetz (Cáritas Arquidiocesana/Cúria Metropolitana de Londrina), Marcia Ponce (Cáritas Arquidiocesana de Londrina), Irmã Inês Facioli (Pastoral do Migrante), Nelma S. Galli, Antoine Rodniel, Antoine Nayd Joubie, Rose Camene, Antoine Rodelef, Antoine Rolex, Rodolso D’Haïti, Luckner Pierre Loux (Igreja Assembleia de Deus), Irmã Gilda V. Souza (Pastoral do Migrante), Neusa M. R. Napa (Cáritas), Jimmy Cateva Da Zulma (Associação Movimento Imigrante Haitiano no Brasil – AMIH/BR), Fadael Frantz (Associação Movimento Imigrante Haitiano no Brasil – AMIH/BR), Dien Justce Saint Jusna (Associação Movimento Imigrante Haitiano no Brasil – AMIH/BR), Guernsey Sejorer (Associação Movimento Imigrante Haitiano no Brasil – AMIH/BR), Fabrícia L. Pigaioni (Cáritas de Londrina), Emerson H. Handa, Fedlin Charles, Kerline Phenix, Arif Bhultán, Clerveaux Patrick, Gicytho Gauthier. Ata da reunião descentralizada do CERMA na cidade de Londrina. Disponível em: < <http://www.dedihc.pr.gov.br/arquivos/File/2018/ATACERMAjunho2018.pdf>>. Visualizado em: 17-11-2019.

aparentemente uma horizontalidade (visual e de posições). Isto estava acontecendo de maneira inversa em Londrina, pois havia uma dupla verticalização¹³⁴: a presidência (Célia Batista) e a vice-presidência (Elizete Sant'Anna de Oliveira), o bispo Dom Gerônimo, Deusa (Cáritas Arquidiocesana de Londrina), a representante da secretaria da educação de Cambé (Cláudia Codato Segura) e a então diretora adjunta da SEJU (Fátima Yokohama) compunham a mesa no palco do auditório, enquanto os demais conselheiros, participantes e convidados ocupavam as poltronas do auditório.

A presidente Célia iniciou a reunião, o bispo e a coordenadora local da Cáritas deram boas-vindas a Londrina e ao local, cedido pela Igreja Católica. Fátima falou sobre a importância das reuniões descentralizadas, dizendo que Londrina e região eram locais que vêm recebendo migrantes de diversos locais do mundo e que é necessário ao CERMA e à SEJU o conhecimento do que vem acontecendo. Cláudia fez uma breve apresentação e, por fim, Elisete disse que estavam ali presentes a sociedade civil e o governo para atualizações das principais problemáticas referentes a migrações em Londrina e região.

Posteriormente à fala de abertura do bispo, que não permaneceu na reunião, foi chamado ao palco para ocupar a sua cadeira o migrante haitiano Gregory Jean, que representava os migrantes da região. Gregory relatou que reside em Rolândia e que estava feliz por representar os migrantes na mesa. Disse também que posteriormente iria relatar várias dificuldades dos haitianos nessa região.

Após a apresentação da mesa, todos no local se apresentaram, inclusive os migrantes, que se faziam presentes em quantidade: eram em torno de 50% das pessoas ali. A maioria dos haitianos era da cidade de Rolândia, mas havia também um pastor haitiano de Arapongas e outro pastor brasileiro, Jimmy Cateva Da Zulma, que se apresentou como presidente da associação de haitianos da região (Associação Movimento Imigrante Haitiano no Brasil – AMIH/BR), além de professores do curso de Direito da UEL. Arif Bhuitan, representando os migrantes de Bangladesh, chegou um pouco atrasado, pois estava trabalhando até o horário de almoço no sábado.

¹³⁴ Anexo V e VI.

Após as apresentações, Jimmy questionou: “gostaria de saber se a Cáritas ou o governo vão ajudar nas despesas de documentação e com outras coisas”. Disse que era preciso estudar e trabalhar para sobreviver no Brasil. Essa questão gerou uma série de respostas dos componentes do CERMA. Primeiro da vice-presidente Elizete, que reforçou a necessidade de trabalho e educação para os migrantes e, além disso, que o lazer era também importante. Ela parabenizou Jimmy e disse que era importante a participação dos migrantes na reunião para a reivindicação de políticas públicas. Em seguida, Cláudia, da secretaria municipal de educação de Cambé, reforçou a importância da educação e falou sobre a necessidade de profissionais do setor da educação que sejam intérpretes, mesmo tendo conhecimento das restrições orçamentárias, pois havia uma grande demanda no município. Posteriormente a representante da secretaria estadual da educação, Cidinha, disse que levaria essa pauta para a SEED, mas que não via a necessidade de cada município ter um intérprete, já que a maioria não tinha e as instituições funcionavam normalmente: “acho que vocês têm que criar meios para resolver isso sem intérprete porque nenhum município tem intérprete”. Por fim a irmã Inês, da Pastoral do Migrante, disse que migrantes precisam de carinho, de colo e atenção para que possam voar sozinhos.

O Pastor Lucner, de origem haitiana, iniciou sua fala agradecendo a oportunidade e ao pessoal da UEL por apresentar os direitos dos migrantes no Brasil. Em seguida relatou que os haitianos estão passando por dificuldades na área da saúde: “Uma mulher haitiana foi ao médico e ele só lhe deu pílulas e ela não pôde trabalhar a semana inteira; quando retornou ao médico ele a confrontou e reclamou dizendo que ela está ali todas as semanas”. E prosseguiu: “Quando país dá papel ao migrante tem que dar os mesmos direitos, mas eu me sinto diferente!” (...) “Outro dia machuquei meu dedo no trabalho e o médico não fez nada por mim, achei isso errado!”

Após a fala do pastor, a representante da secretaria estadual da saúde, Lucimar Godoy, fez seus comentários. Disse que era necessário conhecer a cartilha do SUS, mas complementou reconhecendo que muitas vezes o estado não tem condições de observar essas diretrizes em todos os municípios. Em uma fala direcionada aos migrantes, questionou quem teria o cartão do SUS e quem conhecia

o posto de atendimento próximo às suas residências. Disse que em alguns casos há a ouvidoria para efetuar reclamações e que o SUS é para todos.

Em seguida foi a vez de uma enfermeira de Rolândia, cujo nome não registrei. Em conformidade com a fala do pastor, ela disse que os profissionais da saúde pública não possuem capacidade para efetuar esse tipo de atendimento.

“Nossa saúde está sucateada, temos poucos profissionais, para quem trabalha na ponta é muito difícil! (...) Esses tempos morreram mãe e bebê e chegamos a uma conclusão: que morreram por falta de compreensão. (...) Entrar no sistema não é o problema, já que a maioria dos migrantes possui o cartão do SUS; o problema é a qualidade do atendimento.”

Nesse momento o pastor pediu novamente a vez de fala e rebateu:

“Não acho que o problema seja a comunicação, o problema é que o médico não nos acha humanos, não se coloca no nosso lugar. As coisas estão andando muito mal para nós. A Caritas é católica e no mundo todo é a religião do Estado.”

Deusa prontamente lhe respondeu que a questão humana transcende a religião e que precisaria saber mais de cada questão e das demandas existentes. Percebi que Lucimar, representante da secretaria estadual da saúde, chamou a enfermeira de Rolândia para conversar fora do auditório. Aproveitei para buscar um café e no retorno ao auditório vi que elas ainda estavam ali fora conversando. Cumprimentei-as e aproveitei para questionar sobre as vivências da enfermeira na cidade de Rolândia.

Já conhecia Lucimar das reuniões do CERMA em Curitiba, me apresentei à enfermeira e perguntei sobre o caso da mãe haitiana que havia falecido. Segundo o relato que ela fez, era um caso recente no qual tanto a mãe quanto o bebê acabaram falecendo por complicações durante o parto. Mas havia um segundo caso, da mãe de bebês gêmeos, do qual eu já ouvira falar. Segundo a enfermeira, a situação era diferente: a mulher já tinha complicações de saúde antes mesmo da gestação e sabia dos riscos de uma gravidez de gêmeos. Ela deveria fazer hemodiálise periodicamente e consumir alguns medicamentos apropriados, fornecidos pelo próprio hospital, além de uma dieta específica. A enfermeira reforçou que o marido e todos os outros familiares também tinham conhecimento disso, contudo, após o nascimento gêmeos, ela insistiu em retornar para casa antes

mesmo de a alta ser concedida. Além de outras recomendações, ela deveria comparecer ao hospital semanalmente para fazer hemodiálise.

Mas, segundo a enfermeira, a mãe haitiana não fez nada do que lhe foi pedido e quando retornou ao hospital, após dois meses, o seu estado já era bastante debilitado e os profissionais pouco conseguiram fazer até que ela viesse a óbito. O fato gerou uma comoção local muito grande; a família recebeu muita ajuda, doações de fraldas, roupas e demais coisas para crianças. Por fim a enfermeira, já bastante emocionada, disse que levou essa pauta para uma reunião no hospital com alguns questionamentos: “o que podemos tirar de lição dessa história? De que valeu essa morte? (...) Não chegamos a nenhuma conclusão, não tivemos respostas.”

Quando retornei ao auditório, na ordem das inscrições, era a vez de outro migrante haitiano, chamado Fadel. Disse que está há quatro anos no Brasil e que o português é uma das cinco línguas mais difíceis de se aprender do mundo, mas que o problema maior seria a educação.

Nas duas reuniões descentralizadas, Fátima Yokohama, da SEJU, enfatizou a importância dessas reuniões fora da cidade de Curitiba, apontando que os problemas na capital por muitas vezes são diferentes dos que ocorrem nas cidades do interior do estado, e indagando aos participantes sobre quais as principais dificuldades enfrentadas no atendimento e nas relações com migrantes e refugiados. Ao final dessas reuniões, as atas eram organizadas em forma de carta de sugestões, para que os problemas fossem catalogados e para que se buscassem soluções, tanto por parte da sociedade civil organizada quanto, e principalmente, pelas instituições estatais.

Como se viu na descrição acima, nas reuniões descentralizadas do CERMA a participação dos migrantes e refugiados acontece de maneira efetiva e, em virtude disso, há debates conflituosos. Há um tratamento respeitoso entre as pessoas participantes, contudo, diferentemente das reuniões na capital, existe uma cobrança às instituições, sobretudo estatais: secretarias de saúde, educação e segurança principalmente, além de uma constante reclamação quanto aos atendimentos na

Polícia Federal. O tom das falas é mais alto¹³⁵ e agressivo. O nível de tensão é elevado mesmo em explicações simples. Entre os representantes de instituições, há quem descreva esses conflitos e desentendimentos como “choques culturais”: “Lá de onde eles vieram as coisas não funcionam assim!” (...) “No Brasil as coisas são diferentes!”.

Além disso, as diferenças entre os participantes se destacaram principalmente nas duas reuniões descentralizadas do CERMA que acompanhei, nas cidades de Londrina e Pato Branco. Em Londrina, como se viu acima, pela composição de uma mesa formada por autoridades e, apenas num segundo momento, também composta por um representante dos migrantes. Os demais representantes ficaram nas poltronas da plateia, de maneira centralizada e nas primeiras fileiras. Os migrantes, que eram na maioria haitianos, se acomodaram na parte superior direita da plateia. Para as falas, as pessoas se dirigiam à frente do palco, em um posicionamento em que mesmo de pé e com um microfone, ficavam ao nível do chão, abaixo dos integrantes da mesa.

Já em Pato Branco a reunião¹³⁶ foi na sala de reuniões¹³⁷ da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR. Os lugares da mesa não estavam definidos inicialmente e os participantes se sentavam conforme chegavam. Os representantes governamentais e da sociedade civil já haviam participado da primeira parte da reunião no período da manhã, fechada ao público. Almoçaram juntos e, por isso, retornaram juntos e se acomodaram proximamente. Os migrantes, alguns dos quais chegaram após o início da reunião, iniciada às 14 horas, devido a compromissos laborais até o meio dia, sentavam-se muitas vezes em cadeiras que não estavam posicionadas na mesa de reuniões. Para as falas, as pessoas que não ocupavam a mesa se levantavam.

Além dessa disposição física hierarquizada, a presença dos migrantes nas reuniões descentralizadas muitas vezes gerava tensão, pelo fato de levantarem questionamentos acerca das políticas públicas em intervenções que geravam o

¹³⁵ É normal que o tom seja naturalmente mais alto devido à disposição espacial de um auditório. Se faz necessário um volume maior na voz para que todas as pessoas presentes consigam escutar.

¹³⁶ Ata da reunião descentralizada do CERMA na cidade de Pato Branco. Disponível em: <<http://www.dedihc.pr.gov.br/arquivos/File/2018/ATACERMAsetembro20818.pdf>>. Visualizado em: 19-10-2019.

¹³⁷ Anexo VII.

direito de resposta das secretarias responsáveis. Outras vezes o conflito era entre representantes dos governos municipais e estadual, que divergiam quanto às práticas e padrões de atendimento. Nas reuniões que ocorreram na capital durante a pesquisa de campo, como ressaltai anteriormente, não houve migrantes presentes. Questionamentos e cobranças, quando aconteceram, foram mais polidos.

A Polícia Federal, que em virtude de suas atribuições obrigatoriamente estabelece relações e presta serviços a migrantes e refugiados, não compõe oficialmente o CERMA. Distancia-se de outras instituições tanto geograficamente quanto na rede de relacionamentos formais. Contudo, quando migrantes vão à Polícia Federal e o atendimento não concretiza a sua finalidade, é comum que sejam encaminhados a entidades não-governamentais como a Cáritas e a CASLA, assim como ao CEIM. Como relatei, é comum que os migrantes cheguem a essas instituições com um pedaço de papel com os respectivos nomes e endereços, confeccionado pela própria Polícia Federal. Nas ONGs Cáritas e CASLA também são confeccionados papeis com endereços de outras instituições como o CEIM, CELIN, CRAS etc.

O presente capítulo abordou as redes informais de instituições envolvidas com o acolhimento a migrantes que, em seu desenvolvimento histórico, constituíram uma rede oficial e formal no estado do Paraná, o CERMA. Inicialmente foram descritas as relações informais entre as instituições e seus modos de atuação, destacando não apenas os circuitos formados pela circulação de migrantes entre instituições e no espaço da cidade de Curitiba, mas também a circulação dos próprios profissionais que atuam simultânea ou sucessivamente em diferentes instituições. Já na rede formal consolidada pelo CERMA, é possível observar como se relacionam as instituições que atuam diretamente com migrantes e refugiados, tanto instituições estatais quanto da sociedade civil organizada. Há padrões de atendimento e interesses específicos em cada instituição; mas elas também incidem umas sobre as outras, por meio do trânsito de migrantes e refugiados por elas atendidos. Por fim, com as descrições das reuniões do CERMA, pode-se perceber na participação dos migrantes e refugiados que há assimetria entre o que é estabelecido normativamente e os casos concretos vivenciados pelas pessoas, sejam elas migrantes ou refugiados, agentes de instituições públicas ou agentes da sociedade civil organizada. As considerações finais irão focar nessas assimetrias

geradas por normativas e burocracias e as expectativas institucionais que nem sempre condizem com os objetivos dos migrantes no Brasil.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A abordagem etnográfica de impasses vividos por migrantes recentes no Paraná envolvendo documentos e procedimentos burocráticos, cujos desdobramentos, além de impulsionarem sua circulação entre uma variedade de instituições, entrelaçando relações entre estas foram o objetivo desta pesquisa. Descrevendo as relações estabelecidas entre migrantes e as diversas instituições estatais e da sociedade civil que, de alguma maneira, prestam assistência não apenas na legalização de sua permanência no país, mas também nos mais diversos processos burocráticos e jurídicos com os quais se defrontam durante e após a regularização de sua condição, num momento de instabilidade e descompassos no implemento de uma nova legislação e da imprevisibilidade de seus efeitos em casos particulares.

No capítulo seguinte a introdução a pesquisa contextualizou a situação em que migrações ocorriam no mundo, no Brasil e especificamente na cidade de Curitiba. Isso foi demonstrado através de dados estatísticos nesses âmbitos e principalmente de acordo com as alterações e ou desenvolvimentos históricos da legislação no Brasil. Essas normativas determinaram as burocracias utilizadas e instrumentalizadas pelos profissionais que trabalham diretamente com migração e refúgio, além disso, configuram as (im)possibilidades dos migrantes, refugiados e solicitantes de refúgio.

No segundo capítulo após a introdução, as narrativas de alguns casos que ocorreram na pesquisa de campo tornaram visíveis as dificuldades encontradas na vida direta das pessoas migrantes e refugiadas. Relatando o contato inicial nas ONG's Cáritas e CASLA através do atendimento jurídico e voluntário, quais eram os principais impasses jurídicos e ou burocráticos. Além disso, destacam-se quais eram os procedimentos a serem realizados em cada caso específico e dentro das possibilidades legais que existiam. Em comum aos casos narrados há a expectativa e desejo de regularização de situações de pessoas não nascidas no Brasil para que permaneçam vivendo no país, confirmando a expectativa dos atendimentos estatais e das instituições da sociedade civil organizada.

O capítulo seguinte abordou as relações em rede que aconteciam inicialmente de maneira informal no começo da década de 2010. Após uma estruturalização do aparato estatal provocado e mobilizado pelas entidades da sociedade civil organizada, houve a criação de uma rede formal configurada no Conselho Estadual para Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná (CERMA) no ano de 2015. Em consequência da existência dessa rede formal, foi possível analisar as relações das pessoas que participam dessas redes, observando que há pessoas em mais de uma instituição, instituições que estão apenas nas redes informais, bem como as participações ou não dos próprios migrantes ou refugiados nas reuniões do CERMA.

No entanto, a pesquisa de campo demonstrou situações em que migrantes ou não se conformam com as formas jurídicas, burocráticas e institucionais de conceber e administrar a diferença ou simplesmente não se importavam com questões relacionadas aos processos de legalização dos estados nacionais. Apresento nas considerações finais algumas narrativas que irão demonstrar esse contraste entre as normativas e as realidades vivenciadas pelos migrantes e refugiados. E para, além disso, pessoas que possuem comportamentos e vontades que algumas vezes não se adaptam aos casos estabelecidos pela legislação, pessoas cujos objetivos podem ultrapassar as expectativas do estado e das instituições da sociedade civil organizada.

No mês de julho de 2018, no setor de Proteção Legal da CÁRITAS, Angela minha colega de jurídico me chamou para um atendimento em conjunto com o setor de Assistência Social e já antecipou: prepara seu diário de campo porque esse é um problema antropológico! A princípio iríamos acompanhar o caso pois o migrante a ser atendido não sabia se comunicar na língua portuguesa, mas conversava em inglês, árabe e espanhol. Faríamos a tradução e a compreensão das razões dele ter migrado.

Na sala ao lado de Assistência Social, Elisete nos apresentou Munir El Manan, marroquino da cidade de Casablanca, 36 anos, cabelos pretos, tatuagens visíveis nos dedos das duas mãos, magro e altura em torno de 1,65m.

Munir nos relatou que veio de Marrocos ao Brasil por engano. Entrou clandestino em um navio do país africano com o intuito de chegar a Barcelona, na Espanha. Ficou escondido no setor de ventilação por oito dias, quando foi flagrado pela tripulação no meio do oceano Atlântico subtraindo alimentos durante a madrugada na cozinha do navio. O capitão do navio ofereceu água e alimento, a tripulação ainda lhe ofereceu cigarros, mas a sua viagem foi restrita até o próximo desembarque, que seria no porto de Paranaguá. Não lhe foi imposta nenhuma outra sanção, mas foi advertido de que seria entregue às autoridades locais. O marroquino nos informou que teve muito medo que o jogassem em alto mar, como já havia escutado acerca de outros casos de pessoas clandestinas em navios. Contudo, nos contou que o capitão ao contrário de parte da tripulação, foi cordial e não aceitou quando lhe ofereceu serviços de limpeza durante o restante da viagem.

Ao desembarcar o capitão do navio o entregou a Polícia Federal, explicando os fatos que ocorreram no navio durante o traslado do litoral marroquino até o Brasil. Munir, totalmente deslocado e sem um objetivo claro, foi levado pelas autoridades policiais a requerer o refúgio em território brasileiro. Por essa razão foi conduzido a Cáritas em Curitiba.

Relatou que saiu do seu país, devido à alta intolerância em relação às pessoas que não tinham fé em alguma religião, sejam muçulmanos ou cristãos. Como ele era ateu e não acreditava em nenhum deus, sofria preconceitos e perseguições. Disse que isso só aumentou quando decidiu fazer tatuagens na própria pele e em locais estrategicamente visíveis como nas mãos, alegou que o fato de ter tatuagens era estigmatizante e pouco importavam os significados das tatuagens. Disse que a própria família não aceitava e que eram pessoas de fé irracional, afirmando: "... não há democracia de fato por conta do islamismo!" "Esse é meu corpo!" "Não consigo trabalho por causa das tatuagens." Por esse motivo Munir foi morar em Barcelona, onde residiu durante alguns anos. Retornou ao Marrocos para visitar sua família, contudo, em decorrência de conflitos culturais e de intolerância, decidiu voltar à Espanha. Como já não possuía nenhum dinheiro, decidiu entrar clandestino em um grande navio de carga.

Fizemos todos os trâmites burocráticos, jurídicos e administrativos para a sua legalização no Brasil. A Assistência Social conseguiu moradia durante um mês em uma pensão conveniada. Munir se comprometeu a estudar a língua portuguesa e

a comparecer na Polícia Federal nas datas agendadas para solicitação de refúgio e, posteriormente, confecção do CPF e carteira de trabalho. Mas não demonstrou nenhuma empatia ou gratidão, muito pelo contrário, demonstrava em todas as oportunidades que estava ali de forma contrariada, porém compreendeu que aquela solução proposta pela Cáritas seria a melhor opção.

Passado um mês ele retornou à Cáritas porque estava vencendo sua estadia na pensão conveniada. Essa informação veio acompanhada de outras informações negativas de Munir na pensão, que fazia muito barulho, que não se dava bem com outros marroquinos muçulmanos e que levou uma mulher ao seu quarto, que não era permitido de acordo com o regimento interno. Tive que explicar o que era a Cáritas, o que ele fazia ali e que não havia vínculo nenhum com a pensão e que ele havia desrespeitado várias normas de tal. Além disso, após um mês, ele deveria começar a procurar emprego e a viver sem a ajuda humanitária da Cáritas. A pedido da Márcia coordenadora geral na regional e da Elisete assistente social, tive que explicar os fatos em inglês e chamar a atenção quanto ao descumprimento dos padrões de conduta exigidos na pensão.

Munir ficou bastante constrangido com a minha fala mais severa, pediu desculpas e questionou para aonde poderia ir, já que em um mês ainda não havia sido confeccionado sua carteira de trabalho, estava aprendendo português uma vez por semana aos sábados e que um mês era pouco para conseguir autonomia em relação a vivências em um país culturalmente muito diferente de Marrocos.

Apenas concordei com as palavras de Munir, mas minhas colegas da assistência social foram um pouco mais energéticas com ele, me pedindo para traduzir que não seria possível que a instituição da Cáritas o sustentasse durante mais que três meses e que esse era um limite temporal para que Munir tivesse uma vida normal por terras brasileiras.

A situação de Munir não era comum nem aos padrões de atendimentos da Cáritas nem da CASLA, e muito menos em relação ao perfil das pessoas atendidas. Era óbvio que o intuito do migrante marroquino não era vir ou estar no Brasil, mas entre alguns motivos, a restrição econômica, a confusão do local de chegada e a necessidade de sobrevivência fizeram com que ele não tivesse outra opção senão a de aceitar se submeter às normativas locais e regularizar sua situação no Brasil através da solicitação de refúgio.

Munir não desejava se tornar um refugiado no Brasil, contudo se viu sem alternativas, assim como ele as instituições que o acolheram tiveram que atuar conforme as situações transcorriam e se adaptando na normativa ao fato. Como então deveriam agir a Cáritas, a Polícia Federal, a pensão ou o local de ensino da língua portuguesa, já que estavam diante de um migrante que não desejava estar naqueles locais ou naquela situação?

Deveria o estado brasileiro de imediato utilizar uma de suas formas de expulsão do país? Será que com medo da situação Munir solicitou refúgio, já que dessa maneira o Brasil não poderia obrigá-lo a retornar ao país no qual ele corre algum risco?

Recebemos na Cáritas o Sr. Emael, migrante regular, nacional do Paraguai (seu status migratório no país naquele momento correspondia ao de turista; ele estava organizando a documentação necessária para proceder à regularização migratória via acordo de residência MERCOSUL¹³⁸).

O migrante estava realizando tratamento de saúde no hospital Angelina Caron, no município de Campina Grande do Sul (CID 10 - C18¹³⁹), e estava com agendamento relativo ao procedimento cirúrgico para transplante de órgão (rim) para o dia 01/10/2018, às 18 horas. Sr. Emael, nesse sentido, encontrava-se dentre um dos primeiros na lista de espera para o transplante.

Devido a questões burocráticas, o Sistema Único de Saúde (SUS) em seus sistemas não autorizava a realização da cirurgia pois o migrante paraguaio não possuía um documento válido brasileiro. Sendo que conforme as legislações atuais isso não é necessário para o atendimento pelo SUS, principalmente levando em

¹³⁸ Nacionais dos Estados signatários do Acordo de Residência do Mercosul (Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru e Uruguai) podem estabelecer residência temporária no Brasil, por meio de solicitação do Visto de Residência Temporária do Mercosul (VITEM XIII) ou, sem necessidade de visto, diretamente junto ao Ministério da Justiça, de acordo com os artigos pertinentes daquele acordo (internalizado pelo Decreto Presidencial 6.975/2009). Após 2 anos, a residência temporária poderá, cumpridos os requisitos previstos no referido decreto, ser transformada em residência por prazo indeterminado, procedimento que deverá ser realizado junto à Polícia Federal. Visualizado em: <<http://www.portalconsular.itamaraty.gov.br/cidadãos-do-mercosul>>. Acessado em: 22-09-2019.

¹³⁹ Neoplasia maligna do colon.

consideração os artigos 5º e 6º da Constituição Federal de 1988. Ocorre, entretanto, que a administração do hospital informou ao paciente que é necessária apresentação de documento de identidade brasileiro (RNE/M ou até mesmo protocolo) para que o procedimento ocorra, não aceitando a cédula de identidade paraguaia apresentada pelo paciente. Alegou-se impossibilidade de cadastro na secretaria de transplantes.

Ocorre que Sr. Emael já havia passado por todos os procedimentos clínicos anteriores para que a cirurgia de transplante de rim fosse realizada e por que razão seu transplante continuou agendado para a data de 01 de outubro de 2018, às 06h00.

Entretanto, o hospital informou que seria necessário ao migrante uma documentação de identificação brasileira com foto, não aceitando a sua própria documentação de cidadão paraguaio alegando a impossibilidade de cadastro na secretaria de transplantes.

Devido à urgência dos fatos e tendo em vista a inconstitucionalidade de tal exigência, a Cáritas Brasileira Regional Paraná, informou a situação ao Ministério Público e solicitou as devidas providências. Após informados pela Cáritas as instituições da Polícia Federal e o Ministério Público, foi providenciado e confeccionado em medida de urgência a documentação exigida e com isso foi possível que Sr. Emael recebesse o órgão que lhe estava disponível no Brasil.

Aproveitando a viagem até Londrina no final do mês de junho para a reunião descentralizada do CERMA, Márcia¹⁴⁰ coordenadora da Cáritas PR decidiu marcar diversas reuniões com diferentes instituições relacionadas a migração e ao refúgio na cidade de Londrina.

Em um mesmo dia estivemos reunidos cronologicamente com a Defensoria Pública, Polícia Federal, Ministério Público do Trabalho, Cáritas Londrina e Pastoral

¹⁴⁰ Pelo fato da Márcia já ter sido coordenadora da Cáritas Londrina, o trânsito entre as instituições era facilitado, pois ela conhecia a maioria das pessoas que trabalhavam com migração e refúgio na cidade. Além disso, ela sabia quem realizava diretamente os atendimentos e quem ficava apenas nos trabalhos administrativos.

do migrante com a finalidade de mapear quais eram os principais problemas enfrentados nas relações entre migrantes ou refugiados e as instituições públicas para posteriormente tentar buscar soluções através da Cáritas da própria regional de Londrina e região.

Já na primeira reunião que foi com a Defensoria Pública, um fato chamou atenção, a assessora do Promotor Samuel, Valdinéia, comentou sobre uma família de migrantes alemães que residiam na Argentina e estariam acampados em um local periférico da cidade. Questionei sobre os motivos pelo qual uma família de origem alemã estaria de passagem acampando na periferia de Londrina. Deste questionamento além da Defensoria Pública, outras instituições estatais, Cáritas Londrina e Pastoral do Migrante de Londrina tiveram suas próprias versões sobre o que estaria acontecendo.

Valdinéia e Samuel entre vários casos problemáticos na cidade de Londrina, como o de senegaleses no comércio popular, migrantes de Bangladesh de difícil contato, nos relataram um caso em específico que nos deixou extremamente curiosos: uma família de alemães vindos da Argentina de carroça com o objetivo de jogar as cinzas do pai no mar. Pelos relatos da defensoria a intenção da família era chegar até a cidade de Paranaguá para concluir o objetivo, porém a carroça já muito precária ficou danificada na cidade e atrasou a jornada da família.

Ainda de acordo com os relatos ouvidos pela defensoria pública de Londrina, a família era composta por uma mãe de origem alemã de uns 50-60 anos de idade, seu irmão também alemão e na mesma faixa etária, um casal de filhos entre 20-25 anos de idade e de naturalidade desconhecida, no qual a filha possuía um filho paraguaio de pai argentino e mais um terceiro filho “adotado” no Paraguai. Disseram também que as crianças eram confusas pois misturavam falas em alemão, português e espanhol, além de não carregarem documentos próprios.

Na última reunião do dia, ao final da tarde na Cárita da cidade de Londrina, Deusa (coordenadora) e Fabrícia (assistente jurídica e administrativa) disseram que de fato tiveram conhecimento sobre esse caso e que era algo bastante incomum esse tipo de situação. Demonstraram preocupação com as crianças indocumentadas e principalmente com o risco de se tratar de uma suspeita de tráfico internacional de crianças, no caso da criança “adotada” paraguaia.

No dia seguinte, após a reunião do CERMA tive uma breve conversa com a irmã Inês. Questionei sobre a família alemã e ela prontamente me respondeu:

“É complicado né? Eles são assim mesmo! São ciganos! Vão e vem quando querem! Mas já foram a Paranaguá, jogaram as cinzas ao mar. Agora já não sei. Só ficou a moça por aqui, disse que quer ir ao Canadá. Acho que até deve ter recursos para isso.”

“Foi estranho eles quererem ficar acampados lá, nós oferecemos abrigo, mas não quiseram.”

“O outro menino adotado já quis fugir também, fica fazendo malabares nos sinais de trânsito. Disseram que a mãe biológica não tinha condições de criar aí foram levando como se fosse circo. Mas ele é grande, já deve ter uns 15 anos, não é criança não!”

Na manhã seguinte, quando retornávamos a Curitiba comentei esse fato com Elisete, Márcia e Angela. Márcia falou que a história da irmã Inês possui maior credibilidade porque ela realiza diretamente os atendimentos com as pessoas assim como a Fabrícia, já o pessoal da Defensoria Pública, Polícia Federal, Ministério Público e a própria Deusa estavam se baseando nos relatos de outras pessoas para recontar as histórias que ouviram.

É importante destacar que durante a pesquisa de campo outras temáticas pertinentes às ciências humanas e especificamente à antropologia, foram observadas, como as questões de gênero, sexualidade, sexismo, parentesco e religião, porém devido à necessidade de um recorte do objeto essas reflexões ficaram apenas no diário de campo.

Essas três narrativas vivenciadas durante a pesquisa de campo permitem a reflexão sobre os casos em que não havia nem o interesse em permanência no Brasil, mas de alguma maneira as relações entre as pessoas migrantes e as instituições estatais ou da sociedade civil organizada gerou conflitos e ou desentendimentos. Foi possível analisar que a expectativa das instituições não refletia o desejo das pessoas, que o padrão de atendimento se faz em um contexto específico e que conflita em situações contrárias a esse padrão.

Não há dúvidas quanto ao esforço das pessoas que compõem as redes formais e informais de apoio a migrantes e refugiados em Curitiba e no estado do

Paraná, também quanto ao desenvolvimento no foco da nova legislação e nas portarias interministeriais que complementam as normativas. Contudo, a pesquisa demonstrou que a promulgação e a validação da nova lei de migração geraram uma série de desencontros burocráticos, conflitos entre a realidade vivenciada e a ordem em que juridicamente os prazos se apresentam no decorrer do tempo, ocasionando diversos transtornos aos migrantes e refugiados. Para além dos problemas jurídicos e burocráticos, ainda há vivências que não correspondem aos casos concretos abordados nas normativas assim como não correspondem às expectativas das pessoas que atuam nas instituições que formam as redes.

REFERÊNCIAS

- ACNUR. **Global trends – Forced displacement in 2016**. 2016. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/statistics/unhcrstats/5943e8a34/global-trends-forced-displacement-2016.html>> Visualizado em: 25-10-2018.
- ASAD, Talal. Where are the margins of the state? In V. Das & D. Poole (ed.) **Anthropology in the margins of the state**. Oxford/New York: Oxford University Press. 2004, p.279-287.
- AUGÉ, Marc. **Não lugares. Introdução a uma antropologia da supermodernidade**. 9ª edição. Papirus. São Paulo. 2012.
- CEIM. **Relatório de Atividades do Centro Estadual de Informação para Migrantes, Refugiados e Apátridas do Estado do Paraná (CEIM)**. 2017. Disponível em: <http://www.dedihc.pr.gov.br/arquivos/File/2017/relatorio_CEIMweb.pdf> Visualizado em: 25-10-2018.
- CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o estado**. Afrontamento: Porto.1979.
- COMMERFORD, J. C. Reuniões camponesas, sociabilidade e lutas simbólicas. In: Mariza Peirano. (Org.). **O Dito e o Feito. Ensaios de antropologia dos rituais**. 1ed.Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002, p. 149-168.
- CONARE. **“Refúgio em números”**. 3ª edição. Brasília: Secretaria Nacional de Justiça. 2019.
- CRISPIM, Hilquias Moura. “O direito internacional dos refugiados e o ordenamento jurídico brasileiro: um problema de reconhecimento”. In: Danielle Annoni (coord.) **Direito internacional dos refugiados no Brasil**. Curitiba: Editora GEDAI UFPR. 2018.
- DAS, Veena & Deborah Poole. State and its margins: comparative ethnographies. In V. Das & D. Poole (ed.) **Anthropology in the margins of the state**. Oxford/New York: Oxford University Press. 2004, p. 3-33.
- FASSIN, Didier. **“Compaixão e repressão: a economia moral das políticas de imigração na França”**. 2005.
- FELDMAN-BIANCO, Bela. “Migrações e deslocamentos: políticas nacionais, políticas globais e movimentos sociais”. In Antonio Carlos de Souza Lima et al (orgs.). **A antropologia e a esfera pública no Brasil. Perspectivas e Prospectivas sobre a Associação Brasileira de Antropologia no seu 60º Aniversário**. Rio de Janeiro. 2018.
- FOUCAULT, Michel. A governamentalidade. In **Microfísica do poder**. 13ª ed. Rio de Janeiro: Graal: 277-293. 1998 [1978].

GALEMBA, Rebecca B. Illegality and Invisibility at Margins and Borders. **PoLAR** v. 36, n.1, p.274-285. 2013.

HOAG, Colin. Assembling Partial Perspectives: Thoughts on the anthropology of bureaucracy. **PoLAR**. v.34, n.1, p.81–94. 2011.

JARDIM, Denise F. “Os direitos humanos dos imigrantes: reconfigurações normativas dos debates sobre imigrações no Brasil”. **Densidades nº14**. 2013.

JARDIM, Denise F. “Os caminhos do cadastro e outros obstáculos da visibilização do imigrante no Brasil”. In Claudia Fonseca & Helena Machado (orgs.). **Ciência, identificação e tecnologias de governo**. Porto Alegre: UFRGS/CEGOV, p. 75-95. 2015.

LEI N. 6.815, DE 19 DE AGOSTO DE 1980. Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6815.htm Visualizado: 11-06-2019.

Lei nº 9.474 de 22 de julho de 1997. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9474.htm> Visualizado: 02-08-2017.

Lei nº 12.871 de 22 de outubro de 2013. Institui o Programa Mais Médicos, altera as Leis no 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e no 6.932, de 7 de julho de 1981, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12871.htm> Visualizado em: 02-08-2017.

Lei nº 13.467 de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nos 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13467.htm> Visualizado em: 02-08-2017.

MACHADO, Igor J. Renó. “O imigrante e o Estado da diferença”. In: Antonio Carlos de Souza Lima et al (orgs.). **A antropologia e a esfera pública no Brasil**. Perspectivas e Prospectivas sobre a Associação Brasileira de Antropologia no seu 60º Aniversário. Rio de Janeiro. 2018.

MAGNANI, José G. C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. In **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 17, nº 49, p. 15, 2002.

MARTUSCELLI, Patrícia Nabuco. **Reunião familiar como alternativa de proteção: desafios e avanços na realidade brasileira**. 2016.

RIBEIRO, M. Daniela e Silva, I. C. Rodrigo. A morosidade do processo de refúgio como entrave à efetiva proteção da dignidade e personalidade dos refugiados. In:

Direito internacional dos refugiados no Brasil. Coordenação Danielle Annoni. Editora GEDAI UFPR. p.332, 2018.

RILES, Annelise. "Introduction: in response". In A. Riles (ed.) **Documents: artifacts of modern knowledge**. Ann Arbor: University of Michigan Press, p.1-42, 2006.

SILVA, Douglas Mansur da. Da migração aos deslocamentos. E de volta às migrações. **31º Reunião Brasileira de Antropologia**. Brasília. 2018.

SOUZA, L. T. Isabella. PAVANELLO, M. Elisa. ANNONI, Danielle. Análise das políticas públicas realizadas por ONGS e entidades para o acolhimento de refugiados emigrantes em Curitiba. In: **Direito internacional dos refugiados no Brasil**. Coordenação Danielle Annoni. Editora GEDAI UFPR. 2018. p. 565.

SPRANDEL, Márcia. "...". In Antonio Carlos de Souza Lima et al (orgs.). A antropologia e a esfera pública no Brasil. **Perspectivas e Prospectivas sobre a Associação Brasileira de Antropologia no seu 60º Aniversário**. Rio de Janeiro. 2018.

YNGVESSON, Barbara; Susan Coutin. Schrödinger's cat and the ethnography of law. **PoLAR.**, v.31, n.1, p. 61-78. 2008.

ZELAYA, Silvia. "Imigrantes e refugiados na cidade: reconhecimento pelo sofrimento e construção de 'vítimas'". **Plural- Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP**, v. 25, n. 2, p. 90-111, 2018.

ANEXO I – TERMO DE SOLICITAÇÃO DE REFÚGIO**RESOLUÇÃO****CONARE Nº 18/14 ANEXO I****TERMO DE SOLICITAÇÃO
DE REFÚGIO****I - IDENTIFICAÇÃO**

Nome Completo:

Gênero: masculino () feminino ()

Estado civil:

Nome completo do pai:

Nome completo da mãe:

País de origem/ nacionalidade:

Data de nascimento:

Atividade exercida em seu país antes da viagem ao Brasil:

Qualificação técnica, título universitário e/ou filiação a entidade profissional:

Escolaridade:

Endereço em seu país de origem:

Endereço atual:

Email:

Telefone para contato:

Fala o idioma português?

Quais os idiomas você fala fluentemente?

Quais idiomas você compreende?

Você está sendo auxiliado por algum Intérprete(s) para preencher este questionário?

Se você está sendo auxiliado por algum intérprete, escreva:

a) O nome completo do intérprete

b) O número do telefone do intérprete:

c) O endereço do intérprete:

d) O email do intérprete:

Familiares que permaneceram no país de origem ou em outro país

(esposo(a), filhos (as), pais e outros):

NOME DO FAMILIAR QUE PERMANECE NO PAÍS DE ORIGEM OU EM OUTRO PAÍS	DATA DE NASCIMENTO DO FAMILIAR	RELAÇÃO DE PARENTESCO DO FAMILIAR COM O DECLARANTE (FILHO, PAI...)	ESCOLARIDADE DO FAMILIAR

II – CIRCUNSTÂNCIAS DA SOLICITAÇÃO

01. Cidade e data de saída do país de origem:

Meio de transporte: aéreo () marítimo () terrestre ()

02. Em qual data chegou ao Brasil?

03. Já solicitou refúgio no Brasil?

Sim () não ()

04. Já foi reconhecido como refugiado?

Sim () Não ()

Se já foi reconhecido como refugiado, escreva:

a) a data em que foi reconhecido:

b) o nome do país (ou países) em que foi reconhecido:

c) apresentar cópia dos documentos que possam demonstrar este fato.

05. O que aconteceria se você regressasse hoje a seu país de origem?

06. Você teme sofrer alguma ameaça a sua integridade física ou mental ou à sua liberdade caso você regresse ao seu país?

Sim () não ()

Se você teme sofrer alguma ameaça, indique as razões:

07. Por que você saiu de seu país de origem?

Dê explicações detalhadas, descrevendo também qualquer acontecimento ou experiência pessoal especial ou as medidas adotadas contra você ou membros de sua família que o (a) levaram a abandonar seu país de origem. (se possuir prova, favor anexá-la. Se necessitar de mais espaço, utilize o verso e outras folhas).

Declaro formalmente que as informações por mim emitidas são completas e verídicas.

Solicitante

Intérprete

ANEXO II – LISTA DE DOCUMENTOS PARA SOLICITAÇÃO DE REFÚGIO**SOLICITAÇÃO DE REFÚGIO**

- (X) Preencher formulário no link : www.pf.gov.br/servicos-pf/imigracao/refugio
- (X) Passaporte original e válido e cópia de TODAS as páginas;
- (X) Duas fotos coloridas 3X4, com fundo branco, de frente e sem data, com destaque do rosto;
- (X) Comprovante de endereço residencial completo (contas de luz, água ou telefone ou declaração assinada por terceiro e com firma reconhecida);
- (X) Original da CIE e outros protocolos da Polícia Federal, se tiver;

Não é preciso pegar senha.

ANEXO III – CEIM



ANEXO IV – CERMA EM CURITIBA

ANEXO V – CERMA LONDRINA

ANEXO VI – CERMA LONDRINA II

ANEXO VII – CERMA PATO BRANCO